

QUESTÕES PEDAGÓGICAS

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS (*).

PRIMEIRA PARTE

Noções Gerais

* *

CAPÍTULO PRIMEIRO

DA MITOLOGIA À CIÊNCIA HISTÓRICA.

§ 1. *A palavra História.*

ΥΨΧΗ ΝΙΚΑ

Foi na Grécia que nasceu aquêlo desêjo desinteressado de saber que ainda hoje em dia constitui um dos elementos mais característicos da nossa civilização. Os primeiros sábios, — é difícil decidir se eram filósofos ou cientistas, — davam vários nomes a essa curiosidade intelectual, um dos quais era a palavra “história” (1), termo originariamente bastante genérico, que podia designar tôda e qualquer investigação científica. Aos jônios, raça inteligente e arrojada, tudo interessava, porque tudo lhes causava profunda admiração: as leis que regem o universo, a matéria primitiva de todos os seres, os costumes e as instituições de povos estrangeiros, os acontecimentos do passado, a origem da sua cidade. Tudo o que era cognoscível valia a pena de uma investigação racional, de uma “história”. Assim nasceu a ciência, uma das conquistas mais duradouras do gênio grego. A jovem nação, confiante no dom divino da inteligência (: “lógos”), que tanto venerava, foi-se servindo aos poucos de métodos racionais para desvendar os mistérios do mundo, emancipando-se das tradições mitológicas e entusiasmando-se com as novas descobertas, cada vez mais ricas e profundas.

(*) . — Com o presente número da *Revista* iniciamos a publicação do interessante trabalho do Prof. Dr. José van den Besselaar que, por representar uma necessidade para os nossos alunos desprovidos de bons manuais, não tivemos dúvidas em estampar, apesar do seu tamanho. Nos números seguintes publicaremos as outras três partes e, finalmente, depois de todo publicado será reunido em livro e aparecerá na coleção de *Cadernos da Revista de História* (E. Simões de Paula).

(1) . — A raiz da palavra grega “história” é *weid-* ou *wid-*, que se encontra também no vocábulo latino *videre* (=ver), no vocábulo inglês *wit* (=espírito) e no vocábulo alemão *wissen* (=saber). Cognatas são também as palavras *idéia* e *druida*. Cf. Eudoro de Sousa, *Filosofia e Filologia*, in *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol. V, fasc. 10 (1954), pág. 47.

Nesse ambiente sequioso de saber, nasceu e viveu o historiador Heródoto, o primeiro autor grego a nos transmitir diretamente (2) a palavra “história”, empregada por êle em dois sentidos diferentes: no de “pesquisa científica” (por exemplo, no Prefácio da sua obra), e no de “resultado de tal pesquisa”, digamos: “informação, relatório, exposição” (por exemplo, VII, 96). Continuamos a usar o termo nesta última acepção ao falarmos em “história natural”, que é a descrição científica dos seres animados.

Bem cêdo, porém, já na Antigüidade, o termo começou a ser aplicado preferencialmente à narração de fatos e acontecimentos do passado, verificados como autênticos e dignos de memória. A palavra grega “história” acabou por entrar em todos os idiomas da cultura ocidental, e indica atualmente não só a narração dos fatos como também os próprios fatos do passado. Neste último sentido podemos dizer, por exemplo, que a França tem uma história rica e interessante.

§ 2. *Os primórdios da historiografia.*

O homem é animal histórico, em tôdas as acepções da palavra. A tese é ilustrada pelo fato de ser apreciado, onde quer que haja homens, um conto interessante, uma “boa história”; a tese implica que o homem vive no tempo com as suas três dimensões: passado, presente e futuro. Sem o tempo, nada de “histórias”, nada de “história”.

A criança escuta maravilhada um conto de fadas, o homem primitivo ouve com espanto os contos do seu bardo, o adulto de uma civilização adiantada lê absorto o seu romance. O desejo essencialmente humano de ouvir uma “boa história” é a primeira tentativa de entender as coisas e o primeiro alimento de uma inteligência que desabrocha. Daí o papel importante de contos de fadas na educação de crianças, e o de mitos na infância dos povos: além de lhes despertarem a curiosidade intelectual, ativam-lhes também as faculdades da vida afetiva e a imaginação. Na vida dos indivíduos bem como na dos povos, geralmente chega um momento em que não se pretendem eliminar os produtos da imaginação, mas se procura distinguir, metódicamente e criticamente, entre o mundo real e o imaginário, entre fatos autênticos e fictícios. O homem não perde o seu caráter de “animal histórico”, e sim se esforça por separar as “histórias” da “História”.

Foi o que se verificou na Jônia, no alvor do século VI a. C. Até então se haviam contentado os gregos com os ensinamentos dos

(2). — Os chamados filósofos pré-socráticos devem ter empregado o termo “história” nas suas publicações, mas não possuímos fragmento algum que tenha conservado a palavra.

seus poetas-educadores: Homero e Hesíodo, êste a expor-lhes a teogonia e a cosmogonia (3), aquêle a contar-lhes as gloriosas façanhas dos heróis nacionais. Nasceu a prosa, uma linguagem mais apropriada para comunicar os resultados das investigações científicas do que a poesia, filha da imaginação. Os primeiros prosadores gregos chamavam-se “logógrafos”, quer dizer: “escritores de prosa”. Era processo lento e doloroso o separar-se do mito a “história”: tanto pesava a tradição. Segundo Estrabão (4), os logógrafos Cadmo, Ferecides e Hecateu em nada se distinguiam dos poetas senão pela falta de uma linguagem métrica. Não sejamos demasiadamente severos para com os iniciadores da nossa ciência: as construções do espírito levam certo tempo. A iniciativa foi decerto notável e merece a nossa gratidão. Pode ser que os logógrafos tenham sido crédulos, inclinados a apontar o maravilhoso, e apressados em dar soluções, ora pouco refletidas, ora ingênuamente racionalistas: eram pioneiros atrevidos, conscientes de lançar os alicerces de uma nova ciência. Um dêles, Hecateu de Mileto (\pm 500 a. C.), declarava com orgulho mal reboçado: “Assim fala Hecateu de Mileto. Escrevo estas coisas consoante me parecem verdadeiras. Pois, a meu ver, são discordantes e ridículas as opiniões dos gregos” (5). Eram homens viajados, que faziam questão de conhecer pessoalmente os diversos povos, observar-lhes os hábitos, conversar com êles e tirar as suas consequências. A história e a geografia são gêmeas, ambas nascidas da mesma mãe: a curiosidade intelectual dos jônios. Infelizmente não possuímos obra alguma completa dêsses precursores: pelos fragmentos pouco numerosos que chegaram até nós, podemos verificar que alguns tinham muito bom senso, notável dom de observação e independência de juízo.

Além dêsse tipo de historiografia, em estado embrionário, existiam, em vários centros políticos e religiosos do país, tabelas cronológicas, compostas por magistrados e sacerdotes: anotações sucintas sôbre os principais acontecimentos do ano corrente, tais como guerras, alianças, pactos, festas religiosas, fenômenos meteorológicos, etc. As listas mais importantes eram as dos arcontes em Atenas, as dos éforos em Esparta, e as dos sacerdotes em Olímpia. De tôdas essas anotações possuímos apenas conhecimentos indiretos e muito escassos.

*

- (3). — Hesíodo, poeta grego (século VIII a. C.) escreveu dois poemas didáticos: a *Teogonia* e *Obras e Dias* (uma espécie de calendário para uso dos lavradores, rico em sentenças moralistas e preceitos práticos).
- (4). — Strabo, *Geographica*, I, 2, 6. — Strabo (Estrabão) era geógrafo e historiador grego (63 a. C. — 19 d. C.). Perderam-se, infelizmente, as obras históricas dêsse sábio sensato e equilibrado.
- (5). — Hecataeus Milesius, *Fragmentum* 332, in *Fragmenta Historicorum Graecorum*, edd. C. et Th. Müller, Bibliotheca Didotiana, vol. I, pág. 25.

§ 3. *A historiografia grega.*

Nos seguintes parágrafos dêste capítulo pretendemos esboçar rapidamente a evolução da historiografia desde Heródoto (século V a. C.) até Niebuhr (± 1800 d. C.). Nosso resumo não tem a pretensão de ser uma “história da historiografia”: limita-se a indicar alguns grandes vultos que nesse período de quase 2500 anos contribuíram para o progresso da nossa ciência e a caracterizar as obras que constituem a valiosa herança histórica da nossa civilização. Para todo e qualquer estudioso do passado são indispensáveis algumas noções elementares da historiografia anterior ao século XIX, — época em que nasceu o conceito moderno — e nesta obra, que se dirige especialmente aos futuros historiadores da Antiguidade e da Idade Média, recorreremos repetidamente aos nomes e aos livros, mencionados neste capítulo.

I. Heródoto de Halicarnasso ($\pm 485\text{-}\pm 425$ a. C.) passa tradicionalmente pelo “pai da história” (6). Descreveu as guerras persas (490-479 a. C.), nas quais entrevia, com uma rara perspicácia, um conflito ainda hoje atual: o conflito entre o Oriente, despótico e coletivista, e o Ocidente, livre e humanista. Com muito bom senso rejeita as tradições lendárias existentes a êsse respeito, e como verdadeiro historiador esforça-se por descobrir as causas remotas da inimizade, consagrando-lhes a metade da sua obra. Como Hecateu, era homem viajado: conhecia pessoalmente o Egito, a Síria, a Babilônia, talvez a Pérsia; além disso, a Ásia Menor, a Trácia, a Macedônia, o continente grego e várias ilhas, a Líbia e a Magna-Grécia. Era bom observador, e sua sensatez inata levava-o muitas vezes a desconfiar de tradições pouco seguras: suas informações são freqüentemente confirmadas pelos resultados das pesquisas modernas. Outrossim, empenhava-se em ser imparcial: embora admirador sincero das grandes realizações dos seus patrícios, principalmente dos atenienses, fala sem reбуço nos lados fracos dos gregos: a leviandade, a falta de honestidade, etc., e aprecia positivamente as virtudes e as grandes obras dos “bárbaros”. Sem dúvida, não podemos medir sua crítica pelas normas modernas: Heródoto não tinha nem os métodos, nem a paciência, nem o rigor, nem os instrumentos de um pesquisador hodierno. Muitas vezes é vítima de uma informação pouco exata, mas piamente acreditada, ou de uma superstição que nos parece pueril. Também se perde em pormenores, escapando-lhe, às vezes, o tema principal. Tampouco se esforça por penetrar na mentalidade e na psicologia dos seus atores e comparsas: seus personagens são figuras de uma epopéia, mas

(6). — Foi apelidado assim por Cícero, *De Legibus*, I 1, 15.

de uma epopéia bem humana. Além disso, é autor admirável, um dos mais cativantes da literatura grega. Entende perfeitamente da arte de dramatizar, e possui inegavelmente certo senso de humor; pertence aos melhores contadores da literatura mundial, e com muito direito o século XX lhe daria a alcunha de *father of the short story*. São maravilhas as numerosas novelas que intercala na obra em guisa de digressões, por exemplo o encôntro de Creso e Sólon (I, 29-32), a infância de Ciro (I, 108-122), o anel de Polícrates (III, 39-43). A época alexandrina dividiu as "Histórias" de Heródoto em nove livros, cada um dos quais ficou dedicado a uma das nove musas.

II. Tucídides de Atenas (± 470 - ± 400 a. C.) é, com Políbio, o maior historiador da Antigüidade. Consagrou uma monografia às guerras do Peloponeso (7), em oito livros esmeradamente compostos. Impediu-o a morte de revisar o último livro da obra. Ao contrário de Heródoto, Tucídides lida quase exclusivamente com a política, permitindo-se pouquíssimas digressões. É pesquisador escrupuloso: faz estudos metódicos dos documentos disponíveis, também das inscrições (8), compara-os entre si, e procura informações por toda a parte, também no campo dos inimigos. Denuncia a preguiça mental dos logógrafos em examinar as fontes, contrapondo-lhes o seu relatório, exato, objetivo, científico, dizendo: "O fato de ser destituída de elementos míticos a minha obra, talvez a torne menos atraente para uma declamação pública; entretanto, os que aprecia-rem uma informação exata sobre o passado, e por isso mesmo sobre o futuro (o qual, em virtude da condição humana, será igual ou semelhante), esses a julgarão muito útil, e basta-me saber isso. É uma aquisição para sempre e não uma ostentação efêmera" (9). Tucídides escreve para uso dos estadistas que, ajudados pela exposição objetiva dos fatos do passado, lhes poderão tirar uma lição importante para o futuro: a história é o ensinamento político por excelência. É o primeiro historiador a distinguir explicitamente entre causas remotas e ocasionais, e a aplicar a ilação histórica (cf. § 64 II b) a fatos pouco ou mal documentados. No exórdio da sua obra (I, 1-21) submete a um exame crítico a pré-história grega, desfigurada por tantos elementos míticos; em I, 24-88 estuda as causas ocasionais da guerra; em I, 88-118 descreve com muita penetração o apogeu da democracia ateniense. Outros episódios cé-

(7). — A Guerra do Peloponeso travou-se, de 431 a 404 (com alguns intervalos), entre Atenas e Esparta, e os aliados das duas cidades, terminando na derrota da democracia ateniense.

(8). — Encontramos por exemplo em Tucídides, *Historiae*, V 47, o texto integral de um pacto entre os atenienses e outras cidades gregas, o qual nos é conhecido também por uma inscrição (*Inscriptiones Graecae*, I, *Supplementum*, pág. 14, n.º 46b).

(9). — Thucydides, *Historiae*, I 22,4. — A tradução é um tanto livre.

lebres são: o elogio fúnebre de Péricles em homenagem aos caídos no primeiro ano da guerra, com o credo da democracia clássica (II, 35-46); a peste que assolou a cidade de Atenas (II, 47-53); a expedição para a Sicília (VI-VII); e o diálogo interessante entre os embaixadores de Atenas e os da ilha de Melos (V, 84-116). Tucídides é autor difícilíssimo, devido à sua concisão: *densus et brevis et semper sibi instans* (10).

III. A obra de Tucídides foi continuada, até o ano 362, por Xenofonte de Atenas (430-354), na obra *Helênica*, em 7 livros. Apesar de ser estilista elegante, Xenofonte marca retrocesso considerável da historiografia grega: não é pesquisador metódico, tem vistas curtas, sua exposição dos fatos é superficial e sua interpretação parcial. Saiu-lhe melhor um memorial: a *Anábese* (em 7 livros), relatório interessante da expedição de Ciro o Moço contra seu irmão, Artaxerxes, e da retirada dos Dez Mil Gregos do interior da Pérsia (401-399). Com Teopompo de Quios (376-320) e Éforo de Cima (408-330), ambos alunos do célebre professor de retórica, Isócrates, a historiografia grega veio a ser influenciada, e até deturpada, pela beletrística. Aquêles continuou a obra de Xenofonte (até 336), êste escreveu a primeira História Universal, desde os tempos da invasão dórica até 340. Das duas obras possuímos apenas fragmentos.

IV. A história helenista de Políbio de Megalópolis (201-120) é um protesto veemente contra a sujeição da verdade histórica a efeitos literários. Políbio era um dos mil reféns que a Confederação acaia devia entregar a Roma (168 a. C.), onde se fêz amigo dos grandes líderes políticos e militares, principalmente de Cipião, a quem acompanhou em várias das suas campanhas. Profundamente impressionado pelas conquistas vertiginosas do Império Romano no período de 221 a 168 a. C. (11), pôs-se a descrever-lhes a história e a procurar-lhes as causas. Foi êle que introduziu o termo "historiografia pragmática" (12), no sentido de "história dos fatos (políticos e estratégicos)", a dirigir-se aos "homens práticos", quer dizer: a políticos e militares. Como Tucídides, acredita no poder educativo da história, que é, no dizer do autor, "a mais verdadeira educação e a melhor propedêutica para as atividades políticas" (I, 1, 2). Formulou a diferença entre causas determinantes e causas passageiras, e explica a expansão romana não

(10). — Quintilianus, *Institutio Oratoria*, X 1, 73.

(11). — Em 221 rebentou a segunda guerra púnica, e em 168 deu-se a batalha de Pidna, onde os Gregos, ou melhor, os Macedônios, foram derrotados. Neste período de 53 anos, Roma conseguiu apoderar-se definitivamente, se não do domínio, ao menos, da hegemonia sobre o Mediterrâneo.

(12). — Por exemplo Polybius, *Historiae*, I 2, 8; IX 2, 4; XII 25e.

só por fatores físicos (situação da cidade, tamanho da população, etc.), mas também por fatores morais (a disciplina militar, o heroísmo dos cidadãos, a prudência do Senado, e a excelente constituição). Elimina por completo o fator sobrenatural da história, só reconhecendo as “causas determinantes” (cf. Montesquieu) e um poder incalculável: o acaso. Esforça-se por procurar leis históricas. Estas três qualidades são absolutamente necessárias ao historiador: um exame crítico dos documentos, conhecimentos pessoais dos lugares descritos, e a prática da vida militar e política (XII, 25e). Por isso censura severamente os literatos que sacrificam a verdade dos documentos ao prazer estético, e os professores que possuem apenas conhecimentos teóricos — e imperfeitos! — da política e da estratégia. Salienta também a necessidade de ser universal a história: há uma concatenação dos fatos históricos, e quem a ignorar, não se poderá elevar a uma vista panorâmica (III, 32; VIII, 2). Como se vê, Políbio repete muitas das idéias de Tucídides, mas profere-as com maior ênfase, estendendo os métodos científicos a outros campos de investigação. Como estilista, é-lhe muito inferior: Políbio é autor medíocre, que renuncia aos enfeites de um belo estilo. E’ um dos poucos historiadores antigos que não inseriu discursos na sua obra (13).

V. A obra de Políbio já nos colocou na história romana. Os outros historiadores gregos, não possuindo pátria independente e sentindo-se cosmopolitas ou cidadãos romanos, escreveram histórias universais, a culminarem no Império Romano, ou então histórias romanas. Suas obras são, em geral, muito inferiores às dos três corifeus da historiografia grega: Heródoto, Tucídides e Políbio. Muitos deles não passavam de compiladores pouco escrupulosos, literatos declamadores, aduladores do poder, ou patriotas exaltados. Mencionamos aqui alguns nomes que têm certa importância:

a) Diodoro de Sicília (século I a. C.), autor de uma *Biblioteca Histórica*, em 40 livros (14), modelada sobre a História Universal de Éforo, e abrangendo o período dos tempos míticos até o ano 59 a. C.

b) Dionísio de Halicarnasso (século I a. C.) escreveu uma *Arqueologia Romana* em 20 livros (15), em que pretendia completar a obra de Políbio, dando a história romana desde as origens até o

(13). — A obra de Políbio contava 40 livros, dos quais possuímos I-V completos, e o resto em fragmentos, por vezes bastante extensos. — Nos livros I-II trata da pré-história de Roma e Cartago; nos livros III-XXIX dos acontecimentos entre 221 e 168; nos livros XXX-XL narra as conquistas romanas até o ano 144. — O livro XXXIV é inteiramente consagrado a questões geográficas.

(14). — Chegaram até nós os livros I-V (tempos míticos, anteriores à guerra troiana) e XI-XII (480-302 a. C.), e numerosos fragmentos.

(15). — Possuímos ainda os livros I-X completos, XI incompleto, e o resto em fragmentos extensos.

ano 264 a. C. É o protótipo da historiografia retórica e pouco crítica.

c) O judeu Flávio Josefo (37-97 d. C.) descreveu a *Guerra Judaica*, em 7 livros, e as *Antigüidades Judaicas*, em 20 livros. As duas obras são tendenciosas.

d) Apiano de Alexandria (século II d. C.) tratou de expor a história romana aos seus patrícios em episódios bélicos, em 24 livros (16).

e) Dião Cássio (\pm 155-235), alcunhado o “Tito-Lívio grego”, publicou uma história completa do povo romano, que abrangia um período de quase mil anos (753 a. C. -229 d. C.), em 80 livros (16^a). Sem ser pesquisador metucioso, era homem muito lido e consciencioso. Gozava de enorme popularidade até na época bizantina: os monges Xifilino (século XI) e Zonaras (século XII) compilaram-no em excertos que ainda hoje em dia têm certa importância histórica.

f) De Plutarco falaremos no § 24 I.

g) Luciano de Samósata (125-195), autor espirituoso e mordaz, (é muitas vezes chamado o “Voltaire grego”), ridiculariza a mania dos historiadores contemporâneos de imitar os grandes clássicos, exprobrando-lhes falta de sinceridade, de verdadeiro entusiasmo, e de experiência da vida prática. Insiste, no seu livrinho interessante *Como se deve escrever a história* em que o historiador possa senso político e empregue um estilo apropriado ao assunto.

h) Finalizando, mencionamos Procópio de Cesaréia (século VI), que já pertence à época bizantina. Era companheiro de Belisário, o general do Imperador Justiniano (527-565), cujas expedições contra os persas, vândalos e gódos descreveu, em 8 livros. Imitador de Tucídides, pode ser considerado como o último representante da historiografia grega, e até como representante de destaque. Num panfleto, chamado *Anécdoxa* ou *História Arcana*, denuncia os crimes do Imperador e da sua esposa Teodora.

§ 4. A historiografia latina.

Ao contrário da Grécia, não conhecia cantos heróicos a Roma primitiva; tôdas as opiniões a êsse respeito não passam de hipóteses. A origem da historiografia romana tinha as suas raízes em instituições práticas de ordem religiosa e civil. Aos sacerdotes cabia a tarefa de publicar cada ano o calendário, indicando as

(16). — Perderam-se os livros I-V, e XVII-XXIV; além disso, o livro X. — Os livros XIII-XVI, que tratam das guerras civis, desde os Gracos (133 a. C.) até os tempos de Augusto, são muitíssimo importantes.

(16a). — Chegaram até nós os livros XXXVI-LX (68 a. C. — 47 d. C.).

festas religiosas, os *dies fasti et nefasti*, os *dies atri* (17) e os *dies intercalares*. Dessa organização que, conforme a tradição, remontava ao rei Numa Pompílio, nasceu a historiografia romana: os sacerdotes começaram a anotar também os magistrados do ano corrente (*fasti consulares*) e, depois, os principais acontecimentos verificados (*annales*). Cícero diz: *erat enim historia nihil aliud nisi annalium confectio* (18). Entre os anais destacavam-se os *annales maximi*, chamados assim por serem confiados ao cuidado do *pontifex maximus*. Sabemos que o célebre jurisconsulto, Públio Múcio Scaevola, quando *pontifex maximus* (133 a. C.), rompeu com essa praxe, e que os *annales maximi*, logo depois, foram editados em 80 livros (18^a). Possuímos dêles apenas conhecimentos indiretos. Além disso, havia também os “anais” dos magistrados (*libri magistratum*) e os arquivos particulares das famílias nobres. Esses anais, já existentes antes de nascer a historiografia pròpriamente dita, exerceram grande influência sôbre a documentação e o método dos historiadores latinos: quase todos êles são “analistas”, narrando os acontecimentos ano a ano (por exemplo, Tito Lívio, Tácito, como também o grego Dião Cássio).

I. A historiografia romana deve, desde o início, as idéias, as formas literárias e os métodos a sua irmã grega, e mesmo na fase do seu apogeu não consegue contribuir essencialmente para o adiantamento da ciência. De acôrdo com o gênio prático do povo romano, o interêsse dos historiadores latinos é preponderantemente político e revela tendências patrióticas e moralistas. Falta-lhes, quase por completo, uma autônoma reflexão filosófica acêrca dos problemas históricos.

a) Os primeiros analistas romanos, Quinto Fábio Pictor e Lúcio Cíncio Alimento (século III), escreveram as suas obras em grego, fato ilustrativo do grande impulso que a historiografia gregada dava à romana. Com exceção de alguns fragmentos insignificantes, perderam-se estas obras.

b) Mais lastimável é a perda da obra do austero conservador Marco Pórcio Catão (234-149), o pai da prosa latina (19). Num estilo conciso e lapidar escreveu, em 7 livros, uma história do seu

(17). — Os *dies fasti* são mais ou menos comparáveis aos nossos “dias úteis”; neles o pretor podia pronunciar uma sentença judiciária, e o povo podia cuidar dos seus negócios políticos e privados, coisas essas que eram proibidas nos *dies nefasti*. Os *dies nefasti* não eram “dias nefastos ou negros”, na acepção moderna da palavra. Êstes eram chamados *dies atri* ou *religiosi*: aí eram comemoradas as catástrofes públicas, por exemplo 18 de julho que era *dies ater* por três motivos: 447 a. C., derrota do exército romano nas margens do rio Crêmera (os 300 Fábios!); 387 a. C., batalha do Alia (vitória dos gauleses sôbre os romanos; 64 d. C., o Imperador Nero incendiou grande parte da cidade.

(18). — Cícero, *De Oratore*, II 12, 52.

(18a). — Cf. Servius, *ad Aeneidem*, I, 373.

(19). — Encontram-se os fragmentos de Catão em *Historicorum Romanorum Fragmenta*, ed. H. Peter, Lipsiae, 1883.

povo, da fundação da cidade até a guerra lusitana (154-151), as chamadas *Origines*. O autor não prestava atenção aos fatos meteorológicos e às banalidades econômicas que se repetiam invariavelmente nos *annales maximi* (20); o que lhe interessava era a política, a vida militar e a exaltação patriótica das façanhas nacionais. Omitia sistematicamente os nomes dos heróis (21), tributando apenas elogios impessoais aos soldados e estadistas como representantes de Roma. Assim descreve detalhadamente o comportamento heróico de um oficial, Q. Caedicius, durante a primeira guerra púnica, sem lhe mencionar o nome! Em compensação, dá o nome de um dos elefantes do exército do rei Antíoco, e insere dois discursos que êle próprio proferira no Senado. (22). Incoerência estranha: desaparece o anonimato onde o próprio autor entra na cena!

c) Dos analistas latinos, cujas obras se perderam igualmente, mencionamos apenas: Lúcio Célio Antípater (século II), Cláudio Quadrigário (século I) e Valério Ântias (século I). Ao passo que os dois primeiros escreveram certos episódios da história romana, abrangeu o terceiro o período de 753 a 78 a. C. (morte de Sila), em 75 livros. Os analistas tendiam, em geral, a exagerar as realizações dos seus patrícios: principalmente Valério tinha péssima reputação (23).

II. Na época de Cícero, havia em Roma quatro historiadores, que merecem a nossa atenção.

a) Gaio Júlio César (100-44) deu, nos seus *Commentarii De Bello Gallico*, o memorial das suas conquistas na Gália (58-52); o livro oitavo foi depois acrescentado por seu lugar-tenente Aulo Hircio. A obra é preciosa fonte de informação, mas por ser uma apologia da política do autor, oculta ou desfigura os verdadeiros motivos. Em todo o caso, é muito superior aos *Commentarii de Bello Civili* (em 3 livros), que dão uma versão muito tendenciosa da guerra civil entre Pompeu e César (50-49).

b) Gaio Salústio Crispo (87-35) escreveu, além das suas *Historiae*, obra quase completamente perdida, duas monografias: *De Conjuracione Catilinae*, e *De Bello Jugurthino*. Imitador de Tucídides, quanto ao estilo, é-lhe muito inferior no que diz respeito às idéias, ao método, à imparcialidade. A grande preo-

(20). — Cato, *Fragmentum* 77: *Non lubet scribere, quod in tabula apud pontificem maximum est, quotiens annona cara, quotiens lunae aut solis lumine caligo aut quid obstiterit.*

(21). — Não sabemos ao certo se Catão conseguia omitir também os nomes dos heróis pré-históricos, venerados como divinos em Roma, por exemplo Rômulo. A nosso ver, é pouco provável.

(22). — Cf. Cato, *Fragmenta*, 83; 88; 95, etc.

(23). — Cf. Titus Livius, *Ab Urbe Condita*, XXVI 49, 3: *adeo (ei) nullus mentiendi modus est.*

ocupação do autor é a de demonstrar, nas suas obras, a depravação do regime aristocrático de Roma, tendência essa que prejudica visivelmente a objetividade.

c) Cornélio Nepos (94-24) deu, nos 16 livros da sua obra *De Viris Illustribus*, uma galeria dos homens ilustres da Grécia e de Roma. Só 23 biografias chegaram até nós. São folhetins de pouco valor histórico.

d) Marco Terêncio Varrão (116-27), o maior erudito de Roma, escreveu várias obras enciclopédicas, destituídas de valor literário, mas preciosas fontes de informação, por exemplo *Antiquitates Rerum Humanarum et Divinarum* em 41 livros. Perdeuse esta obra bem como quase tôdas as demais obras dêste polígrafo romano (24).

III. Tito-Lívio é um dos maiores historiadores romanos (59 a. C.-17 d. C.). Nos tempos do Imperador Augusto escreveu a sua obra monumental: *Ab Urbe Condita*, em 142 livros, que trata da história romana desde o início até o ano 9 a .C. (25). Não era pesquisador meticoloso, nem se demorava muito em examinar rigorosamente os documentos. Assim mesmo tinha idéias elevadas da verdade histórica, e esforçava-se sinceramente por ser imparcial. O *opus magnum* de Tito-Lívio, como o do poeta Virgílio, deve sua origem e sua inspiração a um patriotismo autêntico: quer propor aos seus concidadãos o glorioso passado da cidade para fazê-lo amar e admirar. Ao mesmo tempo visa a soerguer a moralidade dos seus contemporâneos, mediante as lições do passado: *inde tibi tuaeque reipublicae quod imitere capias, inde foedum inceptu, foedum exitu, quod vites* (Prefácio do Livro I, 9). Tito-Lívio é grande artista, romântico e imaginativo, que entende perfeitamente da arte de revivificar os tempos idos. Essas qualidades, porém, chegam a prejudicar, às vêzes, a objetividade serena, tão necessária a um historiador: descreve um passado, cheio de vida e cenas dramáticas, mas cheio também de elementos lendários. A sua grandiosa síntese, que é mais uma concepção artística do que uma obra científica, deu forma clássica à história primitiva do povo romano, tal como se transmitiu até o início do século XIX.

IV. O segundo grande historiador romano é Públio Cornélio Tácito ($\pm 55 \pm 120$ d. C.), autor das *Historiae*, em 14 livros (26),

- (24). — Varrão escreveu 74 obras em mais ou menos 620 livros. — Cf. S. Augustinus, *De Civitate Dei*, VI 2: *qui tam multa legit, ut aliquid scribere vacuisse mireretur; tam multa scripsit, quam multa vix quemquam legere potuisse credamus*.
- (25). — Chegaram até nós 35 livros: I-X (753-293 a. C.), e XXI-XLV (221-167 a. C.). A extensão enorme da obra liviana (cf. Martialis, *Epigrammaton*, XIV 190: *Pellibus exiguis artatur Livius ingens, Quem mea non totum bibliotheca capit*), tornava necessárias sinopses mais manejáveis (as chamadas *Periochae*), que ainda possuímos.
- (26). — As *Historiae* tratavam da história romana de 68 (morte de Nero) a 96 (morte de Domiciano). Possuímos apenas os livros I-IV, e V incompleto.

e dos *Annales ab Excessu Divi Augusti*, em 16 livros (27). Além disso, consagrou uma monografia interessantíssima à Germânia: *De Situ ac Populis Germaniae*. Tácito é o psicólogo inigualado entre os historiadores antigos, mas obscurece-lhe os horizontes o seu temperamento negro e apaixonado. Partidário do antigo sistema republicano, irrevogavelmente perdido no seu tempo, propendia para uma interpretação pessimista dos acontecimentos do século I, que descrevia com tanta maestria. Conformava-se, afinal, com a liberdade relativa que lhe garantia o reinado de Trajano (98-117): *rara temporum felicitate, ubi sentire quae velis et quae sentias dicere licet* (*Hist.*, I, 1). A êle remonta a bela expressão, tantas vêzes citada: *sine ira et studio* (*Ann.*, I 1). Com efeito, Tácito considera com seriedade a tarefa do historiador, não poupando esforços para colecionar os diversos documentos relativos à época por êle estudada. Pela correspondência de Plínio-o-Moço sabemos que o autor consultou seu amigo, pedindo-lhe informações a respeito da morte de seu tio, Plínio-o-Velho, que tinha perecido quando da erupção do Vesúvio (79 d. C.): possuímos ainda a resposta que lhe deu o amável epistológrafo (28), mas perdeu-se, infelizmente, a passagem correspondente na obra do historiador. Além disso, Tácito é grande autor, um dos prosadores mais aprimorados da literatura latina. Seu estilo é compacto e lapidário, cheio de insinuações e de sentenças.

V. Com a morte de Tácito acabou-se a grande época da historiografia latina: os epígonos, com pouquíssimas exceções, não passam de compiladores, ou então são escrivães industriais sem o poder de “re-viver” o passado que teve um Tito-Lívio, e sem a penetração psicológica de um Tácito. Mencionamos aqui rapidamente:

a) Gaio Suetônio Tranquilo ($\pm 75 \pm 160$), secretário do Imperador Adriano (117-138) e, como tal, possuindo muitos conhecimentos dos arquivos públicos, escreveu as *Vitae Duodecim Caesarum*, de Júlio César a Domiciano (± 96 d. C.). São opúsculos de uma documentação valiosa, mas escritos num estilo árido e compostos de maneira muito esquemática. Não penetra na psicologia das pessoas estudadas nem se esforça por procurar as causas remotas dos fatos. As biografias exerceram grande influência:

(27). — Os *Annales* descreviam a época desde a morte de Augusto (14 d. C.) até a morte de Nero (68). Possuímos completos os livros I-IV, incompletos V e VI (reinado de Tibério); completos XI-XV (os fins do reinado de Cláudio e os primeiros anos de Nero), e incompleto XVI.

(28). — Plinius, *Epistulae*, VI 16. — O mesmo Plínio escreve, outra vez, a seu amigo (VII, 33,3): *Auguror, nec me fallit augurium, historias tuas immortales futuras.*

ê foram, inferiormente, imitadas pelos seis autores da chamada *Historia Augusta* (29).

b) Amiano Marcelino, natural de Antioquia e grego romanizado, é o maior historiador do Baixo Império (século IV). Pretendeu continuar a obra de Tácito nos 31 livros *Retum Gestarum* (30), que abrangiam o período de 96 a 378 (Valens). Companheiro do Imperador Juliano-o-Apóstata (361-363), conhecia pessoalmente a diplomacia, a vida militar e a política dos seus tempos, bem como muitas das regiões por êle descritas. Era historiador perito e honesto, mas escrevia, como estrangeiro, um péssimo latim.

VI. No limiar da Idade Média ia-se aumentando o interêsse pela história dos povos bárbaros, os quais invadiram o território do Império Romano. O fato é característico dos tempos por dois motivos: as tribos germânicas iam sendo integrados na *Romanitas Christiana* (31), a sucessora do Império, e a interpretação imperialista da história ia cedendo a um interêsse pela história provincial e regional. Os mais importantes representantes dêsse tipo de historiografia são:

a) Magno Aurélio Cassiodoro Senador ($\pm 485\text{-}\pm 580$), originariamente ministro de Teodorico o Grande (492-526) e de outros reis ostrogodos, depois monge, escreveu uma *Historia Gothica*, em 12 livros, que chegou até nós num excerto miserável do monge Jordanes ou Jornandes.

b) Gregório de Tours ($\pm 540\text{-}594$) escreveu a *Historia Francorum*, em 10 livros, que, além de nos dar os acontecimentos de uma época turbulenta e pouco conhecida, é também uma fonte rica do latim vulgar.

c) Isidoro de Sevilha ($\pm 560\text{-}636$) escreveu os anais das várias tribos que ocuparam a península ibérica, intitulados: *Gothorum, Vandalorum et Suevorum in Hispania Chronicon*. Aí encontramos um elogio entusiasta à pátria do autor: *Omnium terrarum, quae sunt ab occiduo usque ad Indos, pulcherrima es, o sacra semperque felix mater, Spania! Jure tu nunc omnium regina provinciarum; a qua non occasus tantum, sed etiam oriens lumina mutuat* (32).

d) Paulo Diácono ($\pm 720\text{-}797$) escreveu a *Historia gentis Langobardorum*, que abrange o período de 568 a 744.

(29). — A obra data de 330 d. C., e dá as biografias dos Imperadores Romanos a partir de Adriano (117) até Carino (284). — O biógrafo de Carlos Magno, Eginhardus ou Einhardus, tomou por modelo a Suetônio, na sua *Vita Caroli Magni Imperatoris*.

(30). — Possuímos os livros XIV-XXXI (355-378); os tempos anteriores ao ano 355 devem ter sido tratados muito ligeiramente.

(31). — A palavra *Romania* ocorre, pela primeira vez, na obra do historiador Orósio, *Historiae*, VII 43,4.

(32). — Isidorus Hispalensis, *Chronicon*, in *Praefatione*.

e) O monge anglo-saxão Beda (673-735) escreveu uma obra muito estimada, chamada: *Historia Ecclesiastica gentis Anglorum*, que descreve os principais acontecimentos desde César até 731 na Inglaterra.

VII. Com êstes dois últimos autores já nos achamos em plena Idade Média. À época da Grandê Migração dos Povos pertencem ainda a *História Universal* do sacerdote bracarense Paulo Orósio, de que pretendemos falar no § 77, e o opúsculo *De Aetatibus Mundi et Hominis*, escrito por Fulgêncio (século VI), retor africano, muitas vêzes apelidado de “mitógrafo”. Êste homem pretendia escrever uma sinopse da história universal em 23 capítulos, um verdadeiro *tour de force*, já que no Capítulo I evitava sistematicamente a letra *a*, no Capítulo II o *b*, no Capítulo III, o *c*, e assim por diante. Parece que o autor, chegado ao Capítulo XV (em que devia evitar o *p*), ficou desanimado: em todo caso possuímos apenas 14 capítulos desta obra extravagante, sinal da decadência e da insipidez dos tempos.

§ 5. As crônicas.

Nos fins da Antigüidade abaixou o nível cultural e científico: os intelectuais, em vez de fazerem pesquisas pessoais, contentavam-se em compilar as obras clássicas, que se iam revestindo de um prestígio quase dogmático. A ciência, renunciando ao ideal de progredir, sofria de esclerose, e era baseada em livros de segunda mão: manuais e enciclopédias. Repetiam-se as palavras dos grandes mestres, amiúde mal entendidas e quase sempre conhecidas indiretamente. A historiografia partilhava a triste sorte das outras ciências e artes: era a época das sinopses, dos resumos, dos manuais, aos quais, em geral, faltava todo o senso histórico. A decadência não estava no fato de haver manuais, — enciclopédias e manuais são os companheiros indispensáveis de uma velha cultura, — mas na sua péssima qualidade, prova da diminuição do espírito crítico, e no fato de não existirem, ao seu lado, obras históricas e pesquisas originais. A historiografia era reduzida a tabelas cronológicas, regressando assim ao seu ponto inicial. Os cristãos, pouco interessados em investigar o passado pagão, contribuíam muito para o desenvolvimento do novo gênero: as crônicas. Interessava-lhes saber de que maneira se enquadrava a história do povo eleito na história profana dos gentios. Devemos reconhecer que esta tentativa de alargar o horizonte histórico constituía uma novidade e podia ter sido um progresso considerável. Mas os cristãos, filhos de uma cultura moribunda, harmonizavam a história sagrada e a história profana bastante desleixadamente, introduzindo muitos erros na historiografia. Não eram pesquisadores mais críticos do que seus

colegas pagãos: compilavam muito superficialmente a Bíblia e alguns autores clássicos.

I. Obra de certo valor era a Crônica de Flegonte de Trales (século II), liberto do Imperador Adriano: *As Olimpíadas*, em 16 livros (33). Era uma espécie de história universal, que abrangia o período de 776 a. C. a 140 d. C. Escrita numa linguagem negligente, sacrificava a síntese histórica ao estudo de fatos concretos, muitas vezes insignificantes, e tinha apenas valor como fonte de informação.

II. Mais conhecida é a Crônica do bispo Eusébio de Cesaréia (260-340), amigo do Imperador Constantino Magno (306-337). Esta obra compunha-se originariamente de 2 livros (34), e dava as linhas gerais da história universal, em tabelas sincrônicas, desde Abraão (2016 a. C.) até o ano 325 d. C. O livro II, que continha os chamados *cânones*, foi traduzido por São Jerônimo para o latim (\pm 345-420), e prosseguido até o ano 378 (35). A Crônica de Eusébio-Jerônimo, de imensa importância para a historiografia medieval, começa por quatro tabelas: a primeira se refere à história dos assírios, a segunda à dos siciônios (os habitantes de uma cidade grega), a terceira à dos hebreus, e a quarta à dos egípcios (36). Aos poucos entram na Crônica notícias acêrca dos atenienses, persas, macedônios, etc., para tôdas elas, finalmente, convergirem na história do Império Romano.

III. A obra de Jerônimo foi continuada por Próspero Tiro (até 455), pelo espanhol Hidácio (até 468), pelo cortesão bizantino Marcelino Comes (até 566). Além disso, o bispo Mário de Avenches (na Suíça) continuou a obra de Próspero até 581, e Cassiodoro elaborou nova Crônica com *Fasti Consulares*, que vai até 519. Dois exemplos podem ilustrar a falta de crítica e de métodos cronistas do século VI. Em 452 se deu a batalha nos Campos Cataláunios entre os exércitos romanos e as hordas de Átila: Marcelino Comes não menciona esta batalha, tão decisiva para a sobrevivência da civilização, mas anota na sua Crônica *ad annum 452: Hoc anno tres lapides magni de caelo ceciderunt in Thraciam*. Cassiodoro, *ad annum 189*, fala em dois cônsules romanos, aos quais

(33). — Encontram-se os fragmentos das *Olimpíadas* de Flegonte nos *Fragmenta Historicorum Graecorum* (edd. C. et Th. Müller, Bibliotheca Didotiana, vol. III, págs. 503, sqq.).

(34). — Perdeu-se o original, conservando-se só uma tradução armênia da obra inteira.

(35). — São Jerônimo enriqueceu o original de várias notícias importantes para a história da literatura latina.

(36). — A Crônica de Jerônimo começa assim: *Primus omni Asiae exceptis Indis Ninus Beli filius regnavit annis LII in Graecia vero secundus Sicyonius imperavit Europae annis XLV in hujus Nini imperio apud Hebraeos nascitur Abraham Porro apud Aegyptios XVI potestas erat quam vocant Dynastiam: quo tempore regnabant Thebaei, qui prae fuerunt Aegyptiis.*

dá os nomes de *Duo* e *Silanus*, copiando com muito descuido a Jerônimo, que escrevera: *Duobus Silanis*: (“sob o consulado dos dois irmãos Silanos”).

IV. As crônicas dominaram a Idade Média: os mosteiros importantes, as chancelarias dos papas, bispos e reis, faziam questão de ter as suas crônicas, ligando-as, ou não, a trabalhos já existentes. Era uma historiografia muito elementar, a que devemos, porém, notícias importantes sobre a vida política, religiosa, social, econômica e cultural da Idade Média. Comparados com o alto nível, alcançado na Antigüidade por Tucídides, Políbio e Tácito, os estudos históricos medievos significam um retrocesso inegável, mas em geral são superiores às Crônicas do Baixo Império. Não poucos cronistas medievais tinham bastante bom senso, notável dom de observação, eram ótimos contadores que se esforçavam por ser imparciais. Faltavam-lhes, porém, os métodos aprimorados da Crítica moderna e o “senso histórico”, no sentido que nós costumamos ligar a essa palavra; além disso, não procuravam as causas remotas. Muitas crônicas medievais dão narrativas extensas e contínuas, tendo em comum com as crônicas dos séculos IV-VII só o nome: no sentido técnico da palavra, não são crônicas, mas anais.

Levar-nos-ia muito longe se acompanhássemos a história das crônicas medievais. Mencionamos aqui apenas alguns nomes ilustres. Na Alemanha destacou-se Otão de Freysing (cf. § 79, nota 36), que escreveu suas obras em latim. Na França Geoffrey de Villehardouin (1164-1213), autor do livro: *Sur la Conquête de Constantinople*, e Froissart (1337-1405), cronista da Guerra de Cem Anos. Em Portugal Fernão Lopes (±1380-1459), que vivia nos fins da Idade Média, e tinha a atitude de um autêntico investigador. Leia-se por exemplo este trecho: “Nós, certamente, posta de parte toda a afeição que por azo das ditas razões podíamos ter, nosso desejo foi nesta obra escrever verdade, sem outra mistura, deixando nos bons sucessos todo o fingido louvor, e nuamente mostrar ao povo quaisquer coisas em contrário, da maneira que sucederam”, e este: “Nem entendais que certificamos coisa salvo de muitos aprovada e por escrituras vestidas de fé; de outro modo, antes nos calariamos do que escreveríamos coisas falsas” (37).

§ 6. A Renascença e o Humanismo.

Tampouco criaram a historiografia moderna a Renascença e o Humanismo. Os historiadores desta época, tomando por modelo os autores clássicos (principalmente os latinos), imitavam-lhes so-

(37). — Fernão Lopes, (seleção editada) por A. J. Saraiva (Coleção SABER), Lisboa, págs. 25-26.

pretudo o estilo e a composição literária. O nacionalismo nascente dava uma nota patriótica às suas obras, e o absolutismo sujeitava-as, muitas vezes, aos interesses dinásticos. Não se originou o espírito crítico nem o “senso histórico” no sentido moderno dessas palavras: o dogmatismo medieval era simplesmente substituído por outro dogmatismo: a admiração cega pelas obras da Antigüidade clássica. A historiografia renascentista e humanista é, portanto, a continuação da dos fins da Idade Média, com esta diferença de que é moldada pelos exemplos clássicos. Representantes ilustres são, na Itália: Nicolò Machiavelli (1469-1527), autor das *Istorie fiorentine* (1532), em 8 livros (cf. § 81 II), e em Portugal: João de Barros (1496-1590), o exaltador caloroso da colonização portuguesa, na sua obra *Décadas de Ásia*, e afinal: Frei Luís de Sousa (1555-1632), no mundo, Manuel de Sousa Coutinho, autor de uma obra muitíssimo estimada: *Anais de D. João III*.

Duas circunstâncias, porém, deram grande impulso aos estudos propedêuticos da história: a filologia clássica e a Reforma.

I. Os humanistas faziam questão de possuir o melhor texto possível dos seus autores adorados. Sua devise *Ite ad Fontes* não tinha valor prático a não ser que as fontes estivessem limpas. Editar um texto, expurgá-lo dos erros de uma tradição desfiguradora, e colecionar códices dignos de confiança, era uma das incumbências mais imperiosas dos humanistas. A filologia clássica é a mãe da historiografia moderna. Reservamos para outros parágrafos (§ 42, I e § 47, I) a exposição do trabalho intenso, feito pelos humanistas europeus durante os séculos XVI-XVIII. Basta dizermos aqui que as edições críticas possibilitaram o nascimento da nova ciência que se deu por volta de 1800. Também a paixão humanista de colecionar moedas, inscrições, vasos e objetos de arte da Antigüidade, inicialmente apenas uma mania, ia despertando, aos poucos, um certo senso histórico: não tardou que se procurassem enquadrar as descobertas arqueológicas nos moldes da historiografia clássica. Também nasceu o espírito crítico: Jacob Perizonius (1651-1715), professor em Leida, foi o primeiro a abalar a autoridade dogmática de que gozavam vários autores latinos, principalmente Tito-Lívio, na sua obra *Animadversiones Historicae* (1685), que já anuncia os trabalhos de um Niebuhr e outros.

II. As disputas teológicas entre o Protestantismo e o Catolicismo estimulavam também os eruditos das duas confissões a fazerem pesquisas históricas. O historiador dálmata, Flaccius Illyricus (1520-1575), apresentou, nos anos 1559-1574, ao público culto da Alemanha, uma interpretação luterana da história, nos

oito volumes da sua *Historia Ecclesiastica*. A obra, organizada conforme os séculos (latim: *centuriae*) tratava a história dos primeiros 13 séculos da era cristã, tornando-se conhecida sob o nome de *Centúrias de Magdeburgo*, cidade alemã, onde era editada. A resposta católica veio do erudito cardeal italiano, César Barônio (1538-1607), que nos 12 volumes dos seus *Annales Ecclesiastici* seguia o método analista até o ano 1198. A obra saiu de 1588 a 1607, e foi várias vezes reeditada, como aliás também a história protestante de Magdeburgo.

§ 7. *A historiografia moderna.*

E' bastante difícil dizer com precisão quando nasceu a historiografia moderna. A nova ciência, já anunciada pelos trabalhos filológicos dos séculos XVII e XVIII, obedecia à lei de tôdas as grandes realizações do espírito humano: nasceu despercebida, cresceu aos poucos e manifestou-se suscetível de vida só no início do século passado.

I. Muitas vezes passam Voltaire e Montesquieu pelos pais da historiografia moderna. E' mais do que um exagêro, é um engano. Sem dúvida, Voltaire foi um dos primeiros a chamar a atenção para a história da civilização (cf. § 29, I), mas em outros pontos era um espírito tipicamente "a-histórico", como havemos de ver no § 86, III, apesar de sua crítica penetrante à historiografia convencional do seu tempo. Quanto a Montesquieu, sua obra *Considerations* do ano 1734 (cf. § 87, I), não é trabalho de investigação pessoal, fundada em novos princípios (o autor era demasiadamente negligente em citar, o que lhe valeu as censuras de um Voltaire, e fundamentava-se sôbre obras já existentes), mas um tratado político ou "filosófico", na terminologia da época. Ao escrever as *Considerations* e *L'Esprit des Lois*, o autor francês não pretendia reconstruir minuciosamente o passado para depois revivificá-lo, mas, enveredando pelos caminhos, já indicados por Políbio, Bodin e Maquiavel (38), pretendia buscar "leis históricas" com o fim de utilizá-las para a organização política da sociedade moderna. Mais ilustrativo da nova mentalidade é o livro de Giambattista Vico: *La Scienza Nuova* (cf. § 83), mas também esta obra dá mais a metodologia do que uma historiografia pròpriamente dita; aliás, exerceu pouca influência sôbre o pensamento do século XVIII.

II. Uma das primeiras obras históricas, baseadas em profundos conhecimentos dos documentos, é o livro magistral do inglês Edward Gibbon (1737-1797): *History of The Decline and Fall of The Roman Empire*, publicado em 6 volumes (39), que trata dos:

(38). — N. Machiavelli, *Discorsi sopra la prima decade de Tito Livio* (1531).

(39). — A obra foi publicada de 1776 a 1788.

destinos do Império Romano desde 180 d. C. (morte do Imperador Marco Aurélio) até a Queda de Constantinopla (1453). O autor tem tôdas as qualidades de um grande historiador: o espírito crítico, conhecimentos profundos e avaliação metódica das fontes (40), largas vistas, poder imaginativo, intuição e um estilo magnífico; combina a procura das causas remotas com um interesse bem raro pela unicidade dos fenômenos históricos. Naturalmente, muitos capítulos do livro de Gibbon estão hoje em dia superados, — é o fado de todos os livros científicos, — e os pressupostos racionalistas do autor são atualmente idéias antiquadas. No entanto, a concepção e a elaboração de seu tema vastíssimo são geniais, e continuam a atrair muitos leitores, leigos e entendidos. O autor, quando em Roma (1764), ouviu o canto de frades capuchinhos nas ruínas do Capitólio, e ficou melancolicamente impressionado pela reflexão sôbre a instabilidade das coisas humanas: foi assim que lhe surgiu a idéia de escrever um livro sôbre a decadência da Cidade Eterna: *It was among the ruins of the Capitol that I first conceived the idea of a work which has amused and exercised near twenty years of my life, and which, however inadequate to my own wishes, I finally deliver to the curiosity and candour of the public*: com estas palavras termina a obra de Gibbon.

III. O dinamarquês Bartoldo Jorge Niebuhr (1776-1831), duas vêzes diplomata a serviço da Prússia, publicou em 1811-1812 os dois primeiros volumes da sua *História Romana*, completados em 1832 pelo terceiro volume que saiu depois da morte do autor (todos escritos em alemão). Foi êle o primeiro a aplicar uma crítica rigorosa aos documentos históricos, chegando a destruir a tradição secular de Tito-Lívio no que diz respeito à história primitiva de Roma; foi êle o primeiro, nos tempos modernos, a valer-se sistematicamente de todos os vestígios do passado para a reconstrução científica de tempos idós, método êsse que depois seria aperfeiçoado pelos grandes mestres da historiografia do século passado; foi êle que se serviu, — às vêzes com arrôjo excessivo — da ilação histórica, fazendo hipóteses e esforçando-se por descobrir o núcleo histórico nos dados contraditórios da tradição. Daí por diante a nova ciência, rapidamente crescendo e chegando à maturidade, prosseguiu triunfantemente o seu caminho: foi principalmente na Alemanha que foram elaborados os novos métodos, mas não tardaram êles em conquistar todos os países civilizados da Europa e da América.

IV. A nova concepção da história, nascida entre 1750 e 1820, não invalida a historiografia anterior ao século XIX; tampouco é

(40). — Gibbon utilizou as obras do jansenista francês Lenain de Tillemont (1637-1698), autor de *Histoire des Empereurs e Mémoires pour servir à l'Histoire Ecclésiastique des six premiers Siècles*.

completamente uniforme. Sua originalidade reside em três fatores característicos, que outrora não eram inteiramente desconhecidos, mas freqüentemente sacrificados a finalidades literárias, moralistas ou até políticas:

a) uma crítica rigorosa das fontes históricas, — externa e interna, — para a qual se elaborou um sistema científico. Neste ponto continua e aperfeiçoa a tradição gloriosa dos humanistas, e aprofunda a crítica dos racionalistas do século XVIII, que amiúde era superficial e destrutiva.

b) o aproveitamento metódico de documentos não-literários: moedas, inscrições, monumentos arqueológicos, dados lingüísticos, etc. Também êste fator remonta, nos seus primórdios, aos humanistas.

c) um novo “senso histórico” (cf. § 65) que consiste em utilizar certos conceitos históricos, antigamente pouco ou não conhecidos, tais como: a tipologia, a evolução, o organismo, a unicidade dos fenômenos estudados, etc. Nasceu no século XIX, principalmente sob a influência do Romantismo, e do Cientismo. Estudaremos os dois primeiros dêsses fatores na segunda parte dêste livro; o terceiro, que é muitas vêzes negligenciado, na terceira parte como também na primeira, em que pretendemos dar algumas noções gerais da ciência histórica.

IV. E. Bernheim, exagerando as diferenças que existem entre a historiografia antiga e a moderna, fala em três tipos de história (41): a história narrativa, inaugurada por Heródoto e praticada pelos cronistas e analistas; a história “pragmática” (42) ou “didática”, inaugurada por Tucídides e Políbio; e a história genética, que procura, antes de mais nada, a evolução orgânica dos fenômenos históricos, filha dos tempos modernos. A tripartição tem certo valor, contanto que não tornemos absolutas as oposições que são mais gradativas que essenciais, pelo menos entre os grandes historiadores de todos os tempos. Também a historiografia moderna descreve, e deve descrever (cf. § 13, I); também ela contém lições (cf. § 32, IV-V); e, afinal, também os antigos e os medievos tinham certas idéias a respeito do caráter genético e do progresso histórico das artes e das ciências. Não podemos entrar aqui neste assunto: será uma das finalidades principais dêste livro esclarecer o conceito hodierno da história e aplicá-lo aos diversos assuntos que havemos de encontrar no nosso caminho.

(41). — E. Bernheim, *Introducción al Estudio de la Historia* (Colección Labor), Barcelona, etc., 1937, págs. 9-15.

(42). — O termo “história pragmática” significa originariamente “história dos fatos (políticos e militares)”, cf. § 3, IV, mas por se dirigir esta espécie de história a estadistas e políticos, com o fim de lhes ensinar a “vida prática”, veio a significar “didática”.

CAPÍTULO SEGUNDO

O CONCEITO DA HISTÓRIA

§ 8. *A definição.*

Existem numerosas definições da história. A nosso ver ela poderia ser definida desta maneira:

A história é a ciência dos atos humanos do passado e dos vários fatores que neles influíram, vistos na sua sucessão temporal.

Os diversos elementos desta definição podem facilmente ser mal entendidos, de modo que cumpre examiná-los de mais perto.

A história é ciência. A discussão desta questão disputada fica reservada para outro capítulo (IV), onde procuraremos estabelecer em que sentido se pode chamar ciência à história. Basta dizermos aqui que o historiador dispõe de certos meios científicos para alcançar conhecimentos e, além disso, se serve de certa sistematização, quer dizer: que põe em ordem os resultados obtidos pela pesquisa.

A. O OBJETO MATERIAL.

§ 9. *Os atos humanos.*

Atos humanos são atos próprios do homem enquanto homem, por exemplo: amar, odiar, escrever, guerrear, etc. Por serem deliberados e voluntários, distinguem-se dos chamados atos do homem, por exemplo: respirar, crescer, digerir, etc., atividades independentes da inteligência e da vontade humanas. Ora, o objeto próprio da história são os atos humanos. Por que?

Atos humanos, como tais, são manifestações da pessoa humana, revelando sempre certo grau de espiritualidade e, por conseguinte, de originalidade. Por isso possuem valor intrínseco e merecem a nossa atenção por motivos muito especiais. A física, a química e até a biologia estudam os seus objetos, podendo fazer abstração da matéria individual: pouco lhes importa o caso concreto e individual. No Reino do Espírito, que é o terreno das livres decisões, a situação é muito diferente: aqui se nos apresentam sempre casos concretos e únicos, aqui encontramos sempre algo de novo, de imprevisto, de original, digamos melhor: de pessoal. Nunca se-

remos capazes de compreendê-los ou explicá-los completamente, mas podemos e devemos “entendê-los” em virtude de uma “co-experiência” nossa. Mais adiante pretendemos esboçar em que consiste um tal “entendimento”.

Os atos humanos interessam-nos também por outro motivo. O homem é ser histórico por excelência, visto que é, até certo ponto, senhor dos seus atos. Dotado de inteligência e de livre arbítrio, duas faculdades inexistentes no reino animal, é capaz de propor-se, deliberadamente, um fim e de escolher, livremente, os meios apropriados para alcançá-lo. Neste ponto vem ajudá-lo, sobremaneira, a experiência, da qual êle participa mais do que os animais, como já Aristóteles observou (1). Têm êstes memória, sim, suscetível até de alto grau de aperfeiçoamento, mas sempre dependente de uma impressão material, que se assemelhe a outra, recebida anteriormente. Falta-lhes, porém, a recordação, pela qual o homem é capacitado a fazer voltar à lembrança coisas antes experimentadas, independentemente de tôda e qualquer impressão material. Por outra, o homem vive no tempo, o bruto no momento. Ademais, o homem pode refletir nas suas experiências, tirando-lhes conhecimentos gerais a fim de aproveitá-los para um caso semelhante no futuro. A experiência refletida torna-se assim instrumento poderoso a serviço do homem, possibilitando-lhe o melhoramento constante das condições materiais e de tôdas as manifestações superiores da vida humana. Não se limita à existência de um só indivíduo: pode-se transmitir de uma pessoa a outra, de uma geração a outra, de modo que, morrendo estas, aquela morre apenas parcialmente. *Toute la suite des hommes, pendant le cours de tant de siècles, doit être considérée comme un même homme qui subsiste toujours et qui apprend continuellement* (2).

§ 10. O progresso na História.

O homem, então, é animal progressista, e por isso é ser histórico num sentido muito especial. Em última análise, não o são nem os minerais, nem as plantas, nem os brutos, senão em sentido derivado: êstes evoluem, aquêle progride. O tico-tico constrói o seu ninho da mesma forma que há mil anos, e daqui a mil anos não será diferente. Com a graça que lhe é peculiar, Chesterton observa: *The very fact that a bird can get as far as building a nest, and cannot get any farther, proves that he has not a mind as man has*

(1). — Aristóteles, *Metaphysica*, I 1, 4.

(2). — Blaise Pascal, *Fragment d'un Traité du Vide* (éd. L. Brunschvicg), pág. 80. — Encontra-se o mesmo pensamento nas obras de Santo Agostinho, por exemplo *De Vera Religione*, XXVII 50: *universum genus humanus, cujus tamquam unius hominis vita est ab Adam usque ad finem hujus saeculi...*; cf. *De Civitate Dei*, X 14.

a mind: it proves it more completely than if he built nothing at all. If he built nothing at all, he might possibly be a philosopher of the Quietist or Buddhistic school, indifferent to all but the mind within (3). Nos períodos seculares, em que o homem tem habitado a terra, construiu cabanas, mas também o Pártenon de Atenas e a catedral de Chartres, e agora está construindo os arranha-céus nas grandes metrópoles. A tendência progressista não se limita a descobertas técnicas, estende-se igualmente às conquistas intelectuais e espirituais, ou antes, são estas que tornam possíveis aquelas. Aristóteles, falando dos primeiros filósofos, compara-os a crianças balbuciantes, a soldados pouco exercitados, a pessoas que não sabem o que dizem (4). E São Tomás formula a lei do progresso humano desta maneira: *Humanae rationi naturale esse videtur ut gradatim ab imperfecto ad perfectum perveniat. Unde videmus in scientiis speculativis, quod qui primo philosophati sunt, quaedam imperfecta tradiderunt, quae postmodum per posteriores sunt tradita magis perfecta. Ita etiam et in operabilibus* (5). O homem tem a possibilidade de progredir em virtude da sua natureza perfectível: o progresso não é processo mecânico, que o envolva passivamente, mas tarefa que lhe é confiada, a conferir-lhe certa responsabilidade. Tampouco é infinita a perfectibilidade humana: o homem será sempre um ser limitado, animal racional, mas tendo a obrigação de vir a ser o que é, e de conquistar assim, muitas vezes, penosamente a sua liberdade e a sua personalidade.

O instrumento do progresso é a tradição: a transmissão dos conhecimentos, métodos, formas, valores e experiências que o passado a custo elaborou para pô-los a serviço da posteridade. Também a tradição não é processo mecânico, mas exige uma participação livre, um esforço pessoal de cada indivíduo humano para integrar na própria existência as experiências dos antepassados. É uma assimilação espiritual, que consiste em *vetera novis augere*. Daí nascem dois perigos para uma civilização. As experiências transmitidas podem impor-se como forças tirânicas, a impedirem o desenvolvimento original e viçoso da nova geração. Mas ser fiel ao passado quer dizer também reencetar e continuar a obra criadora dos antepassados. A tal petrificação da cultura, como se verificou por exemplo em Bizâncio, opõe-se o culto aos filhos e aos netos: as experiências do passado são desprezadas como necessariamente inferiores às experiências hodiernas. É o sonho ingênuo do Racionalismo, o qual, pretendendo livrar o homem dos

(3). — G. K. Chesterton, *The Everlasting Man*, London, 1947, pág. 41.

(4). — Aristóteles, *Metaphysica*, I 4, 3-4.

(5). — S. Thomas, *Summa Theologica*, I-II, q. 97, a. 1 (in corpore).

fantasmas de tempos idos, o transforma num idólatra das realizações e opiniões, freqüentemente efêmeras, de hoje. O homem perde os seus laços vitais com a história.

A tendência progressista é eternamente humana, apesar de ser mais perceptível em uma época do que noutra, e não obstante as numerosas falhas quanto ao fim proposto e aos meios escolhidos. É uma consequência trágica da nossa natureza imperfeita que nem todo o progresso é um progresso para melhor. Os tempos modernos estão verificando com certa preocupação o “progresso” assustador da técnica e das ciências, que ameaça sufocar o próprio homem mediante as invenções do espírito humano. Todo o progresso histórico, por ser um bem particular, não possui valor nenhum a não ser que seja subordinado ao Bem Universal que é Deus. Tôdas as conquistas materiais e intelectuais se tornam valiosas para o homem apenas na medida de serem integradas numa hierarquia objetiva dos valores: quem elimina a Deus, o Supremo Bem, acaba por eliminar ao homem.

À vista da tendência progressista, tão evidente no processo histórico, muitos historiadores e filósofos, desde o século XVIII, chegaram a limitar o objeto material da história àquêles acontecimentos do passado que contribuíram para o progresso da humanidade. É um exagêro. Os atos humanos têm valor intrínseco, visto que se revestem de uma originalidade, que é prova da sua espiritualidade. Destarte se explica o interesse, despertado por um trabalho bem feito, pela vida de uma pessoa sem grande repercussão nos tempos posteriores, ou pelas instituições de um povo já há muito desaparecido, que pouco ou nada concorreu para o progresso do gênero humano.

§ 11. *Os fatores externos.*

Há vários fatores que influem no destino dos indivíduos e dos povos. Poderíamos dividi-los em duas categorias: uma abrangge os acontecimentos, independentes da atividade humana, que aos nossos olhos se apresentam quase sempre como caprichos do destino; a outra compõe-se de fatores, igualmente externos, mas de caráter mais ou menos permanente.

I. O tropeçar do cavalo, que montava Guilherme III, o rei da Inglaterra, causando-lhe a morte (1702); o terremoto de Lisboa no dia 1.º de novembro de 1755, destruindo grande parte da cidade; a chuva torrencial em Paris na noite de 9-10 de Termidor no ano II da Revolução (=27-28 de julho de 1794), facilitando a liquidação do Terror, — eis alguns acontecimentos fora do contrôle humano e de maior ou menor importância para

a vida de certos povos. Decerto merecem a atenção do historiador, mas somente na medida em que repercutiram no comportamento dos atores no palco histórico. Ao historiador, como tal, pouco importa o terremoto, enquanto fenômeno geológico, importa-lhe muitíssimo, porém, como fato histórico co-determinante da política de Pombal (6). Esses fatores imprevistos, o grande escândalo para os que estão em busca de “leis históricas”, trazem muitas vezes consigo um desfêcho, a pôr têrmo fatal ao mêdo ou às esperanças de milhares de pessoas, e a deixar inacabados os planos dos atores principais.

II. Outros fatores não são acontecimentos no sentido próprio da palavra, mas dados igualmente “objetivos”, de caráter menos fortuito e de duração muito maior do que por exemplo o terremoto de Lisboa. Dêles há grande diversidade. Mencionamos aqui apenas as condições geográficas e climáticas, e, por outro lado, as raças.

E’ quase desnecessário dizer-se o quanto influi o clima no temperamento, nos costumes, nas instituições e nas artes de um povo. E’ em grande parte devido ao clima que, na Europa, o homem do sul é o homem do ar livre, e o homem do norte o da intimidade da casa. *Noi abbiamo il sole*, diz o italiano, podendo permitir-se certa despreocupação, que aos nórdicos, obrigados a proteger-se contra a inclemência do inverno, parece ou invejável, ou então desprezível. Não se compreende bem a formação do antigo Egito sem as inundações periódicas do Nilo (7), nem o caráter reservado e teimoso do povo holandês sem as lutas contínuas contra o mar, nem a política isolacionista da Inglaterra nos últimos séculos sem a posição insular da Grã-Bretanha: *the splendid isolation* (8). O fator biológico, por mais importante que pareça, presta-se menos do que os outros a um exame puro e isolado: não é apenas menos verificável mas também menos estável. Sem dúvida, podemos acompanhar, através da história das várias civilizações, o desenvolvimento de certas qualidades, geralmente chamadas “raciais”, por exemplo a aptidão excepcional dos gregos para a especulação e as artes, o gênio militar e jurídico do povo romano, o caráter pragmático dos anglo-saxões, etc. Mas essas qualidades supostamente raciais não são exclusivamente de ordem

-
- (6). — O autor americano Ellsworth Huntington imputa a decadência do Império Romano a uma escassez de chuvas durante o período de 200 a 400 d. C., cf. *Quarterly Journal of Economics*, XXXI, 1917, págs. 173 etc.
- (7). — Já Heródoto (*Historiae*, II 5, 1) chama o país “um presente do rio”, expressão essa que deve a Hecateu (*fragmentum* 273).
- (8). — A expressão foi usada, pela primeira vez, por Sir Wilfrid Laurier, Presidente do Canadá, em 1896, mas veio a ser aplicada à política isolacionista da Inglaterra durante o século XIX, e à dos Estados Unidos antes da segunda guerra mundial.

biológica, — raças “puras”, com exceção talvez de alguns povos primitivos, são fábulas, — porque para elas concorreram também outros fatores, mais decisivos ainda: o clima, as circunstâncias geográficas e, principalmente, a tradição histórica. “A raça histórica (possui) uma unidade menos física do que moral. Na sua constituição não entra só a identidade de sangue, muitas vezes problemática, mas de modo preponderante uma comunhão de idéias e sentimentos, de modos de agir e reagir, transmitida pela vida, pela educação, e pela convivência social” (9). Por esses motivos, a biologia, pelo menos no estado atual, deve ser manejada com muito cuidado pelo historiador.

III. Não poucos entre os modernos combatem o termo “influência”, tratando-se de atos humanos: segundo êles, seria demasiadamente mecânico. O homem não reage cega ou determinadamente nem à tradição, nem aos acontecimentos passageiros, nem aos fatores permanentes. E’ um ser espiritual e livre, a tomar decisões pessoais em virtude da sua posição individual ante os valores que julga realizados no passado e que deseja realizar para o futuro. O termo “encôntro”, experiência sumamente pessoal, seria preferível à palavra “influência”. A prática, porém, consagrou a segunda expressão, e parece mais prudente não lhe fazer oposição, desde que saibamos os limites da metáfora. O perigo não está nos termos, e sim na interpretação dos mesmos.

B. O OBJETO FORMAL.

§ 12. O tempo.

O objeto formal da história, segundo a nossa definição, é a sucessão temporal, quer dizer: a história estuda os atos humanos sob o ponto de vista do tempo.

Que é tempo?

Embora nos seja um termo familiar, é difícilimo explicar a noção do tempo. Já o sabia Santo Agostinho, dizendo: *Si nemo ex me quaerat, scio: si quaerenti explicare velim, nescio* (10). Não queremos entrar aqui numa discussão filosófica, limitando-nos apenas a algumas distinções relativas ao nosso assunto.

O tempo é um fluir constante, uma sucessão ininterrupta:

(9). — Pe. Leonel Franca, *A Crise do Mundo Moderno*, Rio de Janeiro, 1951, pág. 21.
(10). — S. Augustinus, *Confessiones*, XI 14, 2. — Cf. J. Balmes, *Filosofia Fundamental* (Obras Completas, Barcelona, Biblioteca Perenne, 1948, vol. I, pág. 788): *El tiempo es una cosa muy difícil de explicar; quien nega semejante dificultad, manifiesta haber meditado muy poco sobre el fundo de la cuestión.* — Cf. Pascal (ed. citada), pág. 170. Sobre o “tempo histórico”, cf. *L’Homme et l’Histoire* (=Actes du VIe Congrès des Sociétés de Philosophie de langue française), Presses Universitaires de France, 1952, págs. 51-81.

não se imagina o tempo sem o movimento (11). E' impossível êle parar, retardar ou acelerar; além disso, é algo de fatalmente irreversível e irrevogável. O espírito humano abrange as três partes do tempo: o passado, o presente e o futuro. Pelo dom da recordação recompõe, como já vimos, os restos do passado naufragado; mediante os seus planos, desejos, esperanças e temores antecipa até o porvir remoto. Prova esplêndida da espiritualidade humana! *Du fait même qu'il se souvient, l'homme rachète donc partiellement le monde du devenir qui l'entraîne et s'en rachète avec lui. En pensant l'univers et en nous pensant nous-mêmes, nous engendrons un ordre de l'être intermédiaire entre l'instanéité de l'être des corps et la permanence de Dieu* (12).

A física lida com um conceito bastante abstrato do tempo: o "tempo físico" é homogêneo, quer dizer: compõe-se de fragmentos completamente iguais, é semelhante a uma linha infinita e redutível a uma fórmula matemática, por exemplo $t \times v = d$. Na existência humana, topamos num conceito mais concreto e rico do tempo: o "tempo psicológico" não é a sucessão monótona de momentos perfeitamente iguais, registrados mecânicamente por um relógio, mas compõe-se de "situações" únicas e irrepetíveis. O tempo, medido e vivido pela alma humana, constitui-lhe uma situação concreta e individual: a mesma "hora física" é interminável para quem sofre, teme ou anseia, mas um momento fugitivo para quem goza ou se deleita. Há mais: uma "situação" pode ser uma fase decisiva na existência de uma pessoa, sendo a prismatização do passado através do espírito humano: êste, reconhecendo o passado e dando-lhe certo valor, pode-o prolongar ou renegar, conforme uma livre decisão. Ora, o "tempo histórico" é a sucessão de tais "situações" únicas, em que vivem as unidades históricas (indivíduos e coletividades). Os seus elementos constitutivos, as "situações" não são iguais entre si, nem completamente independentes uma das outras: conservam os restos do passado e contêm os germes do futuro. Na "situação" atual, a pessoa humana julga-se responsável pelo que foi e pelo que será.

§ 13. *Duas conseqüências.*

Daí se seguem duas conseqüências práticas para a história:

I. A história estuda os atos humanos sob o seu aspecto temporal, como *acontecimentos sucessivos de um processo genético*, ou — por outra — estuda-os sob o aspecto do *fieri*, do "devir" ou

(11). — Daí a célebre definição de Aristóteles (*Physica*, IV 11, 5): "O tempo é o movimento, enquanto numerável", ou: "O tempo é a contagem do movimento, em relação a uma fase anterior e posterior (do movimento)".

(12). — E. Gilson: *L'Esprit de la Philosophie Médiévale*, Paris, 1932, II, pág. 184.

vir a ser. Tem por objeto casos concretos, únicos, irrevogáveis e irreversíveis. A sociologia pode estudar os mesmos objetos, mas estuda-os sob aspecto diferente, eliminando tôdas as circunstâncias históricas pròpriamente ditas para ficar só com um aspecto abstrato e geral, perguntando por exemplo: “Quais as condições necessárias para se realizar uma revolução? Quais as características que lhe são inerentes?”, etc. Se a história fizesse assim, escapar-lhe-ia o objeto que lhe é próprio: ela, encarando o seu objeto de modo mais concreto ou singular pergunta, por exemplo: “Quais os acontecimentos particulares da Revolução francesa? Qual a “situação” histórica que nô-la torna compreensível?”, etc. Não se interessa por fenômenos genéricos, por exemplo, a Revolução como tal, mas visa os acontecimentos singulares na sua sucessão temporal. Não é ciência normativa ou dogmática, mas eminentemente descritiva: os fatos singulares, que descreve, podiam ter-se realizado de outra maneira ou com outros caracteres singulares, ou então, podiam não se ter realizado. Ao entrar em contacto com certos fenômenos culturais do passado, por exemplo a religião, o direito, as artes, a economia, etc., sistematiza, sim, mas sempre a título precário.

II. As “situações” históricas são únicas. Contudo, o nosso espírito está sempre em busca da unidade, não da unicidade, escapando-lhe o caso concreto e individual. E’ nossa constante preocupação criar certa ordem nos fenômenos múltiplos e variados, ou seja sistematizar. O sistema torna-nos compreensível o que antes parecia desordenado e confuso: *ordo est unitas multitudinis*. Também a história não pode esquivar-se a essa exigência do espírito humano: também ela vê-se obrigada a valer-se de abstrações. Uma delas é a chamada “tipologia histórica”. Os historiadores modernos falam muitas vêzes no “homem antigo”, no “homem medieval”, no “liberalismo”, na “democracia”, etc. Logo se percebe que o homem medieval é uma abstração: assim mesmo tem fundamento na realidade. As pessoas que viviam na Idade Média, achavam-se numa “situação” histórica, que sem dúvida não era idêntica para cada uma delas, mas inegavelmente representava certas feições comuns. Isso explica certas semelhanças no seu modo de agir e reagir, nas suas convicções e nas suas decisões. Por essas características, que lhes são particulares, diferenciam-se de outros tipos históricos, prescindindo-se de diferenças individuais. O tempo, que dêles nos separa, faz-nos melhor ver essas semelhanças e diferenças. A tipologia histórica mostra-nos, por assim dizer, um panorama, a facilitar-nos a visão global do conjunto, e a fazer recuar para o segundo plano os elementos individuais. Mas assim como o panorama de uma paisagem selvagem não exclui a possibilidade de aí haver uma construção qualquer, devida à intervenção do homem, assim

o tipo do “homem medieval” não é rigorosamente uniforme. O Imperador Frederico II (1212-1250), “o primeiro homem moderno no trono” (13), era contemporâneo de tipos bem medievais, o papa Inocêncio III (1198-1216) e o papa Gregório IX (1227-1241). O “homem medieval” não é uma abstração propriamente dita no sentido de ser predicável o conceito superior a todos os seus inferiores, tal como o conceito “homem”, que cabe a todos os indivíduos humanos: é uma aproximação sintética, uma tentativa de abranger num único termo a riqueza inexaurível da vida concreta, uma regra geral que admite sempre exceções. Outrossim, é bastante difícil dar uma definição exata dos tipos históricos. Mais adiante lhes aprofundaremos o conteúdo.

(13). — A característica é de J. Burckhardt no Capítulo I do seu livro: *A Cultura da Renascença na Itália* (1a. edição, 1867).

CAPÍTULO TERCEIRO

O VALOR DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

§ 14. *As diversas espécies de certeza.*

Antes de abordarmos a questão se a história pode ser considerada como ciência, devemos examinar um problema preliminar: a história é capaz de atingir a verdade? Da resposta, dada a esta pergunta, dependerá, em parte, o caráter científico da história.

Qual o critério da verdade? No pensamento realista, é a evidência objetiva. Evidentes são as verdades que se me apresentam de forma tão clara e manifesta que me obrigam a um firme assentimento, o qual exclui todo e qualquer medo de errar. Podemos dizer que a evidência é o aspecto objetivo da verdade, ao passo que a certeza lhe constitui o aspecto subjetivo. Pois na medida em que me é evidente uma verdade, tenho dela certeza. Ora, existem várias espécies de certeza, das quais mencionamos:

I. Quanto à base em que se origina a certeza, distinguimos entre:

a) a certeza metafísica, baseada na relação absolutamente necessária entre o sujeito e o predicado, por exemplo: "O círculo é redondo". Deixando de ser redondo, o círculo deixa de ser círculo. O contrário desta proposição é absolutamente impossível.

b) a certeza física, baseada na necessidade hipotética das leis físicas, por exemplo: "O fogo queima a madeira". O contrário desta proposição é evidentemente falso, mas não impossível em si, pois pode intervir outra lei física ou um milagre.

c) a certeza moral, baseada na necessidade igualmente hipotética das leis psicológicas e morais, por exemplo: "Os pais querem bem aos filhos". O contrário desta proposição é bem possível, devido a um desvio moral de certo pai individual. Mesmo assim, o asserto dá uma regra geral, corroborada por numerosíssimos casos.

II. Quanto ao modo de que se origina a certeza, distinguimos entre:

a) a certeza direta, adquirida pela própria experiência (por exemplo: "amanhece").

b) a certeza indireta, adquirida pela experiência de outras pessoas (por exemplo: “São Paulo foi fundada pelo Padre Nóbrega”).

§ 15. A certeza histórica.

Já se vê que a história pode atingir, entre as certezas da primeira categoria, só a moral, entre as da segunda, só a indireta. Na vida cotidiana a situação é muitas vêzes a mesma.

I. Ao ler no jornal: “Inundações catastróficas na Europa Ocidental”, tenho do fato só certeza indireta. Pode ser que o jornal minta por certo sensacionalismo, ou que se engane por certo mal-entendido, ou que tenha sido enganado, de propósito, por outros, etc. Encontrando a notícia num jornal pouco sério ou geralmente mal informado, aceito-a com a devida reserva, a qual vai-se esvaecendo na medida em que outras e melhores fontes vêm confirmando o mesmo fato. Em alguns casos, tal reserva se reduz a um mínimo ou, praticamente, não existe, ao encontrar-se a notícia num jornal que já deu provas abundantes e convincentes de ser honesto e bem informado. Tratando-se de um acontecimento vultoso, tal como em nosso caso, muito provavelmente terei a oportunidade, nos dias seguintes, de ver confirmada a primeira notícia por outros indícios: descrições minuciosas no mesmo ou noutro jornal, fotografias, reportagens cinematográficas e radiofônicas, cartas de amigos da Europa, etc. Como duvidar, então, da verdade do fato? Seria igual a admitir as conseqüências sem admitir a causa, o que é um absurdo: *nullus effectus sine causa*.

Além dessa *reductio ad absurdum*, tenho outro argumento mais decisivo ainda, que no fundo é uma certeza moral: o homem é capaz de conhecer a verdade e testemunhar dela, faculdades essas que o não premunem contra o êrro e o lôgro, dois desvios bem possíveis na vida intelectual e moral, mas que não se podem admitir sem prova suficiente. Na vida cotidiana geralmente não me custa muito estabelecer a verdade de uma notícia. A convergência de vários testemunhos, independentes uns dos outros, já é prova suficiente. Amiúde basta-me saber a competência e a sinceridade de um único testemunho. Em outros casos é a combinação desses vários fatores que me leva à certeza moral. Pode faltar, porém, a prova suficiente: tenho motivos objetivos para pôr em dúvida a competência ou a sinceridade de uma ou mais testemunhas. Nesta hipótese, abstenho-me de dar meu assentimento, limitando-me a considerar o fato como provável ou possível, ou até como improvável ou impossível, conforme o valor objetivo dos meus argumentos pró ou contra. Na vida cotidiana quase nunca me sirvo de

uma argumentação completa ou científica para verificar a realidade de um fato concreto: meu raciocínio é espontâneo, implícito, abreviado. *Daily life is an act of faith*, dizia o Cardeal Newman. Com efeito, tornar-se-ia impossível tôda e qualquer sociedade sem a certeza moral e sem a certeza indireta.

A certeza moral não se restringe apenas à verificação dos fatos, por assim dizer, “materiais”, tais como a existência de uma crise ministerial ou de um terremoto na Turquia; aplica-se também à interpretação dos mesmos. Constantemente comentamos e “interpretamos” os atos e as palavras do próximo. Em virtude de quê? Meus argumentos, quase nunca formulados explicitamente, mas por isso não menos certos, são os seguintes: todos os homens são essencialmente iguais apesar das numerosas e importantes diferenças accidentais. Pois bem, eu me conheço a mim mesmo, pelo menos até certo ponto. Logo, na medida em que me conheço, posso ter conhecimentos também de outras pessoas, por mais fragmentários que sejam. E’ verdade, bem sei, que os atos humanos são complexos, não podendo ser explicados ou compreendidos completamente. Tenho de contentar-me com uma explicação parcial. Mas uma explicação parcial e fragmentária não é igual a uma explicação errônea: embora deficiente, é certa maneira de compreender, sobretudo quando se sabe que nem tudo foi explicado. Ora, essa explicação tem de basear-se em evidências demonstráveis e verificáveis, digamos: em argumentos objetivos. Na vida cotidiana geralmente não argumento por meio de um raciocínio silogístico, mas por projetar espontaneamente a minha própria experiência na existência alheia. E’ o *judicium prudentis viri*, comparável à “prudência” no setor moral e ao bom gôsto em assuntos estéticos. Nem todos o possuem no mesmo grau, nem sequer é garantido por uma vasta erudição. O homem “experimentado”, quer dizer, o que possui “experiência refletida” da vida, pertence mais à categoria dos *sábios* (1) do que à dos eruditos.

II. Êsses pressupostos, de tanta importância para a vida prática, constituem também a base do conhecimento histórico. Para alcançá-lo disponho de meios essencialmente iguais aos que emprego na vida cotidiana: ali, porém, o meu processo é mais metódico e o raciocínio mais explícito. O conhecimento histórico baseia-se, necessariamente, em testemunhos ou documentos: *pas de documents*, *pas d’histoire*. Ora, para dar-lhes crédito, preciso provar três coisas:

a) que os documentos me comunicam deveras certo acontecimento: é o exame da realidade.

(1). — “Sábios” = *sapientes* (latim) = *sages* (francês).

b) que a testemunha podia conhecer a verdade do fato comunicado: é a questão da competência.

c) que a testemunha não mentiu: é a pesquisa pela sinceridade.

III. Ora, em muitos casos a história é capaz de fornecer essas três provas. Logo, atinge a verdade. A Crítica Histórica, cujos princípios e métodos havemos de expor na segunda parte deste livro, tem por objeto estabelecer as normas científicas para a realidade, a credibilidade e a veracidade dos documentos históricos. Negar a verdade no terreno da história é igual a negá-la na vida prática, e tal atitude cética é absurda e até impossível. Assim como não posso duvidar, razoavelmente, da existência dos Estados Unidos da América do Norte sem dêles ter uma experiência pessoal, assim não posso pôr em dúvida a verdade de alguns fatos históricos, por exemplo a existência de Napoleão, Júlio César, Alexandre Magno, etc. Foram testemunhados por uma multidão de documentos, cujo número vai-se aumentando constantemente graças a novas descobertas, muitas vêzes fortuitas, as quais não podem ter sido forjadas com o fim de me enganar. Que se experimente seriamente um ceticismo radical a respeito das linhas gerais da história pátria ou universal: logo se verá que é um ridículo absurdo. E' claro que em muitos casos particulares devo suspender meu sentimento, devido à falta de evidências objetivas: a mesma situação existe também na vida cotidiana. Mas milhares de casos particulares, que me constroem a observar certa reserva, ainda não justificam um ceticismo total. As normas da Crítica Histórica são muito rigorosas, sem, contudo, admitirem o processo matemático da geometria: ao passo que esta se ocupa com abstrações, o historiador lida com fatos concretos. Neste campo é imprescindível certo "tino", um hábito no sentido escolástico da palavra, requerendo, é verdade, a presença do "dom natural", mas exigindo também conhecimentos teóricos da Crítica Histórica e exercícios práticos na aplicação das regras, estabelecidas por ela. Muitas vêzes, o pesquisador chegará à certeza somente em virtude de uma acumulação de probabilidades, independentes umas das outras: *probabilities too fine to avail separately, too subtle and circuitous to be convertible into syllogisms, too numerous and various for such conversion, even were they convertible* (2). A convergência de vários indícios prováveis, não bastando cada um de per si para apontar com certeza num fato, é freqüentemente um argumento de valor para o historiador. A certeza não se origina da simples adição de probabilidades, — pois, procedendo assim, nunca ultrapassaríamos os limi-

(2). — John Henry Cardinal Newman, *A Grammar of Assent*, Longmans, Green & Co., New York, London, Toronto, 1947, pág. 219.

tes do provável, — mas baseia-se na concordância das probabilidades. Os vários indícios, considerados juntos, têm só suficiente razão de ser, quando convergem num fato determinado.

§ 16. *Algumas objeções práticas.*

Um ceticismo radical é, como já vimos, uma atitude injustificável. Outrossim, tal dúvida extrema se defende pouquíssimas vezes. Muitos, porém, aderem a um ceticismo moderado, valendo-se de um ou mais destes argumentos:

I. E' impossível verificarmos a veracidade de uma testemunha. Todo homem pode mentir. Logo, nunca teremos certeza de que esta ou aquela testemunha não tenha mentido.

E' verdade que todo homem pode mentir: *omnis homo mendax*, diz a Bíblia (3). Mas não é menos verdade é que ninguém mente sem motivo subjetivamente suficiente. A ganância, o ódio, a simpatia, a vaidade, o medo, e até o prazer de enganar são alguns desses motivos, capazes de levarem o homem à mentira. Ora, em muitos casos podemos chegar à certeza de que esta ou aquela testemunha não tinha motivo algum para mentir: a circunstância de ser universalmente conhecido o fato testemunhado, a banalidade do fato, o risco que se corria em esconder a verdade, etc. E' difícil verificar isso, tratando-se de um caso meio anormal ou doentio, em que um sujeito mente por prazer de enganar. Mas muitas vezes temos a oportunidade de confrontar o depoimento dêle com o de outra(s) testemunha(s). E não é legítimo admitir esses casos doentios como normais. Logo, podemos atingir a verdade histórica, se nem sempre, ao menos em muitos casos.

II. Muitas pessoas não possuem bastante instrução nem isenção de espírito para testemunhar objetivamente um fato. Sem o propósito de mentir, deturpam a verdade histórica por atribuírem muitos acontecimentos a uma intervenção direta do sobrenatural. Assim fez Heródoto, assim fizeram as lendas medievais e muitos outros documentos históricos.

Mas testemunhar um fato e interpretá-lo são duas coisas bem diferentes: *assurons-nous bien du fait avant que de nous inquiéter de la cause*. Para dar uma interpretação requer-se geralmente muito mais competência do que para depor sobre fatos. Aqui bastam, no mais das vezes, o bom senso e o reto emprêgo dos sentidos, qualidades humanas que não são privilégios de um homem culto. Estabelecidos os fatos, o historiador tem a tarefa de criticar tam-

(3). — *Salmo*, CXV (CXIV) 11. — A nova versão latina de 1945 dá: *omnis homofallax*.

bém a interpretação, dada pela testemunha, servindo-se de critérios internos e, sendo possível, externos. Pode ser que, neste ponto, chegue a uma conclusão diferente da do seu documento. Em uma palavra, pode ficar com o fato sem aceitar a interpretação do documento.

III. Quanto mais se aplica a crítica a fatos chamados históricos, tanto menos se tornam certos. A história da Roma primitiva, tal como foi narrada por Tito-Lívio e Dionísio de Halicarnasso, é o exemplo clássico da desvalorização de fatos "históricos". E' prova suficiente de não existir a certeza histórica.

Com efeito, muitos fatos históricos, outrora admitidos como autênticos, tornaram-se duvidosos ou até falsos ao serem examinados à luz de uma crítica rigorosa. Mas nem todos foram reprovados ou eliminados. Bem ao contrário: alguns foram verificados e novamente corroborados, e outros, antigamente desconhecidos, foram admitidos em virtude de novas descobertas, outras combinações e ilações. E nas duas categorias encontram-se fatos históricos de tamanha evidência, que ninguém os pode pôr razoavelmente em dúvida, mesmo que se lhes apliquem as normas mais severas da crítica.

IV. A abundância de indícios relativos a um fato histórico, ao invés de ajudar ao historiador, lhe é quase sempre um grave empecilho, visto que as várias fontes geralmente se contradizem. E' sabido que Sir Walter Raleigh (4), quando prêso na *Tower* de Londres, escreveu uma história universal. Certo dia viu no pátio da prisão grande motim, e observou-o com muita atenção. Pouco tempo após, o carcereiro entrou na cela, comunicando-lhe o que acontecera no pátio. Raleigh, vendo a discrepância entre a própria observação e a relação do carcereiro, atirou desanimado seu manuscrito ao fogo.

A anedota prova como é difícil atingir a verdade na história, mas não prova que seja impossível. Recentes experiências psicológicas demonstraram duas coisas. Primeiro, a maior parte das pessoas que assistem a um motim, antes minuciosamente organizado e fixado por escrito, não sabem descrevê-lo de acôrdo com a verdade, e fazem dêle relatórios deficientes e contraditórios. Segundo, um juiz perito consegue, geralmente, reconstruir a sucessão dos fatos verificados mesmo por meio dêsses testemunhos deficientes e contraditórios. Muito depende, pois, da pe-

(4). — Sir Walter Raleigh (1552-1618), um dos grandes heróis marítimos da Inglaterra, era favorito da rainha Elisabeth I (*The Virgin Queen*), em cuja honra apelidou a nova colônia norte-americana de *Virgínia* (1585). Sob o reinado de Jaime I foi acusado de haver conspirado contra o trono, condenado à morte (1603) e perdoado, mas ficou prêso na *Tower* até o ano 1616. Em 1618 foi morto por causa de uma expedição malograda.

rícia do juiz, *in casu*, do historiador. E assim como a criminologia moderna dispõe de muitos meios para descobrir o culpado, assim o historiador de nossos dias possui instrumentos aprimorados para verificar em numerosos casos os fatos históricos. Outrossim, muitos acontecimentos, registrados nos documentos, não tinham o caráter de um motim, não exigindo, portanto, uma extraordinária presença de espírito da parte das testemunhas. E, afinal, a historiografia moderna aproveita-se, muito mais que a do século XVI, de documentos que não foram compostos com o fim de transmitirem conhecimentos históricos à posteridade, mas de todos e quaisquer vestígios do passado em que se encontram referências ocasionais. Nesta categoria de fontes há muito menos perigo de penetrarem desfigurações da verdade histórica.

V. Mas a interpretação dos fatos? Não nos achamos aí no campo de um subjetivismo ilimitado? Admite-se, geralmente, que o historiador consegue estabelecer com precisão muitos fatos “materiais” da história, por exemplo que Napoleão foi coroado Imperador no dia 2 de dezembro de 1804, que Lutero publicou as 95 teses no dia 31 de outubro de 1517, e que Júlio César foi assassinado no dia 15 de março de 44 a. C. Mas êsses fatos não passam do esqueleto da história: falta-lhes a vida. Se o historiador se desse por contente em registrá-los, sem lhes procurar a íntima conexão, sem lhes dar uma interpretação e um sentido, seria simplesmente um escrivão, por mais inteligente que fôsse, não chegando a ser um sábio, título êsse a que aspira. Ora, no setor da interpretação lavra uma confusão indescritível: *quot capita, tot sententiae*. Cada historiador nos traz o seu Napoleão, o seu Lutero, o seu César, de acôrdo com as suas convicções políticas, nacionais ou religiosas.

A divergência entre as diversas interpretações é muitas vezes mais aparente do que real: amiúde se trata apenas de mal-entendidos, de discussões sôbre palavras, de “acentuações” diferentes. Contudo devemos conceder que a objeção é séria e merece tôda a nossa atenção. Na interpretação dos fatos poderíamos, — muito globalmente, — distinguir entre três fatôres: o “entendimento” dos atos humanos, a procura das causas, e a apreciação dos fatos.

a) O “entendimento” dos atos humanos, tanto na história como na vida cotidiana, é baseado na experiência pessoal de quem “entende”. Aqui, como acolá, será capaz de “entender” só quem possuir uma experiência refletida da vida humana, quer dizer: só quem, observando atentamente a perpétua corrente da vida dentro e fora de si, lhe souber tirar algo de permanente e essencial. Vários caminhos levam a êsse conhecimento: a indução, a

dedução, a comparação, a oposição, e, finalmente, a faculdade de transportar-se mentalmente em experiências alheias. Com efeito, o grande historiador é um homem “experimentado” e profundo conhecedor do coração humano, porque sabe “entrar na pele” de outras pessoas, podendo dizer com o poeta latino: *Homo sum, humani nil a me alienum puto* (5). Ao recuperar os restos do passado, precisa “re-viver” as experiências de outrora, processo êsse que se lhe torna possível por encontrar-se em todos os terrenos da história o Eterno Homem, até nos tempos mais remotos e nas culturas mais longínquas. E’ sempre do filho de Adão e Eva que nos conta a história, essencialmente igual através de todos os séculos, apesar das numerosas diferenças accidentais. Em virtude dêsse princípio podemos “re-viver” e “entender” os atos humanos de pessoas aparentemente tão estranhas e até esquisitas. Sem dúvida, êsse conhecimento tem as suas imperfeições, devidas à complexidade do objeto bem como à estrutura do nosso espírito. E’ um conhecimento imperfeito, mas que reconhece as suas deficiências; é fragmentário, mas sincero e fiel dentro das suas limitações. Assim se explica o fato de haver tantas divergências entre os diversos historiadores: cada um dêles encara outro aspecto de um objeto muitíssimo complexo. O melhor e mais profundo intérprete dos atos humanos será aquêle que souber examiná-los sob o maior número possível dos aspectos, não numa justaposição material, mas numa ordenação hierárquica, sabendo-lhes descobrir o núcleo central. O resultado jamais poderá ser perfeito, sendo que sempre nos escapará algo do mistério que é o homem; nem poderá ser obtido *more geometrico*, dada a natureza do homem que, por possuir uma alma espiritual, se subtrai às determinações da matéria. Mas mesmo assim o “entendimento” histórico não é uma construção arbitrária: funda-se em argumentos objetivos. Faltando êsses, termina a interpretação científica e começa a hipótese, da qual a história se pode servir como tôdas as outras ciências. E muitas vêzes acontece que uma hipótese histórica depois é confirmada por uma argumentação sólida, baseada em evidências objetivas. Do valor das evidências, depende, pois, o valor do “entendimento”. A argumentação histórica muitas vêzes não é explícita, mas entrelaça-se, quase imperceptivelmente, à exposição dos fatos, a qual, no fundo, já é certa maneira de interpretar.

b) Quanto à procura das causas, devemos distinguir entre causas ocasionais e remotas, causas passageiras e determinantes, etc. (6). Em geral, basta o bom senso para indicar as causas ocasionais e passageiras, que se nos apresentam com tamanha evi-

(5). — Terentius, *Heauton Timoroumenos*, 77. — Cf. o epíteto inglês, aplicado a Shakespeare: *the myriad minded man*.

(6). — Cf. § 66, I.

dência que é quase impossível ignorá-las e muitas vèzes nos ofuscam a vista para descobriremos as causas remotas. Ninguém dúvida, por exemplo, de que as indulgências, pregadas por Tetzl na Alemanha, foram uma das causas ocasionais da revolta de Lutero. Mas as causas remotas levam-nos muito mais longe, e aí surgem geralmente as dificuldades. O nosso conhecimento das causas históricas é muito pobre, como havemos de expor mais adiante (7). Mas vale a mesma regra que já formulamos acima: a procura das causas históricas não é um ato subjetivo e arbitrário, e sim obedece às boas regras da lógica e da filosofia, verificáveis para outros.

c) A apreciação dos fatos históricos é outra questão, que pretendemos expor na terceira parte dèste livro (8). Basta dizermos aqui que os próprios fatos não se explicam a si mesmos, mas que é o historiador, — o espírito humano, — que lhes dá certo aprêço. Em virtude de quê? Em virtude de certa filosofia, “mundividência” ou credo religioso, cujos princípios, se não podem ser julgados pela história, podem e devem ser examinados por uma ciência superior: a filosofia ou a teologia. E quais as normas que são aplicadas por essas ciências? São, mais uma vez, argumentos objetivos ou evidências.

VI. Restam dificuldades quanto à objetividade da história: bem o compreendemos. As páginas anteriores pretenderam apenas introduzir o leitor no problema mais árduo da nossa ciência: em outros parágrafos dèste livro tornaremos a discutí-lo (9). Por enquanto basta sabermos que o valor da interpretação histórica depende de argumentos objetivos, mas que a argumentação histórica difere *toto caelo* de uma demonstração matemática. A história não lida com abstrações, mas com fatos concretos: aí está a maior dificuldade. E o objeto próprio das ciências “puras” é o universal e o necessário; não o particular e o contingente, que é o objeto da história. Resumindo, podemos dizer: o conhecimento histórico tem valor objetivo e universal neste sentido: para ser universal basta que possa ser admitido e aceito por todos os que se ocupam da mesma matéria, e para ser objetivo basta que o adiantamento da ciência não o aniquile por completo, mas o aprofunde e integre numa nova síntese. Um exemplo prático: Tucídides formulou há 2500 anos com grande perspicácia as causas da guerra peloponésia. A historiografia moderna não modificou essencialmente a interpretação do grande ateniense, pôsto que lhe enriquecesse e aprofundasse o sentido (10).

(7). — Cf. § 66, II.

(8). — Cf. § 70.

(9). — Cf. § 33, IV e § 72, IV.

VII. Ao terminar este capítulo, uma observação prática. Já vimos bastante que a interpretação dos atos humanos se funda na experiência refletida de quem interpreta. Daí se segue este corolário.

Entende-se uma síntese histórica na medida em que se possui experiência pessoal da vida. A compreensão do teorema de Pitágoras exige que os alunos acompanhem inteligentemente a explicação, dada pelo professor; e que tenham certos conhecimentos prévios da matemática; não supõe, porém, experiência da vida. A viva interpretação histórica, dada pelo professor e enriquecida de tantos exemplos ilustrativos, é pelo aluno quase sempre reduzida ou a uma repetição enfadonha ou então a uma fórmula simplificadora. O que estava vivo, parece morto agora. Não é falta de inteligência, e sim falta de experiência pessoal da vida e da cultura, a que, geralmente, acresce, a incapacidade de "re-viver" experiências alheias. Além disso, conceitos históricos, como por exemplo "o homem medieval", são muitas vezes tratados por principiantes como verdadeiras abstrações. O mestre, porém, maneja-os como "conceitos coletivos", esforçando-se constantemente por concretizá-los. Ao pronunciar a palavra "Idade Média", surge-lhe espontaneamente ao espírito numerosas associações: o feudalismo, o conflito entre o Império e o Sacerdócio, as catedrais, a poesia dos trovadores, a *Summa Theologica*, as corporações, as Cruzadas, etc. Ele possui conhecimentos pessoais de todas essas coisas concretas, ao passo que para os meninos são nomes sem vida própria e decorados com dificuldade.

(10). — Cf. G. Isaye, apud *L'Homme et l'Histoire*, pág. 21: *La justification critique des principes invariables peut progresser, en utilisant la rétorsion comme critère. Et de plus, il est possible de faire des progrès en précision. Un jugement peut se présenter à juste titre comme universellement vrai à un moment où l'on ignore encore une certaine distinction. Y a-t-il alors "révision" de ce jugement? Une précision nouvelle, oui. Une correction, non; car le jugement n'avait pas pris position à l'égard d'une distinction qu'il ignorait, dont il faisait abstraction. Cette fois, il y a passage de l'ignorance à la connaissance, non de l'erreur à la vérité. L'histoire de la pensée concilie donc la temporalité avec la certitude légitime.*

CAPÍTULO QUARTO

A HISTÓRIA E' UMA CIÊNCIA MORAL

§ 17. *O conceito escolástico da ciência.*

Hoje em dia, a história passa geralmente por uma ciência, e como tal, é filha dos trabalhos filológicos dos humanistas, das teorias esclarecidas do século XVIII, e do Romantismo. Até então fazia parte da literatura ou da moral. Logo se vê, porém, que a história não pode ser considerada como ciência no sentido das matemáticas ou da física, e muito menos ainda na da filosofia. Qual é, então, o caráter científico da história?

A definição escolástica de ciência reza: *cognitio rerum per causas*. Vale a pena examinarmos os elementos desta sentença lapidar.

I. A ciência é conhecimento. Não se pode falar em conhecimento sem lhe ligar a idéia de certeza. Conhecimentos incertos, se é que se pode falar assim, são opiniões, conjeturas ou suposições. Claro que uma ciência não pode ser aglomeração de opiniões subjetivas, mas tem de ser sistema lógico de conhecimentos certos e objetivos, pelo menos nos seus princípios. Ora, já sabemos que a história atinge conhecimentos certos em numerosos casos e que procede metódicamente para atingí-los. Logo, a história satisfaz à primeira condição.

II. A palavra *rerum* é bastante vaga. A história, por acaso, se ocupa de tôdas as coisas? Não, é o privilégio da filosofia ter um objeto material tão amplo. Já conhecemos o objeto próprio da história: os atos humanos. Tôdas as ciências têm um objeto próprio e determinado, que, além disso, encaram sob certo aspecto: êste, o objeto formal, era para a história a sucessão temporal. Aqui se nos deparam certas dificuldades.

A inteligência humana tem por objeto próprio o universal, escapando-lhe o concreto, o individual, o qual pode ser atingido apenas mediante uma intuição sensitiva ou intelectual. Ora, o objeto material da história são os atos humanos, coisas essencialmente individuais, concretas e únicas. A física lida com "casos" gerais sem se preocupar do caráter individual dos fenômenos. A medida, porém, que penetrarmos mais a fundo no Reino do Ser,

far-se-á mais mister procurarmos a fisionomia individual dos objetos estudados, tornando-se menos satisfatório um método generalizador. Precisamos indagar-lhes os valores insubstituíveis e o sentido autônomo. Por outro lado, não nos é dada uma intuição imediata das realidades espirituais. O espírito humano tem de fazer abstrações de qualquer maneira. Já vimos que a história, por não poder escapar a essa lei, se serve de “tipologias”. Mas elas não são abstrações no sentido próprio da palavra. São esforços por se aproximar o mais perto possível da natureza concreta, a abrangerem, dentro da unidade metafísica, as realizações gradualmente variadas dos indivíduos concretos que constituem certa “coletividade”. Tendem a tornar-se cada vez mais ricas em associações concretas, ao passo que os conceitos físicos tendem a ser reduzidos a uma fórmula matemática, unívoca e abstrata. O grande livro da natureza inanimada está escrito em linguagem matemática; na biologia, o terreno limítrofe das ciências naturais e “morais”, já se nos apresenta certa individualidade; nas disciplinas, que tratam dos atos humanos, encontramos a unicidade. O homem, por participar do espírito, quer ser entendido como um ser autônomo.

III. Atos humanos são contingentes e livres, não necessários. Ora, não pode haver ciência propriamente dita senão do necessário. Logo, a história não é ciência propriamente dita.

Nenhuma ciência, porém, pode ser justaposição material de conhecimentos isolados, por mais certos que sejam, mas tem de dar o porquê. Investigar as causas, procurar *por que* as coisas são assim e não de outra forma, é uma tendência inata do espírito humano: a admiração pelas coisas que nos rodeiam, já bem visível numa criança, é a origem da filosofia (1) e das ciências particulares. Conhecimentos isolados não satisfazem ao espírito humano por lhes faltar o laço espiritual. Também a história não pode dispensar a causalidade. O importante, porém, é sabermos o que devemos entender por “causas históricas”. Pretendemos estudar o mesmo assunto na terceira parte deste livro (2); por enquanto basta que assinalemos algumas diferenças entre as causas físicas e as causas históricas.

a) As causas que se nos apresentam na história são sempre muito complexas e heterogêneas: influências do clima, da raça, da tradição, além disso: o “acaso” e as livres decisões da pessoa humana. Para compreendermos um fenômeno histórico na sua totalidade não podemos decompor esses diversos fatores nos seus elementos constitutivos e, depois, estudá-los isoladamente. Se fizessemos assim, estropiaríamos a realidade histórica, que é preci-

(1). — Cf. Aristóteles, *Metaphysica* I 2, 8 e 11.

(2). — Cf. § 66.

Assimamente o conjunto de todos esses fatores. Além disso, não se prestam a experiências como os fenômenos físicos: o tempo histórico é irreversível e irrepetível. As causas físicas têm caráter prospectivo, quer dizer: podemos prever que fenômeno A (por exemplo a temperatura de 100° C.) terá por resultado fenômeno B (por exemplo o ferver da água). A causalidade histórica possui apenas valor retrospectivo, quer dizer: o conjunto das circunstâncias A (por exemplo a opressão política e social do *Ancien Régime*, as idéias esclarecidas do século XVIII, etc.) torna-nos compreensível o aparecimento do acontecimento B (por exemplo a Revolução francesa, que, por sua vez, é um fenômeno extremamente complexo), mas sempre devemos admitir que o fenômeno B podia ter sido bem diferente do que foi na realidade. Sendo assim, seria mais prudente não dizermos: a história é a ciência dos atos humanos *pelas* causas, mas: é a ciência *das* causas que influíram nos atos humanos.

b) O homem, enquanto pessoa, está fora do determinismo cego que rege o mundo físico: a pessoa, *naturae rationalis individua substantia* (3), é livre. Mas já vimos (§ 10) que o homem deve conquistar laboriosamente a sua personalidade e, por conseguinte, a sua liberdade, para vir a ser verdadeiramente o que é. Quanto mais se espiritualiza, tanto mais se torna livre, mas geralmente pesam sobre ele as condições da matéria. A liberdade, que lhe foi outorgada, é uma dádiva precária, nunca aproveitada inteiramente: o homem entrega-se largamente aos acontecimentos como um animal, não sendo capaz de transformar por completo a sua vida num ato livre e espiritual. Tem a vida vegetativa das plantas, e a vida sensitiva dos brutos: nestas qualidades está invariavelmente sujeito a leis físicas e biológicas, das quais esforço nenhum o poderá fazer sair. Para o historiador este determinismo é, porém, de somenos importância, visto que se interessa só ocasionalmente por esses aspectos da natureza humana. Mas há no homem um "determinismo" superior (se é que se pode empregar o termo assim), arraigado na estrutura do homem que é animal racional. Como tal, está sujeito a certa regularidade no seu compartimento, ditada, em última análise, pela Verdade, pelo Bom e pelo Belo. À luz desses fins, mesmo livremente propostos, ser-nos-á possível descobrir certas "leis morais", também nos atos humanos: nelas se funda a certeza moral. Elas têm só valor aproximativo e não estorvam a liberdade de um ato singular. Eis porque se nos dificulta uma pesquisa "científica" e se nos faz mister um método especial. As chamadas leis históricas são, no fundo, aquelas leis morais, ilustradas e confirmadas por numerosos exem-

(3). — Esta célebre definição é do filósofo Boécio (século VI d. C.), e encontra-se no seu opúsculo *De Persona et Natura* (Cap. III).

plos da história. Não possuem o rigor das leis físicas, cujo funcionamento podemos repetir à vontade. *L'histoire ne se répète jamais*. A verdade expressa pelas "leis históricas", aproxima-se muito perto da sabedoria popular, contida num provérbio. Não desprezamos nem a sabedoria dos provérbios nem a da história, mas cumpre que lhe conheçamos a natureza e não a equiparemos a uma fórmula matemática ou a uma lei física. As leis históricas não nos permitem nenhum cálculo exato sôbre o futuro processo da humanidade.

Para um *esprit géométrique* pode ser decepcionante tal conceito da causalidade histórica: ao examinar de perto o objeto próprio da história, deverá reconhecer que cada uma das disciplinas exige o seu método e necessita de um conjunto de conceitos especiais.

Terminando, podemos dizer que a causalidade histórica, embora longe de esgotar a realidade histórica, não é uma construção arbitrária do espírito humano, mas um conhecimento fragmentário da realidade e possui valor objetivo. Por sabermos as causas de um fenômeno histórico compreendemos não só a conexão lógica entre dois fenômenos, mas reconstruímos também alguma realidade objetiva, ainda que a reconstrução seja forçosamente deficiente.

§ 18. *As ciências morais.*

O resultado das discussões anteriores é que a história não corresponde às exigências da definição escolástica: *cognitio rerum per causas*, visto lhe servirem de objeto material os atos humanos, os quais são contingentes, não necessários, e concretos, não universais. Logo, a história não é ciência no sentido próprio da palavra, podendo sê-lo apenas em sentido derivado (*secundum quid*). A definição data de uma época em que a filosofia dominava diretamente tôdas as outras ciências, que ainda não se emanciparam. Nem Aristóteles nem São Tomás conheciam muitas das ciências modernas senão em estado embrionário, incapazes de levarem uma vida autônoma. Os fenômenos físicos e os atos humanos eram quase sempre estudados *sub specie philosophiae*. Ora, depois da Renascença, e principalmente depois do século das Luzes, os mesmos objetos começaram a ser estudados de maneira cada vez mais empírica. Por motivos evidentes tornou-se necessária uma nova concepção da ciência, a qual poderíamos formular assim: um conjunto racional e sistemático de conhecimentos certos, relativos a um objeto próprio e determinado. Não precisamos demorar-nos a mostrar que esta definição cabe perfeitamente ao nosso assunto, que é a história.

I. No século passado, as ciências relativas aos atos humanos parecia que se tinham emancipado da filosofia para se tornarem escravas das ciências naturais. Os psicólogos, os lingüistas, os historiadores estavam buscando por tôda a parte leis análogas às da física, as quais eram muitas vêzes consideradas como absolutamente necessárias. Dos métodos científicos (4) eram julgados legítimos apenas os que se aplicavam com tão bom êxito à matéria inanimada. Era a negação da pessoa humana, autônoma e livre, nas próprias ciências que tinham a pretensão de estudá-la. Não podia tardar uma reação. Em todos os países do mundo, mas principalmente na Alemanha e na França, surgiram protestos contra tal degradação do homem e mutilação da verdade. Foram sendo procurados métodos apropriados ao objeto específico das ciências que se ocupavam das atividades humanas. Entre os numerosos propugnadores das novas idéias cumpre destacarmos aqui dois nomes ilustres: Wilhelm Dilthey (1833-1912) e Henry Bergson (1859-1942), aquêlo professor em Berlim, êste em Paris.

II. As ciências relativas aos atos humanos ficaram, em alemão, com o nome de *Geisteswissenschaften*, quer dizer: ciências do espírito (5), muitas vêzes designadas, nos idiomas românicos, como *ciências morais*. Como é que devemos entender êste termo?

Ciências morais são as disciplinas que, opondo-se às ciências físicas, se ocupam da consciência (6), cultura e sociedade humanas. Servindo-se de métodos, apropriados aos seus objetos únicos e concretos, procuram-lhes dar um valor científico e objetivo, não por explicá-los como casos individuais de uma lei geral, mas por dar-lhes um sentido que os relacione com o conjunto do qual fazem parte. Preferem o termo "entendimento" às palavras "compreender" e "explicar", porque estas envolvem a procura de relações constantes entre os fenômenos. "Entender" é um processo psicológico, que consiste numa íntima "co-experiência" da parte do sujeito com a manifestação concreta da vida psíquica de outrém.

Esta descrição prolixa, aliás não universalmente aceita por todos os que cultivam uma das ciências morais, esclarece alguns pontos de suma importância. Os atos humanos constituem um campo avulso de pesquisas científicas, a que se podem aplicar os métodos das ciências naturais, e em que se torna imprescindível um qual-

(4). — Nas línguas românicas bem como em inglês, a palavra "ciência" ou *science* é muitas vêzes reservada para indicar as matemáticas, a física e a química; não raro se prende ao termo também certo valor e prestígio, superiores aos das outras "disciplinas", que até são depreciadas como matérias da memória. Nada mais errado do que tal interpretação unilateral da palavra "ciência". As ciências morais são filhos legítimos de um saber genuinamente humano, e — sob certos pontos de vista, — até superiores às matemáticas, e às ciências naturais. Mas disse alguém que, desde os dias de Descartes, a nossa civilização se tornou pitagórica: o culto aos números e à quantidade...

(5). — Em espanhol, o termo *ciencia del espíritu* é muito usado.

(6). — Consciência deve ser entendida aqui no seu sentido psicológico.

quer “entendimento”, conceito êsse que a física e a química desconhecem. Não me posso transportar mentalmente num pedaço de ferro que se dilata sob a influência do calor, e sim na mentalidade de Júlio César, quando atravessava o Rubicão, ou na de Lutero, quando promulgava as suas teses contra a Igreja de Roma. O entendimento, sendo uma “re-vivência”, pressupõe a unidade metafísica do gênero humano: sem esta não seria possível aquê. Além disso, os atos humanos são únicos e livres: eis porque não podem ser reduzidos a casos individuais de uma lei geral. Até agora concordamos plenamente com a concepção moderna; não podemos, porém, dar a nossa adesão àquêles que separam totalmente o entendimento da razão e os atos humanos da metafísica. Eis dois perigos que devemos evitar: a reação contra o Racionalismo exagerado do século passado não justifica um movimento anti-intelectualista tal como os tempos atuais estão presenciando. Não podemos entrar aqui numa exposição filosófica destas questões, que nos afastaria muito longe do nosso assunto. Muito sumariamente damos apenas duas teses da filosofia perene: nada escapa à metafísica, que é a ciência do ser como tal, porque tudo o que é, é um ser, também os atos humanos. E o objeto formal da razão, que *quodammodo fit omnia*, é o ser como tal. Basta aqui têmos pôsto, embora um tanto dogmáticamente, êsses dois princípios salutares: quem se interessar por essas questões, poderá orientar-se por trabalhos especializados de caráter filosófico.

III. Concluindo esta exposição, achamos conveniente citar algumas palavras do grande Pascal, o qual, muito tempo antes do nascimento oficial das ciências morais, formulou com grande perspicácia a diferença entre os métodos a serem empregados nas matemáticas e os que são usados pelas ciências morais: *En l'un (a geometria), les principes sont palpables, mais éloignés de l'usage commun; de sorte qu'on a peine à tourner la tête de ce côté-là, manque d'habitude: mais pour peu qu'on l'y tourne, on voit les principes à plein, et il faudrait avoir tout à fait l'esprit faux pour mal raisonner sur des principes si gros qu'il est presque impossible qu'ils échappent. Mais dans l'esprit de finesse, les principes sont dans l'usage commun et devant les yeux de tout le monde. On n'a que faire de tourner la tête, ni de se faire violence; il n'est question que d'avoir bonne vue, mais il faut l'avoir bonne; car les principes sont si déliés et en si grand nombre, qu'il est presque impossible qu'il n'en échappe. Or, l'omission d'un principe mène à l'erreur; ainsi, il faut avoir la vue bien nette pour voir tous les principes, et ensuite l'esprit juste pour ne pas raisonner faussement sur des principes connus (7).*

(7). — Blaise Pascal, *Pensées*, pág. 317 da edição citada. — Importa ler-se também a seqüência da passagem transcrita.

CAPÍTULO QUINTO

AS DIVISÕES DA MATÉRIA HISTÓRICA.

§ 19. *Dificuldades da divisão.*

São muito numerosos os acontecimentos do passado, dos quais temos conhecimento. E' vastíssima a matéria histórica. Sendo assim, já por motivos práticos torna-se necessário dividi-la em campos nitidamente distintos. Ora, existem muitas maneiras de dividir a matéria extensa, e nenhuma delas é completamente satisfatória. Podemos fazer à vontade distinções lógicas, mas a realidade histórica nega-se obstinadamente a obedecer a um esquema abstrato. E' impossível traçar com precisão as linhas de demarcação entre os diversos campos, já que cada um dêles se liga estreitamente a outro e coincide parcialmente com outro. Por mais precária que seja uma divisão exata", devemos frisar a necessidade prática de dividir a matéria imensa: o espírito humano, se jamais consegue conhecer o todo em tôdas as suas partes constitutivas, pode escolher, ao menos, alguns aspectos gerais sob os quais tôdas elas podem ser estudadas. Um exame crítico dêesses aspectos pode-nos ensinar também algumas categorias históricas, cujo conhecimento é indispensável para um estudioso da história.

Adotamos, neste capítulo, cinco princípios de divisão, a saber: o homem como ente social; o homem como indivíduo; o homem no tempo; o homem como criador de cultura; o homem e o mundo material. Já se vê que os princípios são heterogêneos e não se excluem um a outro. Pois o indivíduo é inevitavelmente membro de uma sociedade, e vive necessariamente no tempo, etc. Os princípios dados acima têm sobretudo valor prático, e não se pode insistir demais na sua justificação teórica.

A. O ASPECTO SOCIAL.

§ 20. *Os diversos grupos sociais.*

O homem é animal social, segundo a célebre definição de Aristóteles (1). Com efeito, nasce mais fraco e pobre do que o

(1). — Aristóteles, *Política* I 1,9 e III 4,2. — Cf. *Ethica Nicomaches* I 7, 6 e IX 9, 3.

bruto, e durante tôda a sua vida continua a viver necessitando da proteção e do amparo dos seus semelhantes: só assim pode satisfazer às exigências da sua natureza e desenvolver harmônicamente as suas faculdades. Sociais são também algumas espécies de animais, por exemplo as formigas e as abelhas. O homem é social de modo muito especial. A sociabilidade humana não é apenas prova da sua indigência, mas também da sua riqueza: a pessoa humana, como ser espiritual, exige naturalmente as livres comunicações da inteligência e do amor.

Ora, são muitas as sociedades que reivindicam o homem: desde a família, o protótipo de qualquer corpo social, até o Estado, a mais perfeita sociedade, — na ordem natural, — que tem por fim o bem comum de todos os seus membros. Entre essas duas sociedades encontramos uma multidão de outras mais ou menos amplas: a escola, o laboratório, a fábrica, as diversas organizações sociais com fins políticos, científicos, artísticos, econômicos, esportivos, recreativos, etc. Examinemos agora algumas entidades sociais que são importantes para a historiografia.

I. A família é uma unidade originada pelas interrelações existentes entre o homem e a mulher, os pais e os filhos. Apesar de ter as suas raízes na vida biológica, não é exclusivamente determinada pelos instintos sexuais, mas é integrada na vida espiritual do homem. A história prova que o homem regulou os seus instintos pela inteligência, sujeitando-os a certas leis de ordem moral. Onde aparece o homem, aparecem formas variadas e originais de organização, inexistentes no reino animal, onde cada espécie, obedecendo cegamente aos seus instintos, apresenta uma uniformidade.

II. Um grupo pequeno de famílias, geralmente ligadas entre si por uma descendência comum, chama-se *clã* (2); achando-se ainda em estado de nomadismo, chama-se muitas vêzes *horda* (3). A *tribo* (4) já é um conjunto maior: a unidade entre os seus membros não se funda geralmente na descendência comum, — apesar de poderem existir especulações genealógicas a êsse respeito, — mas na língua, nos costumes e nas instituições comuns. Um *povo* é o resultado de uma evolução histórica mais adiantada, distinguindo-se de uma tribo principalmente por apresentar maior grau de diferenciação: conhece geralmente classes sociais, parti-

(2). — A palavra *clã*, cognata do vocábulo latino *planta*, é de origem escocesa (gaélica).

(3). — A palavra tem origem turca, e designa originariamente um grupo de nômades tártaros.

(4). — Tribo é palavra latina (*tribus*). Em Roma indicava originariamente os três bairros da cidade; com o crescimento do Império Romano, criaram-se 35 tribos, que abrangiam também a população rural. Etimologia discutida.

dos políticos, e seitas religiosas; apesar dessas diferenças sente-se uma unidade por possuir em comum certas tradições, costumes e instituições, e por falar a mesma língua. E, afinal, uma *nação* (5) é o conjunto de habitantes de um território, ligados por tradições e lembranças, interêsses e aspirações comuns, e subordinados a um poder central, que é o *Estado* (6).

Não devemos superestimar o valor dessas distinções, pois a terminologia, seguida pelos vários autores, é bastante divergente e, às vêzes, até arbitrária. Outrossim, seria um engano acreditarmos que os povos e as nações de que nos fala a história, tenham atravessado as mesmas fases da evolução: família, clã, tribo. A formação de povos e nações é, na realidade, um fenômeno muito complexo, que não se compadece com um esquema simplificador, e a ordem dos diversos grupos sociais, dada acima, é mais lógica que histórica. Também é perigoso identificar povo ou nação com *raça*, que é conceito biológico: um conjunto de indivíduos que conservam, por disposições hereditárias, caracteres semelhantes psicofísicos, provenientes de um tronco comum. Quanto à *raça* podemos fazer duas observações: a ciência não conseguiu estabelecer relações constantes entre certos característicos somáticos e certas qualidades psíquicas e morais; a existência de raças "puras" é muito problemática. Os grandes povos históricos não são raças "puras": antes se pode dizer que os gregos, os romanos, os ingleses, os italianos e os franceses são o resultado feliz de vários cruzamentos.

III. O historiador, ao descrever as várias formas sociais do passado, não deve partir de um esquema apriorístico, violentador dos fenômenos históricos que sempre são originais e únicos. Sua primeira obrigação é um respeito absoluto aos fatos concretos, e sua principal tarefa consiste em descobri-los. Muito mais ainda se precaverá contra certas associações, de ordem afetiva e até ética, que algumas palavras hoje em dia trazem consigo. Damos um só exemplo: o termo nacionalismo. O patriotismo é de todos os povos com residências fixas, o nacionalismo moderno é um conceito relativamente recente. Na Idade Média não existia nem a palavra nem a idéia. É um produto de vários fatores históricos, que começaram a atuar na Renascença para se apoderar da mentalidade moderna desde os fins do século XVIII, sob a influência da Revolução francesa e de certas idéias românticas. Submetidos à antiga mo-

(5). — A palavra latina *natio* significa: "nascimento, descendência, linhagem". Depois também: "nação, povo, tribo, etc.". — Os outros latinos não raro lhe dão um sentido depreciativo: "súcia", por exemplo *famelica natio hominum* (Plautus) e *natio Epicureorum* (Cícero).

(6). — O termo Estado, no sentido moderno, foi forjado na Itália (século XV): *Stato*; os obras de Maquiavel contribuíram muito para a difusão e a internacionalização da palavra. Só no século XVIII tornou-se comum na França, Alemanha e Inglaterra. Os medievos, como também os romanos, usavam as palavras *respublica* (cf. inglês *Commonwealth*) e *civitas*.

narquia habsburguesa viviam vários povos de descendência, línguas e tradições muito diferentes. Na Suíça moram ainda agora três (ou quatro) povos: alemães, franceses e italianos, e nenhum dos três quer fazer parte nem da Alemanha, nem da França, nem da Itália. Na Bélgica a convivência dos flamengos e dos valões tem criado algumas dificuldades: aí existem movimentos separatistas. A política do presidente Wilson pode ser considerada como o apogeu do princípio nacionalista: cada povo tem direito ao seu Estado. Era a aplicação dos direitos humanos a coletividades, que muitas vêzes não tinham a possibilidade nem os recursos para se organizarem num Estado. A geração atual começa a avistar as consequências desastrosas do nacionalismo extremo, que dominou a política de 1795 a 1919. Ora, o historiador terá muito cuidado em evitar as associações modernas ao aplicar os termos “nação” e “nacionalismo” aos fenômenos do passado. Deve formar uma idéia exata do valor que essas palavras tinham nos tempos estudados e não lhes pode atribuir os nossos conceitos e os nossos preconceitos. Qualificar a um Temístocles, Augusto ou Carlos Magno de “nacionalistas”, sem especificar onde está o seu “nacionalismo”, é um erro muito grave. E muitos livros históricos, até alguns de cunho científico, sofrem de um “confusionismo” lastimável que nos impede de vermos a realidade.

IV. Hoje em dia se fala muito no problema das massas: discutem-no sociólogos, políticos e filósofos (7), e também o historiador moderno não pode deixar de encará-lo. Ora, massa é termo equívoco. Massa pode ser uma multidão de indivíduos, reunidos por certos interesses coletivos, e guiados mais pelos instintos do que por uma deliberação racional, com o fim de dar uma solução prática, — e sendo possível, imediata, — aos seus problemas concretos. Por reagir sob o impulso dos instintos, precisa de um complemento que lhe dê certa orientação determinada aos vagos desejos e esperanças: o complemento necessário da massa é o chefe, o líder, o demagogo. O papel histórico das massas é muito grande: pensemos na tomada da Bastilha (14 de julho de 1789) e nos iconoclastas nos Países-Baixos durante a Reforma.

Massa pode ser também a maioria de um povo que não chega a impor a sua vontade aos outros membros da coletividade nem a criar novos valores culturais. Nesta acepção, a palavra significa os que ficaram atrasados em relação à elite ou à minoria (criadora e governadora) de um país. A massa é o conjunto dos que não dirigem, mas são dirigidos; dos que não criam, mas se aproveitam, à sua maneira, das realizações de outros.

(7). — Cf. o célebre livro de José Ortega y Gasset: *La Rebelión de las Masas* (1930).

Massa pode indicar também um fenômeno próprio de épocas decadentes e designar certa decomposição social. E' um povo degenerado, já não capaz nem desejoso de seguir os seus antigos líderes (culturais, sociais, políticos, e religiosos), porque perdeu a consciência de formar uma unidade orgânica com êles, e já não crê nos valores que representam. Procuram outros líderes dos quais exige a execução de um programa principalmente utilitário, acomodado aos seus desejos de conforto, bem-estar material e prazeres. A massa esforça os seus líderes a abaixar-se ao nível das suas aspirações, e êles, dirigindo-se a ela, já não podem apelar para motivos idealistas. A massificação é, portanto, um processo de mútuo nivelamento. A massa não acredita nos valores tradicionais do passado nem está disposta a conquistar um futuro melhor para a comunidade mediante sacrifícios e atos da abnegação: é uma aglomeração amorfa de átomos humanos, apenas ligados por interesses egoístas. E o líder, aproveitando-se dos instintos populares, vê nas massas um meio apropriado para alcançar os seus fins: o poder, o prestígio, o dinheiro.

Poderíamos continuar à vontade essa descrição demorada, tão em voga em certas publicações que tratam do assunto com uma predileção bem visível e retratam a massa com as côres mais negras. Assinalam na história o grito *Panem et circenses* (8) do povo romano decadente, as facções turbulentas dos "Azuis" e dos "Verdes" (9) em Bizâncio, para depois desmascarar as massas modernas que estão dispostas a sacrificar tudo, inclusive a sua liberdade, ao seu conforto, e que têm trocado as suas convicções religiosas e morais por *slogans*. Com efeito, a técnica moderna, muitas vêzes abusada para fins desumanos, facilita a massificação. *La Rebelión de las Masas* é uma ameaça séria à sobrevivência da nossa civilização. Mas não nos entreguemos a um pessimismo sem saída. Pois também as massas compõem-se de pessoas humanas, portanto, de sêres potencialmente livres. Ao que parece, a máquina veio a destruir a personalidade tal como era concebida desde o Renascimento, mas não destruirá necessariamente a pessoa. Do esforço pessoal de cada um de nós dependerá em boa parte que o fim do período histórico, iniciado no século XV e freqüentemente caracterizado como o da auto-afirmação do indivíduo, não seja a morte da pessoa humana ou da cultura humana. *Ainsi donc, au lieu de protester contre l'avènement de la masse au nom*

(8). — O grito encontra-se em Juvenalis, *Satira X* 80-81: ... *atque duas tantum res anxius optat, Panem et Circenses*.

(9). — Os "Azuis" e os "Verdes" eram duas facções de "fãs" esportivos, das quais cada uma tinha os seus favoritos no circo. Por vêzes intervinham na política, por exemplo em 532, quando os dois partidos, momentaneamente reconciliados, se voltaram contra o Imperador Justiniano (527-565). A sedição foi sufocada pela presença de espírito da Imperatriz Teodora.

d'une culture représentée par des personnalités, mieux vaudrait se demander où se situent les problèmes humains de cette masse... Si étrange que cela paraisse: cette même masse qui porte en elle le danger d'être complètement dominée et exploitée, a aussi la possibilité de conduire la personne à sa complète majorité (10). Escusa acrescentarmos que essas massas, produzidas pelos tempos modernos como um novo "tipo" histórico, se distinguem consideravelmente das massas de que falamos mal há pouco...

V. Além de pertencer a muitas sociedades naturais, o cristão é membro também da Igreja, a qual, como o Corpo Místico de Cristo, continua entre os homens a obra da divina redenção. É uma sociedade sobrenatural, mas muito real. Invariável e incorruptível quanto à sua essência, está sujeita, nas suas formas históricas, a tôdas as leis da condição humana: cresce, desenvolve-se, luta e até pode morrer parcialmente, em alguns de seus membros. Enquanto vive *inter mundanas varietates*, é um fenômeno histórico e, ao mesmo tempo, transcende o processo histórico. Destarte se possibilita a História Eclesiástica, a descrever o desenvolvimento interno e externo da Igreja através dos séculos. Abrange atualmente um período de quase dois milênios, um terreno imenso e variadíssimo. O historiador inglês Macaulay escreveu há um século: *There is not and there never was on this earth an institution so well deserving of examination as the Roman Catholic Church. The history of that Church joins together the two great ages of human civilization... She saw the commencement of all the governments and of all the ecclesiastical establishments that now exist in the world, and we feel no assurance that she is not destined to see the end of them all* (11).

A História Eclesiástica foi inaugurada no século IV pelo bispo Eusébio de Cesaréia, que já conhecemos como autor de uma Crônica (cf. § 5, II). No tronco da história geral da Igreja cresceram, no decurso dos tempos, vários ramos, por exemplo a história do dogma, da hierarquia, dos sacramentos, das ordens religiosas, das instituições eclesásticas, etc. Além disso, os dois grandes desmembramentos da Cristandade, que se verificaram no século XI (12) e no século XVI (13), deram origem a duas outras

(10). — Romano Guardini, *La Fin des Temps Modernes*, (Éditions du Seuil, Paris, 1952), pág. 76.

(11). — Thomas Babington Macaulay, *Essay on Carlyle*.

(12). — As tensões entre a Igreja latina e grega remontam ao século V: o primeiro Cisma foi de 483 a 519 (o chamado Cisma de Acácio). Nos séculos VIII-LX houve a questão das imagens e do *Filioque*; em 968 o Cisma de Fócio; em 1054 a separação definitiva (o Grande Cisma de Miguel Cerulário).

(13). — A Reforma protestante de Lutero (1483-1546), Calvino (1509-1564) e Zwinglio (1484-1531).

espécies de historiografia eclesiástica: à da Igreja Oriental e à do Protestantismo, ambas com as suas subdivisões.

§ 21. *A história política.*

E' esta a forma mais antiga da historiografia, quase a única a ser praticada, junto com a biografia, até o século XVIII. Durante muitos séculos os historiadores costumavam subordinar todos os seus assuntos ao aspecto político, ou, — pior ainda, — aos interesses das dinastias reinantes. Descreviam minuciosamente as manobras diplomáticas, as guerras e as batalhas, as vitórias e as derrotas, as instituições e as reformas políticas, mas prestavam relativamente pouca atenção às outras atividades humanas de caráter social. De que maneira os homens pensavam, trabalhavam, ganhavam dinheiro, se vestiam, se casavam, se divertiam, de que modo eram educados e alimentados, e muitas outras coisas que nos interessam hoje em dia, eram assuntos geralmente considerados de somenos importância, e quase sempre tratados só de passagem. Com muita razão vieram a ser focalizados pela historiografia moderna. Entretanto, seria uma reação exagerada, se quisessemos eliminar por completo o fator político da história, — aliás, seria impossível, — ou diminuir-lhe a importância a ponto de considerá-lo apenas como um esqueleto, indispensável mas incômodo. A política externa e interna determinou, em grande parte, direta ou indiretamente, o destino dos povos e o dos indivíduos: só uma concepção errada da política, no mais das vezes originada por um liberalismo excessivo ou por um totalitarismo desumano, tem afastado o homem moderno do Estado. Os antigos e os medievos pensavam de modo bem diferente. Outrossim, enquanto continuarem a existir as diversas nações, continuar-se-á a escrever a história nacional, e não só por motivos estreitamente nacionalistas. A história não é ciência "pura", como por exemplo a matemática, mas é-lhe superior sob o ponto de vista existencial: relaciona-se intimamente com a vida dos homens, revelando-lhes algo da situação concreta em que se acham. Por isso o brasileiro terá sempre um interesse especial pela história do seu país, e o francês pela da França.

I. As formas políticas variam conforme os povos e as épocas. Nas sombras dos grandes reinos orientais viviam os gregos clássicos, politicamente organizados em "pólis", quer dizer, em Estados minúsculos, cujos territórios não excediam muito os limites da cidade e das terras circunjacentes. Conforme a índole e a tradição de cada uma delas, eram monarquias, aristocracias ou democracias de todos os matizes. Zelas da sua autonomia, não

chegaram a estabelecer a unidade política do país: juntavam-se apenas quando as ameaçava um perigo comum. Mas cada "pólis" procurava estender a esfera de sua influência a outras "pólis", por meio de alianças que muitas vêzes o forte impunha ao fraco. Destarte se criavam impérios disfarçados, que, com o tempo, deviam destruir a autonomia de numerosas cidades. Disputaram entre si a hegemonia principalmente duas cidades, as mais poderosas da Hélade: Atenas, poder marítimo, e Esparta, poder terrestre. Aquela era uma democracia progressista, esta um aristocracia conservadora. A guerra terminou pela derrota de Atenas (404 a. C.), mas o fim da guerra não foi o fim do separatismo político. Filipe II, o rei da Macedônia, soube hábilmente aproveitar-se das tensões que existiam entre as diversas "pólis", liquidando-lhes aos poucos a independência a reunindo-as sob o seu poder. Seu filho, Alexandre Magno (336-323), destruiu os grandes reinos orientais: o Egito e a Pérsia, incorporando-os no seu Império helenístico, que, logo depois da sua morte, se dissolveu em três monarquias: a Síria, o Egito e a Macedônia. Delas foram herdeiros os romanos, os quais, depois de atravessarem vários regimes políticos (realeza, república e império), se tornaram senhores de todo o mundo mediterrâneo. A *Pax Romana* reinou durante uns três ou quatro séculos em quase tôdas as províncias nesse Império enorme, organizado e disciplinado pelo gênio jurídico dos romanos. No século IV, porém, começaram a invadir o território romano diversas tribos germânicas, que em alguns decênios conseguiram assenhorear-se de tôdas as províncias ocidentais; no Oriente manteve-se apenas Bizâncio ou Nova Roma, abrangendo a Grécia e a Ásia-Menor, ao passo que as outras províncias orientais (Egito, Síria) se tornaram a presa dos árabes maometanos (século VII), que até penetraram na África (Tunísia e Argel) e na península ibérica. As duas partes do Império, desde então definitivamente separadas (14), tinham destinos muito diferentes: escorçamos aqui apenas os do mundo ocidental, que nos é mais próximo. A Idade Média (latina) conservava, se não a realidade do Império, ao menos as saudades, batizando-o e dando-lhe as feições de uma teocracia cristã sob a supremacia do Papa de Roma: Carlos Magno foi coroado Imperador na noite de Natal do ano 800 pelo Papa Leão III. Como nos tempos do apogeu do Império Romano, salientava-se pouco durante a Idade Média o nacionalismo: os *cives Romani* de outrora passaram a constituir a grande família cristã: a *Christianitas*, acolhendo aos poucos os bárbaros. Reconhecia-se,

(14). — Em 395 d. C. Teodósio o Grande dividiu, ao morrer, o Império Romano em duas metades, legando o Oriente (capital: Constantinopla ou Bizâncio) a seu filho Arcádio, e o Ocidente (capital: Roma) a seu filho Honório. O Império Ocidental sucumbiu em 476, o Oriental em 1453.

sim, a missão especial das várias nações; havia um ditado medieval: *Italiae sacerdotium, Germaniae Imperium, Franciae studium*. Já não era uma civilização mediterrânea, mas a Europa ocidental começava a desempenhar papel preponderante. As diversas regiões européias eram divididas em reinos, ducados, condados, baronias, etc., como também em bispados e cidades, todos êles, pelo menos teoricamente sob o domínio do Império. Nos fins da Idade Média os senhores feudais tornaram-se cada vez mais independentes do Império e do Papado, e desde o século XV consolidaram-se os Estados nacionais: França, Espanha, Portugal, Áustria, etc., desenvolvendo-se-lhes o regime em sentido absolutista. Foi a época das grandes dinastias (Habsburgos, Bourbons, etc.) e das grandes descobertas, espalhando-se a civilização ocidental por outros continentes, principalmente pela América. A Revolução francesa deu origem às monarquias constitucionais e à representação popular: iniciou-se o período do liberalismo e da democracia moderna, e nasceu o socialismo. Os tempos modernos assistem à criação de Estados totalitários (fascismo, nacional-socialismo e comunismo), e a tentativas hesitantes, mas promissoras, de federalismo internacional.

II. Essa sinopse rápida, por mais incompleta que seja, revela as diversas fases políticas pelas quais passou a cultura ocidental durante 25 séculos, e as diversas conquistas territoriais da mesma. O historiador tem a tarefa de descrever-lhes o nascimento, a evolução e a decadência, alargando ou delimitando o terreno de suas pesquisas conforme as exigências do assunto escolhido. Pode escolher a história de um povo ou de um Estado, pode escolher também a história de um continente, de um país, de uma região, de uma província, de uma cidade, de uma aldeia, de um bairro, de uma família, de uma diocese ou abadia, etc. Tôdas as entidades políticas e administrativas, todos os corpos sociais, por mais minúsculos que sejam, possuem o seu valor, sempre que sejam bem estudados, principalmente quando o historiador se esforça por relacioná-los com as linhas gerais da história universal.

III. O historiador, ao descrever as diversas formas sociais do passado, não se contentará em relatar, à maneira de um cronista, as fases sucessivas, mas se esforçará por descobrir-lhes as causas e as interdependências. E' quase desnecessário insistirmos nesse ponto. Chamamos a atenção do leitor para outra questão. *Duo si idem dicunt, non idem sentiunt*, diz o adágio latino com muita razão. Quando isto se verifica freqüentemente entre contemporâneos, que têm tantas possibilidades de se conhecerem a fundo, quanto mais mal-entendidos hão de existir entre pessoas de épocas diferentes! Com efeito, podem-se servir do mesmo vocabulário, dan-

do-lhes um sentido bem diferente. Ao que parece, é um característico próprio da nossa civilização, ir buscar num passado idealizado os princípios de uma nova orientação: os humanistas pretenderam revivificar a Antigüidade, certos românticos a Idade Média. Nem o movimento renascentista nem a corrente romântica conseguiram estabelecer a época de sua predileção: o tempo é um fator irreversível. Os humanistas possuíam, bom ou mau grado seu, a herança de dez séculos de medievalismo, e os românticos eram impregnados de três séculos de humanismo antropocêntrico. O resultado de um tal entusiasmo pelo passado não poder ser uma cópia ou uma simples repetição, mas deve ser uma renovação: nela se integram, mais acentuadamente do que num período anterior, as forças dinâmicas de um passado idealizado, interpretado à luz de novas exigências e acomodado às novas circunstâncias.

Para o historiador essas regras têm conseqüências graves. Deve fazer tóda a diligência em descobrir a originalidade e a unicidade dos fenômenos estudados. A palavra “democracia” nos tempos de Péricles (século V a. C.) trazia consigo outras associações, outros valores morais, outros ideais políticos do que a mesma palavra, empregada por um Presidente Truman ou por um jornalista moderno. Os precursores intelectuais da Revolução francesa tinham uma concepção meio ingênua dos “bons republicanos” romanos, cujos ideais identificavam, sem reflexão crítica, com as suas aspirações e os seus desejos: se tivessem tido um senso histórico mais profundo, teriam ficado horrorizados com a conservadora e aristocrática república romana, que idolatravam sem conhecê-la bem. A palavra “Império” é das mais equívocas: falamos no Império ateniense, no Império Romano, no Sacro Império medieval, no Império brasileiro, etc.; a palavra Império (alemão “Reich”) foi o pesadelo de três ou quatro gerações de alemães. Ora, os *slogans* podem ser repetidos, jamais, porém, as realidades históricas, nem a mentalidade que originariamente as criou. Uma das obrigações mais imperiosas do historiador, — não cansamos de repeti-lo, — consiste em descobrir o caráter peculiar a esta democracia, a esta republica, e a este Império. Nisso não se restringirá ao exame das realidades visíveis e palpáveis, mas prestará também muita atenção aos ideais que lhes deram a vida, e à estrutura mental que as originou. Procedendo assim, conseguirá integrar as formas políticas num conjunto superior, num “organismo”, do qual fazem parte. *Le bon historien prend son bien où il le trouve*: na literatura, nas artes, nos costumes, na filosofia, na religião. E, assim a história política vem a ser história da civilização.

§ 22. *A história universal.*

A expressão “história universal”, termo bastante pretensioso, merece por alguns instantes a nossa atenção. Será que é possível escrever-se a história da humanidade? O resumo das várias formas políticas, dado no § 21 I, não esboçou os contornos da história universal, mas apenas os da civilização ocidental. A maior parte das chamadas histórias universais não faz diferentemente: limita-se a uma exposição mais ou menos extensa da cultura européia e americana, tratando muito superficialmente os outros continentes em guisa de apêndices.

I. A civilização grega era uma cultura essencialmente mediterrânea. Os povos, no dizer de Platão (15), pareciam-se com rãs em volta de um tanque, ou com formigas em tórno de um formigueiro, agrupados que estavam em redor do Mediterrâneo. Sem dúvida, era sabido que o mundo habitável era muito maior, mas pouco lhes importava, e se lhes importava, não tinham os meios técnicos de atravessar o Oceano, superar as montanhas e penetrar nos desertos. Quem não era grego, passava por “bárbaro” (16). As conquistas romanas não alteraram essencialmente o caráter mediterrâneo da cultura antiga, deslocando apenas, por certo tempo, o centro da gravidade para a parte ocidental do mesmo mar. A história universal daqueles tempos era a história da “oikouménē” (17), quer dizer, da terra habitada enquanto era conhecida, que praticamente coincidia com o território do Império Romano. Escreveu-lhe a história Diodoro de Sicília (18), na época do Imperador Augusto, demonstrando que tôdas as civilizações mediterrâneas convergiam na história do povo romano, a qual parecia absorvê-la a tôdas (19). Não sabemos bem a estrutura dos livros perdidos dessa obra, mas podemos afirmar que Diodoro conhecia mal os pormenores da história oriental e lhe prestava pouca atenção comparada com o interesse que tinha pelo desenvolvimento da Grécia e de Roma. O Cristianismo revolucionou o conceito da história universal: em primeiro lugar devia integrar, no quadro histórico dos povos clássicos, os destinos do

(15). — Plato, *Phaedo* 109 A-B.

(16). — A palavra “bárbaro” indicava originariamente o estrangeiro que falava uma língua incompreensível para um grego (cf. em latim: *balbutire* = port. “balbuciar”). Neste sentido, Homero, *Ilíada* B 867, onde o poeta fala nos cátricos “de linguagem bárbara”. — Bem cedo, porém, a palavra foi-se ligando com sentido depreciativo. Os romanos, que originariamente também eram considerados como “bárbaros” pelos gregos, uma vez incorporados na cultura helênica, aplicavam o termo aos povos não-civilizados do Oriente e do Ocidente.

(17). — A palavra deu origem ao adjetivo moderno “ecumênico”, que ainda encontramos nas combinações “concílio ecumênico” e “movimento ecumênico”.

(18). — Cf. § 3, Va.

(19). — Já o historiador Éforo (cf. § 3, III) escrevera uma História Universal, chamada “Philippica”, por fazer convergir os destinos de todos os povos na história dos macedônios, cujo rei era Filipe II (359-336), o pai de Alexandre Magno.

povo eleito e os de outros povos orientais; mais importante ainda era que ensinava com ênfase a unidade do gênero humano. Destarte se possibilitou, pelo menos em tese, o nascimento de uma verdadeira história universal. Entremostrou a nova concepção Santo Agostinho no *De Civitate Dei*, mas não tinha preocupações históricas propriamente ditas ao escrever êsse livro magistral (20), nem dispunha dos conhecimentos necessários para a reconstrução científica do passado. Êsses fatores faltaram igualmente à Idade Média. Quando o mundo real fôra descoberto, nos séculos XV e XVI pelos portugueses e espanhóis, nos séculos seguintes pelos holandeses e ingleses, a situação tornou-se apenas materialmente mais favorável à realização de uma história universal. No mais das vezes, os conquistadores interessavam-se pouquíssimo pelo passado e pela cultura dos povos dominados, visando só lucros imediatos: até destruíram muitas relíquias preciosas, como por exemplo Francisco Pizarro (1475-1541), que acabou drasticamente com a civilização dos Incas. Só no século XIX os europeus e os americanos começaram a tomar interesse pela vida e pelas instituições de culturas exóticas, mas, por motivos evidentes, sempre em grau muito menor do que pela sua própria história. Voltaire, utilizando os relatórios um tanto otimistas dos missionários jesuítas (21), consagrava o primeiro Capítulo do seu *Essai à China*: *qui avait une histoire suivie dans une langue déjà fixée, lorsque nous n'avions pas encore l'usage de l'écriture* (22). Hoje em dia existem numerosas monografias sobre a história dos povos civilizados, fora da cultura ocidental, como também sobre as instituições dos povos primitivos.

II. Contudo, estamos só no comêço, estando por fazer quase tudo nesse terreno da historiografia. Que se pense nas enormes dificuldades a serem vencidas pelo historiador ao reconstruir e ao interpretar cientificamente os grandes acontecimentos da cultura ocidental, e logo se compreenderá quão longe estamos ainda de uma verdadeira história universal. Os obstáculos são inúmeros: falta de documentos, falta de estudos preparatórios, falta de interesse, e por outro lado: abundância de dados heterogêneos, muito vastos para serem dominados por um indivíduo ou até por um grupo de pesquisadores, uma multidão de teorias apressadas e soluções duvidosas. Além dessa dificuldade de ordem material, existe outra mais grave ainda: a história torna-se apenas mais geral por abranger mais civilizações, para ser universal, no verdadeiro

-
- (20). — Santo Agostinho convidou Orósio a escrever tal história universal, cf. § 77.
(21). — Os jesuítas editavam, desde 1703, as *Lettres édifiantes*, relatórios anuais das suas atividades missionárias, em que exaltavam principalmente a aptidão natural do povo chinês para o Cristianismo. — Um dos primeiros a tornar conhecida a China na Europa foi Joseph-Marie Amyot, S. J. (1718-1793).
(22). — Voltaire, *Essai sur les Moeurs et l'Esprit des Nations*, Avant-Propos, no fim.

sentido da palavra, precisamos lhe conhecer o início comum e o termo comum. Ora, muitas pessoas pensam que podemos conhecer o termo comum da humanidade: uma cultura universal a reinar pelo planeta inteiro. Assim como a história de todos os povos mediterrâneos convergia na do povo romano, assim tôdas as culturas existentes convergiriam na civilização ocidental, destinada a dominar o mundo para sempre com as suas ciências, a sua técnica, os seus ideais de democracia e liberdade. A cena final da história seria uma cultura planetária, essencialmente concebida e realizada pelos ocidentais apesar das eventuais contribuições valiosas de outros povos. O exemplo alegado do Império Romano obriga-nos a certa prudência e moderação nas esperanças: as culturas orientais nunca assimilaram por completo a civilização greco-latina. Bem ao contrário: Roma dominou-as politicamente alguns séculos, deu-lhes certos impulsos, mas recebeu delas muito mais ideologias, e a partir do século III d. C., despertou o Oriente novamente, desintegrando a unidade política, que lhe fôra imposta pela fôrça das armas, e separando-o de uma unidade ideológica que era mais uma ficção do que uma realidade. E' legítima a pergunta: será que a unificação do mundo atual é mais aparente do que real? Continuará a marcha conquistadora da nossa civilização? Será que a difusão mundial da nossa técnica, das nossas ciências, e das nossas ideologias nos ofusca a vista para vermos as oposições intranponíveis que existem por exemplo entre o Ocidente e o Oriente? Não poderá ser que os empréstimos técnicos e econômicos sejam utilizados pelos orientais numa mentalidade bem diferente da nossa, e que cheguem a ser manejados contra nós próprios e nossas esperanças otimistas? E' verdade o que o poeta britânico (23) cantou: *East is East, and West is West: and never the twain shall meet?* Eis alguns problemas que a história, ciência do passado como é, não sabe resolver: da solução prática que se lhes der, dependerá em grande parte a realização de uma historiografia universal.

B. O ASPECTO INDIVIDUAL.

§ 23. *O indivíduo na história.*

Já a epopéia dos povos primitivos reconhece o valor do indivíduo: exalta as façanhas de um Aquiles e de um Siegfried, explicando-as muitas vêzes como devidas a uma proteção especial da parte dos deuses. Com efeito, o indivíduo é o grande motor da história, a fôrça dinâmica de todo e qualquer progresso humano. A teoria de um povo-filósofo ou de um povo-poeta, proclamada com tanto afincio no século passado, evidenciou-se numa ilusão românti-

(23). — Rudyard Kipling, *The Ballad of East and West*.

ca. O povo como tal não faz versos nem elabora um sistema filosófico. A pessoa humana não é simplesmente o expoente da sociedade, mas incorpora-se nela de maneira espiritual. O fim da sociedade não coincide, se não em parte, com o da pessoa, que tem os seus direitos invioláveis. O homem, é verdade, necessita da sociedade, mas esta precisa mais ainda do homem, da personalidade, que nela se integra e a transcende ao mesmo tempo. Há sempre certa tensão entre a sociedade e a pessoa, por vêzes até conflitos trágicos. O homem medíocre, que possui pouca "personalidade", escolhe geralmente o caminho do menor esforço, acomodando-se de boa vontade às exigências justas ou injustas da coletividade. Se a "personalidade" se lhe adapta, fá-lo por motivos bem diferentes: consciente do seu lugar no conjunto social toma uma livre decisão em virtude de certos valores objetivos que a sociedade representa. Mas acontece também que se revolta contra ela, com seus protestos, seus atos, suas palavras, sua atitude. Insurge-se contra as tendências necessariamente niveladoras de tôda a convivência humana, ora por ressentimento ou orgulho, ora por obedecer a um imperativo da sua consciência.

Por dois motivos, então, a pessoa merece a atenção dos historiadores: por seu valor intrínseco e por causa da influência que exerce sôbre o processo histórico, para o bem e para o mal. Assim se explica a popularidade que goza uma biografia bem escrita, em tôdas as camadas da sociedade. O homem interessa-se sempre pelo homem, e tem a tendência de admirá-lo e amá-lo, ou então, de detestá-lo e odiá-lo. E' difícil, ou até impossível, que o homem tome uma posição completamente neutra ou "objetiva" ante o seu próximo. Aí já assinalamos um grande perigo para o biógrafo: por mais admiração ou antipatia que tenha para com o seu "herói", não se pode deixar guiar pelos seus sentimentos a ponto de se desviar da verdade histórica tal como a encontrou nas fontes. E devedar a verdade completa: não pode encobrir os defeitos do seu ídolo, — a palavra cabe mal a um historiador sério, — nem os méritos do seu adversário. Isenção de espírito e sinceridade são duas qualidades imprescindíveis a um bom historiador, as quais não excluem simpatia e admiração, nem crítica e censura. Tampouco pode especular sôbre as paixões partidárias de seus leitores, ou embelezar teatralmente a matéria. Deve-o orientar, a cada passo, a verdade, e não a intensão de brilhar ou de influenciar seus leitores num sentido que não seja compatível com o seu assunto. Uma biografia não é propaganda por um programa político ou social! E, afinal, não pode jamais prescindir do elemento social, sempre observável até no homem mais individualista do mundo: tem de revelar-nos as feições próprias do ambiente histórico em que foi educado e viveu o herói da biografia, a fim de lhe descobriremos a ori-

ginalidade e a personalidade. Escrever uma boa biografia é empreendimento muito mais custoso do que se pensa em geral.

§ 24. *Formas de biografia.*

A biografia (23a) é um gênero da historiografia que remonta à Antigüidade. Não pretendemos esborçar-lhe a evolução histórica, mas mencionamos apenas alguns grandes vultos entre os biógrafos e algumas espécies de biografias que são importantes para a tradição histórica da cultura ocidental.

I. Plutarco de Queroneia ($\pm 46 \pm 120$) é o maior biógrafo da Antigüidade. O autor não tinha a pretensão de ser historiador, mas tinha sobretudo interesses psicológicos e éticos ao estudar a vida dos grandes homens do passado (24). Sua obra *Vitae Parallelae* compõe-se de 23 pares de biografias: em cada um dêles figura, ao lado de um herói grego, um herói romano, por exemplo Demóstenes e Cícero, Alexandre Magno e Júlio César, etc. (25). Plutarco é autor simpático e ótimo contador: se lhe faltam o senso histórico e uma crítica rigorosa, essas falhas são compensadas por uma probidade e uma objetividade que ainda hoje em dia são raras num biógrafo. Sua finalidade é, antes de mais nada, moralista: a vida dos grandes homens é um espelho (26) para a posteridade, e apresenta-nos exemplos que devemos imitar ou evitar. Não lhe interessam as grandes ações nem a conexão histórica: muitas vezes acontece que uma anedota ou uma palavra espirituosa revela melhor o caráter do herói do que as grandes façanhas. E' difícil superestimar a repercussão multiseccular da obra de Plutarco. Em Bizâncio passou a ser manual predileto, e desde o Renascimento conquistou um lugar de destaque na Europa ocidental. O francês Jacques Amyot (1513-1593) traduziu-a, e essa tradução francesa, que logo se tornou clássica, foi uma fonte riquíssima para os dramaturgos Corneille e Shakespeare, para pensadores políticos como Montesquieu e Rousseau, para estadistas como Frederico o Grande e Napoleão. Ainda em nossos dias foi traduzida do francês para o português e reeditada no Brasil (27).

-
- (23a). — A palavra "biografia" encontra-se uma única vez na literatura grega, num opúsculo do último neoplatônico Damascio (século VI): *Vita Isidori VIII*. Até os fins do século XVII preferia-se: "Vita", ou "Vida", etc. — Na Inglaterra foi introduzida "biography" pelo poeta John Dryden (1683), na Alemanha "Biographie" em 1709, expressão sancionada pela *Académie française* só em 1762.
- (24). — Cf. Plutarchus, *Vitae Aemilii et Timoleontis* 1; *Vitae Alexandri et Caesaris* 1; *Vitae Cimonis et Luculli* 2; *Vitae Demetrii et Antonii* 1.
- (25). — Possuímos ainda 23 pares de biografias, além de duas isoladas, consagradas aos Imperadores romanos Galba e Otão. Perderam-se pelo menos 4 *Vitae*.
- (26). — Cf. Plutarchus, *Vitae Aemilii et Timoleontis* 1, e *Moralia* pág. 85B.
- (27). — Pela Editôra das Américas (São Paulo). A tradução é de vários autores.

II. Também os cristãos interessavam-se pelos seus heróis, os santos. A hagiografia já era praticada na Antigüidade, e tinha por fim glorificar a Deus mediante os seus santos e propor aos homens modelos de virtude e santidade. Célebres hagiografias latinas são por exemplo *Vita Sancti Martini* de Sulpício Severo ($\pm 363-420$), que contém muitos elementos românticos; *Vita Sancti Augustini* de Possídio (século V), que é muito sóbria; *Vita Sancti Severini* de Eugípio (século VI), que nos fornece preciosas informações históricas sobre a época da Migração dos Povos; *Vita Sancti Benedicti* do Papa Gregório Magno (590-604). Esta última obra já marca a fase de transição para as lendas medievais, cheia que está de fatos milagrosos. A hagiografia, que por muitos séculos tinha apenas fins edificantes, ficou com bases científicas graças às pesquisas dos Bolandistas (28), nos séculos XVII-XVIII. Ao lado desses trabalhos, pouco acessíveis ao grande público, têm continuado a sair muitíssimas publicações de valor duvidoso. Só nos tempos contemporâneos os católicos começaram a ver a importância de hagiografias bem escritas e bem informadas. Literatos, teólogos e historiadores sentem-se atraídos pelo assunto. Assinalamos aqui apenas uma coleção interessante de opúsculos que merecem, em geral, toda a confiança do historiador: *Les Saints*, editada pela *Librairie Lecoffre* em Paris (29).

III. Chama-se autobiografia a vida de um indivíduo, escrita por êle próprio. Não precisamos demorar-nos em demonstrar que seu valor objetivo é muitas vezes exíguo: freqüentemente são inspiradas pela vaidade, pelo rancor ou por uma tendência muito subjetiva. São, porém, muito valiosas como documentação psicológica, e como tais devem ser aproveitadas pelo historiador. Assemelham-se bastante aos Memoriais e aos Diários de pessoas históricas, gênero meio literário, meio histórico, que tomou grande surto desde o século XVII, principalmente na França, o país clássico das *mémoires*: estas, porém, prestam mais atenção aos acontecimentos exteriores, ao passo que a autobiografia é a história de uma alma. Duas autobiografias afamadas da literatura mundial são: as *Confessiones* de Santo Agostinho (354-430) e *Poesia e Verdade* do poeta Goethe (1749-1832). Os dois livros tiveram muitíssima repercussão, mas interessam mais à mística, à literatura e à psicologia do que à biografia propriamente dita. As *Confessiones*, em 13 livros, são “uma longa epístola a Deus, a carta grandiosa do escravo para o seu senhor, do homem redimido a seu salvador, do ignorante ao onis-

(28). — Cf. § 42, I (nota 60).

(29). — Sairam por exemplo *Saint Justin* pelo P. Legrange; *Saint Paul* por F. Prat, S. J.; *Saint Grégoire le Grand* por Mgr. P. Batiffol; e *Sainte Chlothilde* por G. Kurth.

ciente, do beneficiado ao autor do benefício” (30). Têm exercido profunda influência nos numerosos livros escritos por convertidos com o fim de testemunharem da verdade descoberta. Nos livros de *Poesia e Verdade*, Goethe retrata sua infância e seu desenvolvimento poético, misturando a verdade histórica com elementos ficícios e descrevendo as diversas correntes literárias da Alemanha na sua juventude.

IV. Finalizando, mencionamos aqui um gênero recente (31): *la vie romancée* ou a vida romanceada. E’ representado, na Inglaterra, por Lytton Strachey (32); na França, por André Maurois (33); na Alemanha, por Emil Ludwig (34); no Brasil, por Paulo Setúbal (35). A vida romanceada é uma espécie de beletrística com pretensões históricas, que, sem dúvida, satisfaz a certas necessidades existentes em muitos meios, os quais não têm acesso às grandes biografias científicas. Mantêm vivo o interesse do grande público por assuntos históricos, evocam os episódios pittorescos do passado, e acodem à tendência eternamente humana de admirar as grandes figuras da história. Mas muitas vezes não passam de histórias perfumadas: o emprêgo excessivo de meios estritamente literários prejudica quase sempre a verdade histórica. Amiúde fazem pouca questão de um estudo profundo e paciente das diversas fontes e dão uma interpretação sensacional ou partidária, ou então, modernizam e atualizam indevidamente os personagens históricos, sem penetrar a fundo na mentalidade de tempos idos. Basta compararmos as biografias, consagradas por Huizinga (36) e Ludwig a Erasmo, para vermos a enorme distância que separa a biografia científica da vida romanceada. A literatura tem todo direito de criar romances históricos (37), e não o de ultrapassar as suas fronteiras, simplificando e falsificando o passado. A história, como tal, não é literatura, embora lhe fique

-
- (30). — Giovanni Papini, *A Vida de Santo Agostinho* (trad. port. de Godofredo Rangel), São Paulo, 1946, pág. 208. — Santo Agostinho emprega as palavras *confiteri* e *confessio*, conscientemente, em dois sentidos: no de “confessar” os pecados, e no de “exaltar” a misericórdia e a majestade de Deus.
- (31). — Recente? Os defensores da vida romanceada apelam para a autoridade de um Xenofonte, que escreveu a *Ciropédia*, em 8 livros, uma biografia idealizada da vida de Ciro-o-Velho (559-529 a. C.); cf. Cícero, *Ep. ad Quintum*. I. 1, 23.
- (32). — Escreveu por exemplo *Eminent Victorians* (1918) e *Queen Victoria* (1921).
- (33). — Escreveu por exemplo *Ariel ou la Vie de Shelley* (1923), *Vie de Disraéli* (1927), e *Byron* (1930). — Como Taine, no século passado, Maurois é atualmente o grande conhecedor da literatura inglesa na França, mas menos profundo.
- (34). — Escreveu por exemplo *Goethe* (1920), *Napoleon* (1925) e *Bismarck* (1926). — As primeiras obras deste autor são muito superiores às posteriores.
- (35). — Escreveu por exemplo *O Príncipe de Nassau* e *A Marquesa de Santos*.
- (36). — J. Huizinga, *Life of Erasmus*, New York-London, 1924.
- (37). — Os romances históricos são um produto do Romantismo, que sentia a necessidade de “reviver”, em imagens pitorescas, as grandes páginas da história. Mencionamos aqui Walter Scott, *Ivanhoe*; Victor Hugo, *Notre-Dame de Paris*; A. Manzoni, *I Promessi Sposi*; A. Herculano, *O Monge de Cister* e *Eurico, o Presbítero*. Péssimo representante deste gênero é o polígrafo francês A. Dumas (por exemplo *Les Trois Mousquetaires*).

bem o ornato de um bom estilo. A biografia não é um romance, ainda que difficilmente possa renunciar por completo à imaginação. Mas não é imaginação livre, e sim imaginação disciplinada.

C. O ASPECTO CRONOLÓGICO.

§ 25. *História e pré-história.*

A primeira distinção que cumpre fazermos aqui, é a entre os períodos pré-históricos e os históricos pròpriamente ditos. Aquêles são os períodos a cujo respeito não chegaram documentos escritos até nós (38), ao passo que a êstes conhecemos mais ou menos mediante uma documentação escrita. Os tempos pré-históricos deixaram-nos, porém, alguns vestígios, escassos é verdade, mas muito objetivos, tais como fósseis, armas, restos de construções, desenhos, instrumentos e utensílios, ou então, subjetivos, como a tradição oral. Todos êsses dados precisam ser interpretados por disciplinas especiais: a geologia, a paleontologia, a arqueologia, a etnologia, etc. A história utiliza os resultados obtidos para reconstruir as linhas gerais da época pré-histórica, de modo que esta não nos escapa por completo.

A extensão dos chamados tempos históricos é muitíssimo exígua, comparada com a dos tempos históricos. A ciência moderna ainda não conseguiu averiguar com certeza quando appareceu o primeiro homem no mundo. Segundo alguns especialistas, teria apparecido há 60.000 anos, segundo outros, ± 150.000 , ou muito mais ainda. Já não são períodos históricos, mas épocas geológicas, cujos conhecimentos para nós se reduzem a um mínimo. Para termos uma idéia das proporções existentes entre as duas épocas, poderíamos fazer a seguinte comparação. Equiparando o momento da criação do primeiro homem (digamos, há 144.000 anos) ao momento em que começa o dia (meia-noite), temos conhecimentos históricos dêsse dia só a partir da vigésima e quarta hora, e mesmo êste acontecimento é muito fragmentário. E' só desde o quarto milênio a. C. que se nos tornam melhor conhecidos certos períodos históricos, os quais, inicialmente, se limitam a áreas geográficas de pouca extensão. Estas vão-se multiplicando aos poucos para gradativamente se tornarem unidas em um todo. Circunscrevendo-nos sempre nos limites do berço da nossa civilização, o mundo mediterrâneo, podemos dizer que a história egípcia para nós começa ± 4.000 a. C.: as pirâmides já tinham uma existência de quase três mil anos, quando as viu com profunda admiração He-

(38). — Ou então, chegaram textos escritos até nós, mas ainda não somos capazes de decifrá-los (por exemplo a escrita minóica de Creta), ou de entendê-los (por exemplo a língua etrusca). Cf. § 41, II.

ródoto de Halicarnasso (39). No terceiro milênio vai-se-nos revelando a civilização mesopotâmica, no segundo a de Ásia-Menor e das ilhas adjacentes. A história grega não vai além de ± 800 a. C., a de Roma fica com bases mais seguras só a partir de ± 400 a. C., a da Europa ocidental é mais ou menos eqüeva da éra cristã. Se fazemos abstração de algumas regiões da África e da Ásia, antigamente incorporados no Império Romano, e de alguns povos "históricos" entre os descobertos nos tempos modernos (por exemplo os chineses, os indús na Ásia, e os aztecas no México), foi só a partir de 1500 que o mundo fora da Europa saíu da fase pré-histórica. Ainda hoje em dia existem tribos, que praticamente continuam a viver no período pré-histórico, embora se lhes diminua o número num ritmo acelerado.

O período pré-histórico varia, pois, de um povo para outro. Quando Aníbal atravessava os Alpes (218 a. C.), o mundo civilizado ainda não tinha a mínima idéia da existência dos germanos (40), e os Imperadores romanos, soberanos orgulhosos da *oikouméné*, não sabiam nada dos ameríndios.

§ 26. *Períodos históricos.*

A praxe de dividir a matéria histórica em certos períodos já remonta a tempos remotos. E' pouco satisfatória uma indicação meramente cronológica, a operar apenas com datas, porque violenta as unidades naturais da história. São numerosíssimos os princípios de periodizar os tempos históricos.

I. Ao descrever a história de um único povo, adota-se muitas vêzes uma divisão de acôrdo com as diversas fases políticas, atravessadas por êle. Assim podemos dividir a história do Brasil em quatro épocas: a pré-cabralina ou pré-histórica (antes de 1500), a colonial (até 1822), o Império (até 1889) e a República. Igualmente divide-se a história da antiga Roma em quatro períodos: a Realeza (753?-510? a. C.), a República (até 31 a. C.), o Principado (41) (até 284 d. C.), e o Dominado (42) (até 476, resp. 1453).

(39). — Herodotus, *Historiae* II 124-128. — O Egito era, durante o Império Romano, um país de turismo; chegaram até nós muitíssimas inscrições gravadas, pelos visitantes estupefatos, nos monumentos.

(40). — Os romanos entraram, pela primeira vez, em contacto com os germanos (os cimbrós e teutões) em 113 a. C. (batalha de Noréia).

(41). — O *Principatus*, fundado por Augusto, respeitava as aparências republicanas: O Imperador era o primeiro cidadão (*princeps civium*).

(42). — O *Dominatus* foi fundado por Diocleciano (284-305): o Imperador passou a ser chamado *Domnus* em relação aos seus súditos (*servi*).

II. Outro princípio de periodização, que se segue geralmente na história do antigo Egito (43) e da China imperial, são as dinastias.

III. Em alguns autores latinos (44) encontra-se um sistema antropomorfo, que consiste em comparar as diversas fases históricas de um povo com as idades sucessivas de um indivíduo: infância, adolescência, maturidade e velhice. A metáfora teve repercussão nos tempos modernos (Lessing e Hegel), como havemos de ver na quarta parte d'êste livro.

IV. Os esquemas I e II podem ser úteis para os que se ocupam com os destinos de um único povo, tornam-se insuficientes, porém, desde que são ultrapassados êsses limites. A quem estuda a história universal, embora no sentido forçosamente limitado da palavra, impõe-se uma periodização de maior envergadura, que não se restrinja à consideração das formas estritamente nacionais, mas abraça um número bem maior de fatores e um ponto de vista mais geral. O momento histórico, em que se efetuou a Independência do Brasil, é inseparável daquele período histórico que viu nascer os vários Estados independentes no continente americano e presenciou a difusão das idéias liberais. Para podermos bem localizar os fatos da história pátria precisamos de uma periodização mais geral. Com efeito, desde a Antigüidade o mundo tende a unificar-se, embora em grandes intervalos e com interrupções seculares. Os anais de um único povo não são destinos isolados, mas precisam ser entendidos nas suas relações com um conjunto mais amplo.

V. A Antigüidade não chegou a uma divisão unânimemente aceita. Sem dúvida, filósofos e poetas falavam em éras mundiais, a que consagraremos algumas palavras na quarta parte d'êste livro. Mas essas divisões eram mais especulações mitológicas do que realidades históricas (45). Os antigos autores de histórias universais, como Diodoro de Sicília, descreviam os destinos dos vários povos orientais e mediterrâneos, misturando-os com muitos elementos míticos, sem que se esforçassem por estabelecer períodos históricos propriamente ditos.

(43). — A divisão da história egípcia por 31 dinastias remonta à obra histórica do sacerdote Maneton (século III a. C.), que escrevia em grego. Encontram-se os fragmentos da sua história em *Fragmenta Historicorum Graecorum* II, págs. 511-616.

(44). — Florus, *Epitome* I, Praef. 4; Ammianus Marcellinus, *Rerum Gestarum* XIV 6, 3-4; S. Augustinus, *De Vera Religione*, XXVI, 48.

(45). — O romano Varrão dividia a história em três períodos: a época duvidosa (do início ao dilúvio), a época mítica (do dilúvio à primeira Olimpíada, em 776 a. C.), e a época histórica. Cf. Censorinus, *De Die Natali* 21, 1.

VI. A profecia bíblica de Daniel (46) contribuiu muitíssimo para que a historiografia cristã adotasse quatro Impérios, cada um dos quais exerceria sucessivamente o domínio mundial, a saber: o assírio, o pérsico, o macedônico e o romano (47). No pensamento dos cristãos primitivos, inclinados que estavam a esperar a próxima vinda do Senhor, o último desses quatro Impérios não teria sucessor. A dita divisão foi adotada nas crônicas de Eusébio e Jerônimo, e vigorou durante a Idade Média: só nos séculos XVI-XVII foi sendo abandonada, devido às críticas que lhe faziam os humanistas.

VII. Santo Agostinho, interpretando alegoricamente os sete dias da Criação, dividiu a história do gênero humano em sete períodos, seis no tempo, e um na Eternidade, um sábado sem fim: de Adão ao dilúvio, do dilúvio a Abraão (cada um dos dois com 10 gerações), de Abraão a Davi, de Davi ao cativo babilônico, do cativerio à Encarnação, (cada um dos três com 14 gerações), da Encarnação ao fim do mundo (48). Também esta periodização era seguida pelos cronistas medievos, os quais conheciam também uma bipartição: uma antes da Encarnação, a outra depois dela, por analogia com os dois Testamentos.

§ 27. A tripartição moderna.

A tríade: Antigüidade, Idade Média e Renascença (ou Época Moderna) é uma herança dos humanistas, e tem uma história interessante. Os termos são de origem filológica, não histórica. Os humanistas, atribuindo valor excessivo ao latim "clássico" de Cícero e Virgílio, desprezavam o latim supostamente "bárbaro" da Idade Média, chegando a distinguir entre três *latinitates*: *latinitas superior* (até Constantino Magno), *media* (até Carlos Magno), e *infima* (até a Renascença). A expressão *latinitas* (ou, *tempestas*) *media*, desde o início eivada de desdém pelo latim medieval, foi sendo estendida ao latim que abrange o período entre os séculos VI e XIV (49). Havia apenas um latim legítimo: o de Cícero, imitado com tanto zêlo pelos humanistas (50).

(46). — Daniel, II, 36-45: a cabeça de ouro, a de prata, a de cobre, e a de ferro; cf. VII, 2-27 (as bestas: o leão, o urso, o leopardo, e o animal espantoso). — Veja-se Pedro Moacyr Campos, in *Revista de História*, II, 7 (1951), págs. 15-22.

(47). — O Império assírio foi destruído pelo persa Ciro em 538 a. C.; o persa pelo macedônio Alexandre Magno em 331 a. C.; o macedônio pelos romanos em 168 a. C.

(48). — S. Augustinus, *De Civitate Dei* XXII 30. — Cf. por exemplo Fernão Lopes (ed. citada), pág. 112).

(49). — Neste sentido o termo já se encontra nas obras do cardeal humanista Nicolau Cusano e do seu amigo Andrea de Bossi (século XV).

(50). — Erasmo (1467-1536) ridicularizava, no seu diálogo *Ciceronianus*, a mania dos puristas, que chegavam a evitar formas como *laudaberis*, *laudabaris*, etc. (em vez de *laudabere*, *laudabare*, etc.), por aquelas não serem abonadas no texto de Cícero.

I. Não parou aí o desprezo dos humanistas: acabaram por menoscar também a arte e a filosofia medievais, que ficaram com os nomes depreciativos de “gótica” e “escolástica”. Daí a possibilidade de passar a ser um conceito cultural e histórico, embora em sentido negativo, a palavra Idade Média. Não se sabe ao certo quem foi o primeiro a empregá-la nesta acepção (51), mas desde 1688, quando o historiador Christian Keller ou Cellarius publicou a sua *Historia Tripertita*, foi-se tornando comum o esquema, entrando finalmente em todos os livros didáticos e em numerosos trabalhos científicos, acabando por ser uma terminologia de uso corrente na historiografia moderna. A palavra “Idade Média” é bastante depreciativa: indicava originariamente uma interrupção quase milenária da cultura humana, uma época obscura e caótica, ignorante e supersticiosa, com uma arte extravagante e uma filosofia caviladora, ou: “um período milenário durante o qual a humanidade não tomou banho” (52). Escreveu Voltaire: *Mais quiconque pense, et ce qui est encore plus rare, quiconque a du goût, ne compte que quatre siècles dans l'histoire du monde* (53), a saber: a época do apogeu ateniense, a do Imperador Augusto, a dos Medici em Florença, e a de Luís XIV. Já se vêem as simpatias e as antipatias do Século das Luzes: admiração pela Antiguidade e pelos tempos modernos, mas desdém altivo pela Idade Média. Acresce-lhes uma fé inabalável no Progresso do gênero humano, possibilitado pela reforma da religião, pela emancipação das artes e das ciências, pela difusão da cultura ocidental em terras recém-descobertas. Foi só um século depois que o Romantismo conseguiu dar aprêço positivo à Idade Média e à arte gótica. E o século XIX, o século histórico por excelência, empenhou-se em descobrir os característicos de cada uma das épocas, que herdara das teorias esclarecidas.

II. Logo, porém, se mostrou que a tripartição era muito deficiente. Damos aqui algumas razões:

a) O esquema tem apenas valor para a história da civilização ocidental, como se esta fôsse a única existente: uma ilusão ingênua do Racionalismo! Agora sabemos que fora da nossa esfera existem outras culturas veneráveis e autônomas. Ora, delas prescinde completamente o esquema tradicional.

b) Mesmo que se aplique a tripartição exclusivamente à cultura ocidental, pergunta-se com direito se não somos vítimas de

(51). — O professor C. Horn, em Leida (1620-1670), já introduzira o termo *Medium Aevum* na sua obra *Orbis Politicus* (1667). Na obra *Arca Noae* (1666) provocara grande escândalo por fazer terminar a história da Antiguidade em 400 d. C., em vez de adotar o esquema tradicional dos quatro Impérios de Daniel.
— Cf. Jean Bodin, § 81, III.

(52). — A expressão é do historiador francês Jules Michelet (1798-1874).

(53). — Voltaire, *Le Siècle de Louis XIV*, logo no início da obra.

uma ilusão “ótica” ao dividirmos a história em três períodos de extensão tão desigual. A Antigüidade abrange três ou quatro milênios, a Idade Média quase mil anos, e os Tempos Modernos apenas uns quatro ou cinco séculos. E a mesma ilusão verdadeiramente egocêntrica fêz com que subdividamos a terceira época, ou melhor, lhe acrescentemos um quarto período, chamado “contemporâneo”, a começar em 1789. E’ que enxergamos muito bem as diferenças a pouca distância, mas se tornam confusos os pormenores de séculos remotos.

c) Ora, a historicografia moderna conseguiu revelar a fisionomia própria de épocas mais distantes, chegando a descobrir nelas divergências que tornam precária a tripartição. Mostrou, por exemplo na história greco-romana, a existência de pelo menos três ou quatro períodos bem diferenciados; igualmente assinalou, na Idade Média, três épocas de estrutura bastante variada. Destarte se desvalorizou o esquema convencional, vindo a ser aplicado, dentro da tripartição original, a menores unidades cronológicas, ou até a períodos fora da civilização ocidental. Agora falamos na Idade Média dos gregos, egípcios e chineses, e na Renascença carolíngia e otônida. Qual é, então, o sentido desta terminologia?

d) Outra dificuldade, de natureza mais prática, consiste em demarcar com precisão os limites de cada uma das três épocas. Evidentemente, qualquer que seja a data convencionalmente aceita para indicar o início e o fim do certo período histórico, não pode ter senão valor simbólico e aproximativo: *historia non facit saltum*. Feitas essas ressalvas, cumpre-nos confessar que os especialistas estão longe de concordar quanto à demarcação dos limites entre os três períodos. E’ principalmente a Idade Média que apresenta dificuldades, porque quase todos os historiadores a caracterizam de maneira diferente. Quando começou? Em 476, em 312, em 529, em 800, ou até em 31 a. C.? (54). E foi simultânea a transição da Antigüidade para a Idade Média, ou varia de um povo para outro e de um país para outro? O reinado de Teodorico o Grande na Itália (492-526) parece-nos, em seus traços essenciais, bem “antigo”, e o governo coevo de Clóvis na Gália (483-511) já é “medieval”. O filósofo Boécio (\pm 485-524), “o último romano”, pertence à Antigüidade, seu patrício São Bento (\pm 480-546) já é figura medieval. E nos tempos chamados modernos: Lutero era homem medieval ou moderno?

(54). — Em 476 foi deposto o último Imperador romano (Rômulo Augústulo) pelo capitão germânico Odoacro; em 313 Constantino Magno concedeu a liberdade aos cristãos (Édito de Milão); em 529 São Bento fundou o mosteiro de Monte Cassino, e foram fechadas, por ordem do Imperador Justiniano, as antigas escolas filosóficas em Atenas; em 800 Carlos Magno foi coroado Imperador em Roma pelo papa Leão III; em 31 a. C. o helenismo “oriental”, representado por Antônio e Cleópatra, foi derrotado por Augusto, símbolo do Ocidente latino.

III. E' difficílimo aplicar um sistema às realidades concretas da história. Ao applicarmos-lo, temos que nos dar contas do valor muito relativo da periodização escolhida. E' indispensável, — principalmente em livros didáticos, — certa divisão em períodos, mas precisamos saber-lhes bem as limitações, esclarecer-lhes o alcance e ilustrar-lhes o conteúdo. Só esta condição pode-nos prestar serviços úteis, e podemos continuar a empregar a tripartição convencional, que ainda vive à falta de outro esquema mais apropriado. Fazer-lhe opposição seria um absurdo, visto que a tríade tem sido consagrada pela tradição, e outros esquemas, apesar das suas vantagens aparentes, no fundo têm os mesmos defeitos. — Para êste problema, cf. A. C. van Peursen, apud *L'Homme et l'Histoire*, págs. 77-80.

§ 28. Os estilos.

Das numerosas tentativas modernas, geralmente de cunho filosófico, econômico ou sociológico, para periodizar a história universal, pretendemos falar na quarta parte dêste livro. Aqui seguem algumas palavras sôbre a periodização histórica, derivada de estilos artísticos ou literários.

I. Os principais têrmos usados na historiografia moderna são: os estilos românico, gótico, renascentista, barroco e rococó, como, por outro lado: classicismo e romantismo.

a) O têrmo "românico" foi forjado pelo arqueólogo francês: Arcisse de Caumont (1802-1873) com o fim de indicar o estilo da arquitetura européia entre ± 500 d. C. e ± 1200 d. C.: o estilo seria a continuação do estilo romano (do Baixo Império) pelos povos românicos.

b) A palavra "gótica" remonta, ao que parece, ao arqueólogo italiano Vasari (1511-1574), que responsabilizava os gôdos pela destruição dos monumentos antigos na Itália e ligava à arte gótica um conceito depreciativo: *Questa maniera fu trovata da i Goti, che per avere ruinate le fabbriche antiche e morti gli architetti per le guerre, fecero dopo coloro che rimasero le fabbriche di questa maniera, le quali girarono le volte con quarti acuti e riempieron tutta l'Italia di questa maledizione di fabbriche...* (55).

c) A origem da palavra "barroco" é questão disputada. Segundo alguns, seria palavra árabe, adotada pelo português e espanhol, significando uma pérola de superfície irregular; segundo outros, — mais provavelmente, — seria palavra medieval, usada na escolástica, para indicar certo modo de uma figura de silogismo. A expressão nasceu no século XVIII, trazendo consigo, desde

(55). — G. Vasari, *Vite de' più eccellenti pintori*, etc., Introduzione, c. III.

o comêço, certa depreciação ao estilo “extravagante”, usado na arquitetura dos séculos XVI-XVII e conhecido no Brasil como “estilo colonial”.

d) Vasari empregou também o têrmo *rinascita* para designar o novo estilo usado nas artes, depois de abandonado o estilo grosseiro e desmazelado dos bizantinos: começaria por Giotto (1266-1336) e culminaria em Miguel-Ângelo (1475-1564).

e) A palavra *rococó* é própria do estilo europeu desde a época de Luís XV (1715-1774): é derivada do vocábulo francês *rocaille* (ornamentos em forma de conchas).

f) O têrmo “classicismo” é bastante equívoco. Originariamente era empregado nas escolas dos jesuítas para indicar os autores da Antigüidade apropriados para serem lidos na “classe”. Como eram os autores mais importantes, a palavra chegou a ser sinônimo de “modelar, exemplar, valioso para tôdas as épocas”. E devido à veneração que gozavam os produtos literários da Grécia e Roma, “os clássicos de todos os tempos”, a expressão foi estendida à Antigüidade inteira e acabou por abranger também as artes, a filosofia e a cultura em geral da Grécia (56) e Roma. Sob a influência do Romantismo, o têrmo foi sendo empregado para indicar um estilo literário e artístico de caráter objetivo, formal, quase formalista, em que a razão prevalece sôbre o sentimento. E afinal, chegaram a ser chamados períodos clássicos das diversas culturas nacionais as grandes épocas do passado: por exemplo a Inglaterra da Rainha Elisabeth I, a época de D. Manuel I em Portugal (1495-1521), *le siècle de Louis XIV*, na França e o apogeu da literatura alemã de 1780-1830, etc. Por extensão todos os autores nacionais de importância primária ficaram com o distintivo honroso de “clássicos”, por exemplo Machado de Assis na literatura brasileira.

g) A palavra “Romantismo” era usada pelos inglêses do século XVII para indicar um conto pitoresco e sentimental, reminiscência dos romances medievos, escritos na língua “românica” ou francesa, e cheios de aventuras galantes e sentimentos elevados. No século XVIII, o têrmo foi sendo usado na França, já por Rousseau, no sentido de “melancólico, triste, sentimental”. E no século XIX foi empregado para indicar o novo movimento literário em oposição ao “classicismo” frio e regulamentado.

II. Os diversos têrmos, cuja origem esboçamos rapidamente, não tardaram a ser estendidos a outros fenômenos históricos. “Românico” seria o Império de Carlos Magno; “gótica” a *Summa Theo-*

(56). — Atualmente divide-se a história grega muitas vêzes nestes períodos: a época micênica (até 1200 a. C.), a Idade Média (\pm 1200-650), a época clássica (\pm 650-338), a época helenística (338-146), a época romana (146 a. C. — 330 ou 395 d. C.), e a época bizantina (330 ou 395-1453).

lógica de Tomás de Aquino; “renascentista” a doutrina política de Maquiavel; “barroco” viria a ser o termo para indicar o absolutismo de Filipe II e Luís XIV, a arquitetura de Bramante, a escultura de Miguel-Ângelo, a pintura de Rubens e Rembrandt, a música de Bach e Händel, a poesia de Calderón e Shakespeare, e a espiritualidade dos jesuítas e da Contra-Reforma; “rococó” indicaria não apenas a arquitetura de Versailles do século XVIII e a porcelana de Sèvres, mas também a música de Mozart; “romântica” seria a poesia de Lord Byron, Shelley, de Musset, a música de Wagner, e a filosofia de Nietzsche. E’ melhor guardar o silêncio sobre o uso e o abuso da palavra “clássico”.

Sem quereremos negar a êsses conceitos todo o valor, devemos repetir as palavras já ditas anteriormente. São sistematizações que não podem ser aplicadas irrefletidamente às realidades históricas, principalmente por serem transferências um tanto arbitrárias de um campo cultural a outro. Não se generaliza impunemente. A música do século XVIII continuava por muito tempo “barroco”, enquanto as artes plásticas já se achavam em pleno “rococó”; Nietzsche, o grande romântico, compôs as suas obras depois da morte dos grandes poetas românticos. E depois de 1850? Quantos estilos houve a revezarem-se num período de dois decênios, ou menos ainda: naturalismo, impressionismo, expressionismo, futurismo, cubismo, tradicionalismo, etc.! Não sejamos vítimas de outra “ilusão ótica”. Mais um inconveniente de uma periodização histórica por meio de estilos é o fato de trazerem consigo êsses termos quase sempre certas associações afetivas, dependentes do gosto da época e prejudiciais à objetividade histórica. A evolução das palavras “gótica” (57) e “classicismo” é significativa. Podemos, porém, servir-nos das expressões estilísticas, sempre que lhes estabelecamos o alcance e o conteúdo.

D. O ASPECTO CULTURAL.

§ 29. *A história da civilização.*

Como já vimos, os historiadores, até o século XVIII, prestavam uma atenção que nos parece demasiada, ao aspecto político, dinástico, diplomático, bélico e constitucional da história. Houve en-

(57). — Lembramos umas linhas de Molière (*Théâtre Complet*, Paris, 1883, vol. VIII, págs. 305-306):

*Et non du fade gout des ornements gothiques,
Ces monstres odieux des siècles ignorants,
Que de la barbarie ont produits les torrents,
Quand leur cours, inondant presque toute la terre,
Fit à la politesse une mortelle guerre,
Et, de la grande Rome abattant les ramparts,
Vint avec son empire étouffer les beaux arts.*

Cf. N. Boileau, *L'Art Poétique* II 22.

tão uma forte reação, a exigir que se estudassem também outros fenômenos culturais na sua evolução e mútua conexão. Inaugurou-se a história da civilização, que poderíamos dividir em duas partes: a história geral e as histórias particulares.

I. A história geral da civilização abrange, em tese, toda a matéria histórica, sem excluir a política e os dados biográficos. Mas a focaliza de maneira bem diferente. Interessam-lhe nada menos que os acontecimentos políticos propriamente ditos, as várias realizações artísticas e científicas, a estrutura social e os costumes do povo, a vida econômica e religiosa, etc. Ou antes, para a história da civilização a política não passa de um dos numerosos fenômenos importantes do passado. Voltaire foi um dos primeiros a cultivar esse gênero de historiografia, escolhendo por tema o século áureo de França: *Le Siècle de Louis XIV*. A obra, que presta bastante atenção às invenções úteis e ao progresso das artes mecânicas e das ciências, interessa-nos hoje mais por ser uma tentativa nova do que por sua profundidade, e o mesmo se pode dizer do seu *Essai* (58). A partir do século passado a história da civilização chegara a ser gênero tão comum que acabou por ocupar também um lugar nos livros didáticos. Destacamos aqui dois trabalhos modelares entre os muitos que poderíamos mencionar: *A Cultura da Renascença na Itália*, do historiador suíço J. Burckhardt (1a. edição de 1867), e *O Outono da Idade Média*, do historiador holandês J. Huizinga (1a. edição de 1924). As duas obras foram várias vezes reeditadas nas línguas originais, e traduzidas para muitos outros idiomas. As obras de Will Durant e Hendrik van Loon e de tantos outros autores em voga, que pretendem abranger a história da civilização ocidental na sua totalidade, prometem mais do que são capazes de dar: em geral, decepcionam por não serem isentos de certa superficialidade e até de certo sensacionalismo. Raras vezes se baseiam em pesquisas pessoais.

II. As diversas espécies particulares da história da civilização acompanham a evolução de certo ramo da cultura humana através dos séculos. A ciência das *antiquitates publicae et privatae*, praticada com tanta aplicação pelos humanistas, poderia ser considerada como a precursora deste tipo de historiografia. Não pretendemos dar aqui uma lista completa das diversas matérias que se prestam a uma pesquisa histórica: basta dizermos que todas as atividades humanas, todas as realizações culturais, todas as instituições sociais, todas as ideologias e doutrinas podem ser, — e, desde o século passado, de fato são — objetos de estudos históricos. Mencionamos apenas:

(58). — *Essai sur les Moeurs et l'Esprit des Nations* (1756).

a) A História das Artes. A título de curiosidade, damos aqui os nomes de duas obras magistrais, que tiveram grande repercussão nas idéias dos coevos e da posteridade: uma de Giorgio Vasari (1511-1574), discípulo de Miguel-Ângelo: *Vite de' più eccellenti pintori, scultori ed architetti*, do ano 1550; a outra do arqueólogo alemão João Joaquim Winckelmann: (1717-1768): *A História da Arte na Antigüidade*, do ano 1764. Aquela exaltava a arte contemporânea da Itália, desprezando a gótica; esta acabou com o Barroco, exaltando a simplicidade sublime da arte grega (59) e preparando o caminho para o chamado "Neo-Humanismo" de cunho estético-ético, que teve grande repercussão na Alemanha (Lessing, Goethe, Schiller, Humboldt, etc.). A história das artes já era tratada na Antigüidade, mas de maneira menos sistemática, por exemplo por Pausânias (60). — Atualmente conhecemos também a história da Dança, da Fotografia, do Cinema, etc.

b) A História da Literatura e da Música. Os primórdios desse ramo já se encontram na Antigüidade (Aristóteles, Quintiliano, etc.).

c) A História da Filosofia, igualmente inaugurada por Aristóteles. Desde o século passado estuda-se também a história das outras ciências e da técnica.

d) A História do Direito e das Instituições Públicas, já praticada pelos humanistas, os quais reencetaram uma tradição que remonta a Aristóteles e Plínio-o-Velho.

e) A História das Instituições Privadas, que trata da evolução das coisas da vida cotidiana: a escola, a educação, a família, o casamento, a moda, os trajes, os costumes populares, o comércio, as indústrias, etc.

f) A História das Religiões, que data do século XIX.

g) A História das Línguas, que data igualmente do século XIX.

III. Nesses diversos ramos de histórias particulares emprega-se geralmente o método comparativo, que consiste em confrontar as realizações artísticas e científicas, as doutrinas e as praxes religiosas, etc. de uma época com as de outros períodos com o fim de lhes estabelecer os feitos originais. Assim procedem principalmente a lingüística, a história das artes e da literatura, procurando, além disso, as várias interinfluências.

IV. Por mais estranho que possa parecer, as palavras "cultura" e "civilização" são relativamente recentes na sua acepção

(59). — A Renascença italiana fôra inspirada principalmente pela arte romana.

(60). — Pausânias (século II d. C.) descreveu na sua "Viagem pela Hélade" muitas obras de arte.

atual. Dante usava o termo *civiltà*, reminiscência do baixo latim (61), para indicar o estado de uma sociedade bem ordenada e obediente às leis. Em latim clássico empregava-se *cultura* (no sentido subjetivo da palavra), mas nunca sem um genitivo complementar: *cultura animi*, *cultura philosophiae*, etc. A palavra entrou, por um empréstimo erudito, nas línguas modernas, principalmente no francês, mas ainda no século XVII era sempre combinada com um genitivo, por exemplo *culture de l'esprit*. Desde o século XVIII começou a ser usado isoladamente para se tornar comum no século XIX, também como a palavra civilização, que originariamente indicava “disciplina interna” e “boas maneiras” (62).

Atualmente as duas palavras “cultura” e “civilização” são muitas vezes tratadas como sinônimas, principalmente na França e na Inglaterra. Os alemães e os russos preferem fazer uma distinção entre elas: “civilização” é, nesta terminologia, o conjunto das realizações técnicas e utilitárias, uma coisa mais ou menos exterior, ao passo que “cultura” indica as esferas mais elevadas da vida humana: as artes, a religião, a filosofia, e as ciências.

E. O ASPECTO MATERIAL.

§ 30. *O homem e o mundo material.*

Incluimos no objeto material da história também os “vários fatores que influíram nos atos humanos”, distinguindo entre fatores permanentes e passageiros. Qualquer um desses fatores presta-se a um exame histórico, contanto que seja relacionado com os atos humanos. Destarte pode-se escrever um estudo sobre a influência do clima, das três (depois da imigração japonesa, das quatro) raças, da situação geográfica na formação política e social do Brasil, e do povo brasileiro. Além disso, há numerosas outras possibilidades. Escreveram-se estudos históricos, por exemplo sobre o “Gato na Antigüidade” e “O Petróleo nos Tempos Modernos”. Tornam-se trabalhos históricos por relacionarem-se o seu objeto com a vida humana: não fôsse assim, seriam estudos biológicos ou mineralógicos.

(61). — Cassiodorus, *Varie IX* 14,8: *Gothorum laus est civilitas custodita*. — A palavra francesa *civilisation*, que depois seria adotada pelos outros idiomas europeus, data do século XVIII.

(62). — A palavra francesa “civilisation” foi sancionada pelo *Dictionnaire de l'Académie française* só em 1835.

CAPÍTULO SEXTO

A MESTRA DA VIDA

§ 31. O prestígio da história.

Quase tôdas as civilizações de que temos conhecimento, buscaram nas lições do passado normas de agir, e exemplos inspiradores, ou então, motivos de consôlo nos seus pesares. Com efeito, o prestígio da história foi sempre muito grande, apesar de não lhe faltarem, de vez em quando, adversários.

I. Os gregos, em geral, estimavam bastante a história, confiando-a à proteção especial de uma das nove musas: Clio (1). Apreciavam-na também vários filósofos. E' verdade, para Platão o mundo histórico, sujeito que está à lei da eterna mudança, não podia ser o objeto de um conhecimento genuíno, e até o realista Aristóteles julgava a história menos filosófica e séria do que a poesia, porque esta é mais universal e aquela tem por objeto o singular (2). Não obstante, aproveitava-se muitas vêzes dos resultados da história, e não desdenhava fazer êle próprio pesquisas históricas (3). Entre os seus discípulos achavam-se historiadores ilustres (4). Cícero elogiou a história com estas palavras: *testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis* (5). Tornou-se célebre a sentença do príncipe da eloquência romana, principalmente a expressão feliz: *magistra vitae*. Os cristãos avaliavam bem o caráter histórico da Encarnação, já indicado por São Paulo: "Se Cristo não ressuscitou, é pois vã a nossa pre-

-
- (1). — *Clio saecula retro memorat sermone soluto*, e *Clio gesta canens transactis tempora reddit*, assim começam dois poematos, consagrados aos officios das nove Musas e muito populares na Idade Média: êste de um poeta anônimo, aquê de Florus (século II d. C.). — Cf. E. Baehrens, *Poetae Latini Minores*: (Lipsiae 1871 e 1882), vol. III pág. 242, e vol. IV 279. — Os nomes das nove Musas são enumeradas, pela primeira vez, por Hesiodus, *Theogonia*, 77-79.
 - (2). — Aristóteles, *Poetica*, 9. — O moralista Sêneca observa (*Quaestiones Naturales*. III *Praef.* 5): *Consumpsere se quidam, dum acta regum externorum componunt quaeque passi invicem ausique sunt populi. Quanto satius est sua mala extinguere quam aliena posteris tradere?*
 - (3). — Por exemplo na sua obra histórica: *De Republica Atheniensium*.
 - (4). — Por exemplo Dicaarco (± 300 a. C.) que escreveu a primeira história da civilização grega ("Vida da Hélade"), e Aristóxeno de Tarento (século III) que passa pelo pai da biografia literária.
 - (5). — Cícero, *De Oratore*, II 9, 36. — Cf. as palavras de Políbio (*Historiae* I 1, 1): "Os homens não possuem corretivo melhor do que o conhecimento dos fatos do passado".

gação, é também vã a nossa fé” (6), e serviam-se, desde os tempos primitivos da Igreja, de dados históricos para confirmar os acontecimentos da Bíblia e para refutar as objeções dos adversários (7).

II. Foi só na época do Racionalismo nascente, nos fins do século XVII, que se manifestou uma desconfiança mais ou menos sistemática acêrca do valor do conhecimento histórico. Nem é de estranhar: o conhecimento histórico está longe das *idées claires et distinctes*, apregoadas por Descartes como as únicas legítimas. Desde que se considera o espírito humano como *tabula rasa*, e se nega a unidade substancial da alma com o corpo, o homem tende a ser um animal “a-histórico”. Malebranche diz que os historiadores nos comunicam os pensamentos de outros sem êles próprios pensarem: Adão, no Paraíso Terrestre, possuía a ciência perfeita sem saber nada da história. Os racionalistas perseguiram os historiadores com os seus sarcasmos, dizendo que o maior especialista sabia menos da história romana do que a empregada de Cícero, e assinalando, com um deleite mal rebuçado, as numerosas incoerências da tradição, os contrasensos, os absurdos. Só especulações metafísicas, aliás bem cêdo abandonadas pelo Racionalismo, só demonstrações geométricas e experiências físicas são capazes de nos darem a verdadeira sabedoria.

III. Evolução paradoxal! O próprio Racionalismo, que começara por negar o valor ou até a possibilidade da história, acabou por consolidar-lhe as bases científicas. Nas suas lutas contra a tradição, que julgava arbitrária e tirânica, via-se obrigado a indagar e a examinar a mesma tradição. E, passados os primeiros combates, evidenciou-se que nela nem tudo era falso. Selecionando, criticando e ponderando, abriram caminho para uma tradição esclarecida e baseada em alicerces científicos. Desde os meados do século XVIII, a história começou novamente a exercer uma grande influência no pensamento das pessoas cultas, e o século passado foi a época áurea da historiografia. O “senso histórico” foi-se apoderando de tôdas as ciências, e resultou em certo relativismo histórico, conhecido sob o nome de “historicismo”.

IV. Em nome das fôrças vitais protestou Frederico Nietzsche contra a tirania da história, voltada que estava para o passado em vez de se dirigir para o futuro: “tudo o que possui vida, deixa de viver, logo que é submetido a uma operação histórica, sendo cortado em pedaços; um exame justiceiro de coisas vivas acaba

(6). — São Paulo, *Epístola aos Coríntios*, I 15, 14.

(7). — Mencionamos apenas S. Augustinus, *De Doctrina Christiana*, II. 28, 42-44.

por diluí-las em conhecimentos puros e abstratos” (8). Mas sua voz foi a de um solitário: a história seguiu confiantemente o seu caminho, embora seriamente ameaçada de ficar absorvida pela sociologia. No século atual insurgiu-se Paul Valéry contra a ciência histórica, dizendo: “*L’histoire est le produit le plus dangereux que la chimie de l’intellect ait élaboré. . . Il fait rêver, il enivre les peuples, leur engendre de faux souvenirs, exagère leurs réflexes, entretient leurs vieilles plaies, les tourmente dans leur repos, les conduit au délire des grandeurs ou à celui de la persécution, et rend les nations amères, superbes, insupportables et vaines. L’histoire justifie ce que l’on veut. Elle n’enseigne rigoureusement rien, car elle contient tout, et donne exemples de tout*” (9).

Neste capítulo pretendemos examinar algumas das questões suscitadas por aquêles que elogiaram e censuraram a nossa ciência, procurando estabelecer a importância da história, e descrever os perigos que a põem em perigo. Na terceira parte dêste livro tornaremos a falar em problemas semelhantes, encarando-os debaixo de outro ponto de vista.

§ 32. A importância da história.

O estudo dos acontecimentos do passado parece-nos importante, porque:

I. A história faz-nos conhecer a nossa própria origem, revelando-nos assim uma parte considerável da nossa existência no tempo. O homem quer compreender-se a si mesmo: é o esforço constante do espírito humano. Quer saber, quem é, de onde vem, e para onde vai. Ninguém pode escapar por completo a perguntas dessa natureza. Mas o homem culto tem a obrigação de aprofundar-lhes o conteúdo e de estudá-las metódicamente. Ora, a filosofia, guiada ou não pela teologia, dá a êsse respeito a última resposta ao alcance do homem. A história, porém, encara o homem na sua situação concreta no tempo. Sem dúvida, é incapaz de nos dar informações sôbre a nossa proveniência metafísica ou sôbre a nossa destinação transcendente. Mas, num plano inferior, ainda que muito real, mostra-nos as numerosas raízes resistentes que nos prendem ao passado, deixando-nos entrever o caráter próprio da situação atual. Com efeito, o mundo em que vivemos, é o resultado de vários fatores

(8). — Paráfrase de um texto de Nietzsche: *Reflexões contrárias ao Tempo*, II 7 (em alemão: “Unzeitgemässe Betrachtungen”), de 1873-1876. — Para a tomada de posição de Nietzsche ante a história, cf. M.-A. Bloch, apud *L’Homme et l’Histoire*, págs. 165-169.

(9). — P. Valéry, *Regards sur le Monde actuel* (Paris, Gallimard), 1945, pág. 44. — Cf. do mesmo autor, *Variété IV* (Paris, Gallimard), 1939, págs. 129-142. — As palavras de Valéry provocaram protestos violentos de vários lados, cf. *La Vie Intellectuelle* LXIV (1936) e *Revue des deux Mondes* CIII (1933).

históricos. Pois não morreu o passado junto com os momentos fugitivos que o constituíam, mas continua a viver em nós, quer o aceitemos e veneremos, quer o combatamos e rejeitemos. E' uma força que não se deixa eliminar da nossa existência. Compreendeu-o muito bem a escola de todos os tempos: para formar cidadãos, para iniciar as crescentes gerações na tradição pátria, para integrá-las no conjunto social, político e religioso, tem-se valido, não só da literatura nacional, como também da história. *Le passé, le passé vivant, le passé tradition, le passé expérience, le passé qui engendre le présent, le passé patrimoine d'une nation, le passé racine du patriotisme et de l'unité, qui donc le transmet, sinon l'enseignement historique?* (10). Evidentemente, são bem diferentes as preocupações das crianças e dos adultos, dos leigos e dos especialistas, ao se dirigirem à história: mas todos procuram nela melhor compreensão do presente, cada um de acôrdo com o seu grau de desenvolvimento. Talvez não haja outra ciência tão apropriada a popularizar, no sentido bom da palavra, os seus resultados.

II. Não estudamos a história com o fim exclusivo de melhor compreendermos o presente: dedicamo-nos ao passado também por causa do próprio passado. Interessa-nos aí, principalmente a nós, os adultos, não só o *factum*, mas igualmente o *fieri*. Os conhecimentos históricos possuem valor intrínseco, podendo-nos livrar, até certo ponto, de uma mentalidade egocêntrica. O homem "a-histórico", encarcerado que está na atualidade, tende a tornar absolutas as normas que encontra no seu ambiente. E' homem pouco "experimentado". Os melhores entre nós tentam, porém, escapar às limitações que lhes são impostas pelo espaço e pelo tempo. Já o sabia Homero: elogiava a Ulisses, porque êste visitara muitas gentes, chegando a conhecer-lhes a mentalidade (11). A "esperteza" do herói homérico baseia-se na sua "experiência". Uma viagem por terras desconhecidas faz-nos perder certas prevenções e alarga-nos o horizonte intelectual, contanto que sejamos abertos e sinceros. Poderíamos qualificar o estudo da história de uma viagem vertical: o espírito humano, viajando através dos séculos, pode ter as mesmas conseqüências salutares. O próprio Descartes, de modo algum apreciador da história, observava: *c'est quasi le même de converser avec les livres des autres siècles que de voyager* (12). Com efeito, por nos descortinar a vida humana em tempos remotos, a história nos pode curar de certas tendências egocêntricas, inerentes à nossa natureza: mostra-nos outras possibilidades, outras soluções, outras mentalidades, outras instituições. E quem as obser-

(10). — F. Charmot, S. J., *La Teste bien faite*, Paris, 1945, pág. 177.

(11). — Homerus, *Odyssea*, I 3. — O texto já foi citado por Diodorus Siculus, *Bibliotheca*, I 1, 2.

(12). — R. Descartes, *Discours de la Méthode* (Paris, Flammarion), 1935, pág. 6.

var com isenção de espírito e com bastante atenção, deverá reconhecer que a comparação dos tempos idos e atuais nem sempre é vantajosa para nós. Destarte se vai criando em nós certo relativismo, que nos pode livrar de alguns preconceitos contemporâneos e supostos títulos de orgulho, os quais, infelizmente, muitas vêzes deturpam o técnico sem formação histórica.

III. A história esclarece, pois, as raízes do presente no passado. Mas, conhecendo-se bem o presente, que contém os germes do futuro, não será possível predizer-se o futuro, pelo menos nas linhas gerais? Assim a história, por abranger as três partes do tempo, ganharia importância superior a tôdas as outras ciências. Mas exortam-nos à modéstia as palavras do Padre Vieira, apesar de ser êle autor de um livro que traz o título paradoxal: "História do Futuro", em que diz: "O homem, filho do tempo, reparte com o mesmo a sua ciência ou a sua ignorância: do presente sabe pouco, do passado menos, e do futuro nada" (13). E' uma verdade óbvia, entretanto, muitas vêzes esquecida por aquêles historiadores e filósofos que sobrecarregam Clio com um ônus que lhe ultrapassa as fôrças. O político Bismarck, homem pragmático, motejava com as locuções dos historiadores-advinhos, dizendo: "Querendo saber com certeza o que não acontecerá, faço-me informar pelo sr. Mommsen do que deve acontecer". O historiador não pode prever o que há de acontecer daqui a cinco minutos: não é profeta. Quando muito, é mais capacitado do que outros, — *ceteris paribus*, — para fazer um prognóstico, não categórico, mas hipotético. Conhece bem, suponhamos, as tendências vivas do tempo atual em busca de efetividade; conhece muito bem numerosas analogias históricas que lhe mostram soluções possíveis de problemas semelhantes; em suma, entende bem o rumo geral do tempo. Mas aí pára irrevogavelmente a sua ciência do futuro. Pois das tendências atuais conhece forçosamente só uma parte mínima, sempre exposto a enganar-se na avaliação do seu valor existencial. Outrossim, o acaso e as livres decisões humanas, imprevistas e incalculáveis, podem sempre frustrar as tendências mais promissoras e fazer vencedoras as que neste momento se subtraem aos nossos olhos. A história é contrária a cálculos exatos sôbre o futuro, porque não admite repetições mecânicas de casos idênticos, mas apenas conhece situações análogas, sempre suscetíveis de desfechos diferentes.

IV. Os laços, que prendem o historiador à moral, já datam da Antigüidade: lembremo-nos das palavras ciceronianas: *magistra vitae*. A historiografia "pragmática" (14), inaugurada por Tucídi-

(13). — Pe. Antônio Vieira, *História do Futuro*, Ed. e Publ. Brasil, São Paulo, 1937, pág. 32.

(14). — Cf. § 3, IV.

des e prosseguida até aos tempos modernos, pretendia extrair dos fatos históricos exemplos inspiradores ou horrendos, para uso dos príncipes, estadistas, governadores e militares. Tal ponto de vista está hoje em dia abandonado. Pois a história, por relatar acontecimentos únicos do passado, é incapaz de nos ministrar regras de conduta, diretamente aplicáveis às circunstâncias atuais. Ela faz muito melhor. Não nos torna prudentes para certa ocasião determinada, ensinando-nos a repetir um ato prudente do passado: nos torna sábios para sempre. A história é a experiência coletiva da humanidade: alarga-nos o terreno forçosamente limitado das experiências pessoais da vida e do homem. É uma escola de humanismo: nada mais interessante para o homem do que o homem. E a história, no fundo, não fala senão das formas variadas de que se tem revestido o Homem Eterno através dos tempos. Faz-nos assistir às peripécias dramáticas do homem que luta, sofre e conquista, que vence e sucumbe, que peca, se obstina e se levanta, que anseia ardentemente pela felicidade sem jamais alcançá-la por completo. Na história desenrola-se o drama do eterno Lutador e eterno Sofredor, ao qual não podemos assistir sem experimentar em nós sentimentos e emoções semelhantes àquêles que Aristóteles designou com a palavra "catarse", isto é, "purificação" (15). O júbilo e a miséria de outrora, as esperanças e os temores dos antepassados, as vitórias e as derrotas de gerações há muito falecidas, transformam-se para nós, os observadores das vicissitudes humanas, em conhecimentos e reflexão. Reflexão sobre o quê? Sobre a riqueza e a pobreza da condição humana. Concluamos com uma palavra de Paul Hazard: *J'aime la belle rigueur d'un esprit mathématique; mais un esprit tourné vers l'histoire me paraît, je l'avoue, plus humain* (16).

V. Se já não podemos aceitar a história como a moralista meio pedante dos séculos anteriores, podemos continuar a venerá-la como orientadora da vida num sentido mais modesto e, talvez, mais sublime e simpático. Ainda hoje ela nos propõe ensinamentos valiosos, tirados do passado, e previne-nos contra certos perigos contemporâneos que, embora latentes à grande maioria, podem-se tornar catastróficos para o bem-estar e até para a sobrevivência da sociedade; também patenteia as tendências positivas que devem ser aproveitadas para criarmos um futuro melhor. E confirma os seus ensinamentos com analogias do passado: exemplos gloriosos, não para os repetirmos, mas para neles buscarmos a nossa inspiração; exemplos horrorosos, não como ameaça de um Destino ine-

(15). — Aristóteles, *Poética*, 6. — Lembremos a palavra sublime de Virgílio: *Sunt lacrimae rerum et mentem mortalia tangunt* (*Aen.* I 462).

(16). — P. Hazard (*Revue des deux Mondes*, CIII, 1933, 15 sept., pág. 189).

lutável ou de uma Lei rigorosa, mas para evitarmos as loucuras e os desvios do passado. Suas lições são impressionantes por serem concretas. Contrariamente ao que muitos modernos pensam, julgamos nós que os grandes historiadores têm algo de um moralista: o estudo dos acontecimentos humanos leva-nos espontâneamente a uma reflexão “filosófica” (17) e a uma apreciação “axiológica”. Neste ponto Burckhardt e Toynbee não são diferentes de Tácito ou Políbio. Em uma palavra, a história continua a ser *magistra vitae*, mas, infelizmente, nem sempre tem alunos dóceis.

§ 33. *Desvios da história.*

Vários desvios podem desacreditar a historiografia: pretendemos examinar os mais sérios neste parágrafo. A história não é literatura nem ciência natural: é ilegítima tôda e qualquer invasão das duas no terreno da história. A história é o estudo de fenômenos relativos, mas a relatividade do seu objeto não a obriga a aderir a certo “historicismo”. E afinal, a história não atinge a objetividade das ciências naturais e matemáticas, mas isso não a deixa entregue a um subjetivismo.

I. Tôda a Crítica Histórica, nos séculos anteriores à Era das Luzes, resumia-se, por assim dizer, nestas palavras de Cícero (18): *Nam quis nescit primam esse historiae legem ne quid falsi dicere audeat? deinde ne quid veri non audeat? ne qua suspicio gratiae sit in scribendo? ne qua simultatis?* Todos os autores da Antigüidade, da Idade Média e da Renascença concordam nestes pontos: o historiador não deve mentir, mas precisa ter a coragem de dizer a verdade, por mais desagradável que seja, e precisa ser imparcial na exposição dos fatos. São sempre os mesmos lugares comuns que encontramos desde Cícero até Fénelon (19). Mas, logo depois de terem proclamado essas verdades à *la Palisse*, entram, com um afinco muito maior, em questões literárias, dando regras mais ou menos pormenorizadas relativas à composição “oratória” da obra histórica. Como já vimos, a história ainda não se emancipara, fazendo parte da literatura ou da moral, ou então, das duas.

Com efeito, quase todos os grandes historiadores foram grandes literatos: Heródoto, Tucídides, Tito-Lívio, Tácito, Voltaire,

(17). — O termo “filosofia” não deve ser entendido aqui no seu sentido técnico.

(18). — Cícero, *De Oratore*, II 15, 62.

(19). — Fénelon escreveu em 1714 *Lettre sur les Occupations de l'Académie française* (publicada em 1716), cujo capítulo VIII é intitulado: *Projet d'un Traité sur l'Histoire*. O autor adere, como é muito natural no seu tempo, à história “pragmática”, cf. logo no início: *L'Histoire est néanmoins très importante: c'est elle qui nous montre les grands exemples, qui fait servir les vices mêmes des méchants à l'instruction des bons, qui débrouille les origines et qui explique par quel chemin les peuples ont passés d'une forme de gouvernement à une autre.*

Montesquieu, — e também no século XIX, depois de nascer a nova concepção, os grandes mestres se mostraram grandes estilistas: Macaulay, Carlyle, Guizot, Renan, Ranke, Burckhardt, e Alexandre Herculano. Ao grande público êsses nomes muitas vezes são conhecidos não por causa dos seus méritos históricos, mas como autores clássicos da literatura nacional. As obras técnicas da historiografia moderna, que existem ao lado das obras sintéticas, não são lidas senão pelo grupo relativamente pequeno de especialistas.

A exposição artística da matéria histórica continua a desempenhar um papel de suma importância, mas isso não quer dizer que a historiografia seja literatura. Na literatura o autor tem a liberdade de seguir o caminho de uma imaginação livre, limitada apenas pelas exigências intrínsecas da realidade artística que quer mostrar aos leitores; na historiografia a imaginação é disciplinada por uma obediência incondicional aos fatos cientificamente verificados. Na literatura o autor pode defender qualquer tese que seja compatível com o seu assunto; na historiografia a tese é condicionada por fatos autênticos. Na literatura as belas formas do estilo e a magia das palavras são fatores essenciais; na historiografia são fatores não sem importância, mas sempre acessórios.

O historiador é obrigado, como cada um que se serve da palavra, a escrever bem, mas o estilo de uma obra histórica não pode emular o dos poetas nem o dos oradores. Deve ser simples e claro, sem se perder em metáforas rebuscadas; deve evitar as hipérboles e o emprêgo de adjetivos desnecessários; deve fugir, antes de mais nada, à retórica vã. A retórica fútil que tenta encobrir a pobreza das idéias mediante palavreado oco, é, no dizer dos inglêses, *the harlot of the arts*, mas desfigura muitíssimas obras pretensamente históricas. A simplicidade e a sobriedade não excluem uma concepção artística nem um entusiasmo apropriado ao assunto, e sim uma declamação ostentativa de belas frases sem substância e sem pensamento. Concluamos estas observações com as palavras do grande prosador Newman, que se formou pelo estilo do historiador Gibbon: *The mere dealer in words cares little or nothing for the subject which he is embellishing, but can paint and guild anything whatever to order; whereas the artist, whom I am acknowledging, out what he thinks of what he feels in a way adequate to the thing out what he thinks of what he feels in a way adequate to the thing spoken of, and appropriate to the speaker* (20). Em hipótese alguma, o historiador pode ser *dealer in words*; sua obra ganhará em esplendor, se fôr verdadeiro artista. Mas escrever bem é uma das suas graves obrigações, e cada um pode adquirir um bom estilo

(20). — John Henry Cardinal Newman, *Literature*, in *The Idea of a University*, London-New York, etc., 1939, pág. 285.

“histórico”, mesmo que não seja “artista”, pela leitura constante dos grandes historiadores e por contínuos exercícios práticos.

II. Quanto ao segundo ponto: a história não é ciência natural, podemos ser breves, visto que já falamos repetidamente nesse assunto. Sob a influência do Positivismo e Evolucionismo parecia que a história ia sendo absorvida pela sociologia ou pela biologia. Era a época das chamadas leis históricas, interpretadas no sentido da física: relações constantes (e, às vèzes, consideradas como absolutamente necessárias) entre dois fenômenos: só a esta condição a história mereceria o título soberbo de “ciência”. Assim pensavam, na França, Taine (21); na Inglaterra, Henry Thomas Buckle (22); na Alemanha, Karl Lamprecht (23). Os três foram grandes historiadores, e seria uma injustiça dizer que não tenham contribuído para o progresso da nossa ciência. Não podemos, porém, concordar com os seus pressupostos filosóficos. A história é uma ciência eminentemente descritiva, tendo por objeto os atos humanos, que são concretos e singulares. Na terceira parte dêste livro pretendemos aprofundar essa noção.

III. O historiador examina sem preconceito as várias doutrinas, os vários ideais e as várias formas de vida nos tempos passados, esforçando-se por “reviver” as experiências alheias. Consegue colocar-se mentalmente no lugar das pessoas históricas, ou melhor: com certo sentimento doloroso percebe que jamais o conseguirá por completo, visto que é sempre da sua própria “situação” histórica que procura aproximar-se de outras culturas. Assim vai avaliando cada vez mais o valor relativo da sua própria concepção da vida e do mundo. Aí ameaça o perigo do relativismo histórico ou do “historicismo”, que consiste em eliminar tôdas as normas absolutas do processo histórico. Conseqüentemente, cada período teria direito à sua moral, à sua verdade, a seu Deus, e a seus ídolos. Não existiriam normas objetivas, sendo que elas seriam apenas fases de uma evolução mecânica ou biológica, ou então seriam determinadas por sua “força existencial”. Em Spengler encontramos a expressão clássica do historicismo moderno: “Não há verdades eternas. Tôda e qualquer filosofia é apenas expressão da sua época, e só a ela pertence” (24), e: “Nenhuma frase de Heráclito, Demócrito ou Platão é verdadeira para nós, a não ser que a tornemos verdadeira” (25).

(21). — Cf. § 101.

(22). — Henry Thomas Buckle (1821-1862) escreveu *History of Civilization in England* I-II (1857-1861), obra inacabada.

(23). — Karl Lamprecht (1856-1915) escreveu, entre outros livros: *História da Alemanha* (al.: “Deutsche Geschichte”) em 19 volumes (1891-1909).

(24). — Oswald Spengler, *A Decadência do Ocidente* (ed. alemã, ed. 76-81), I pág. 155.

(25). — *Ibidem*, II pág. 66.

O relativista histórico é, no fundo, um cético. E' impossível discutir-se com êle, pois, como Aristóteles observou, não se discute com uma planta (26). O cético afirma o que nega, e *vice-versa*. Assim faz o relativista histórico. Por considerar tudo como relativo e não admitir nada como absoluto, chega a contradizer-se: sustenta como uma verdade absoluta o seu relativismo. Outrossim, tal atitude é também praticamente impossível: daí as inúmeras incoerências nos livros de Spengler e outros relativistas, que não se cansam de nos apresentar novas verdades e de refutar velhos erros. Sem dúvida, neste mundo não encontramos o Absoluto, só coisas e fenômenos relativos, mas o mundo relativo existe apenas graças à existência do Absoluto, a que podemos subir mentalmente mediante a contemplação das coisas relativas e contingentes.

IV. A natureza da matéria histórica compadece-se difficilmente com uma atitude absolutamente objetiva da parte do historiador. Em face dos fatos do passado que tiveram influxo na nossa existência, estão em jôgo os nossos interêsses, ao passo que as verdades abstratas da matemática nela não interferem. *Si la géométrie s'opposait autant à nos passions et à nos intérêts présents que la morale, nous ne la contesterions et nous ne la violerions guère moins, malgré toutes les démonstrations d'Euclide et d'Archimède, qu'on traiterait de rêveries et croirait pleines de paralogismes* (27).

E' um fato inegável: tem-se mentido muitíssimo na história. As paixões partidárias, o fanatismo religioso, os preconceitos raciais e nacionais, o mêdo de ofender os prepotentes, o orgulho individual ou coletivo, a esperança de prêmios, têm prejudicado amiúde o prestígio de Clio. Em nossos dias ameaça-lhe um perigo mais sério ainda: não o da mentira ocasional, imputável a uma fraqueza inextirpável da condição humana, mas o da mentira sistemática, elevada à categoria de uma pseudo-filosofia. Em alguns meios vê-se abandonar deliberadamente a evidência objetiva, o único critério da verdade, para recorrer a *slogans* dêste tipo: "Verdade é o que é proveitoso para o povo" (nazismo), ou: "Verdade é o que contribui para a vitória do proletariado" (comunismo). Daí uma série de mutilações e torceduras, daí uma série de golpes mortais contra a dignidade do espírito humano, que pode viver apenas da verdade. E' tão imperiosa essa necessidade que os próprios falsificadores são forçados a respeitar as boas aparências: valem-se de argumentos aparentemente evidentes para defenderem as suas mentiras.

(26). — Aristóteles, *Metaphysica* III 4, 24.

(27). — Leibniz, *Nouveaux Essais*, etc., I, chap. 2.

Deixando de lado êsses desvios lastimáveis, podemos perguntar se o historiador pode atingir uma objetividade absoluta. Os racionalistas do século passado mantinham a ilusão de uma ciência “sem pressuposições” (28). A teoria é, em última análise, também um pressuposto, não exigido pela natureza da ciência. Todo o raciocínio humano e tôdas as ciências têm de partir de certos axiomas e postulados, sem os quais são impossíveis; tôdas as ciências particulares tomam emprestados certos princípios de uma ciência superior, e servem-se dos resultados de outras ciências. Aliás, a ciência “sem pressuposições” mostrou-se inexistente na realidade: os que dela se gabavam, não eram isentos de certos pressupostos, nem sequer de certos preconceitos nacionais e religiosos. Negavam, por exemplo, de antemão, sem reflexão madura, as verdades reveladas, admitindo tôdas as soluções menos as do Cristianismo.

Já não acreditamos na ciência “sem pressuposições”, sabendo que o historiador é filho do seu tempo, tem a suas convicções pré-científicas e não pode ser absolutamente neutro ante os valores realizados ou traídos no passados. Mas isso não lhe dá direito a nutrir “preconceitos”: dêles deve-se livrar o mais possível. Preconceitos são convicções a que se adere sem madura reflexão e sem exame crítico e ponderado: são tão nocivos a um espírito científico como superstições ao desenvolvimento da vida religiosa. O historiador tem a obrigação de ser “despreconcebido” na medida do possível, devendo-o guiar a cada passo a verdade. Luciano escreveu esta bela frase: “O historiador deve sacrificar a uma única deusa: a Verdade” (29). Se não lhe foi dada a verdade íntegra e perfeita, jamais pode deixar de aceitá-la e venerá-la como norma ideal, tornando-se fatal o mínimo desvio consciente neste ponto. Simpatias e interêsses pessoais não o podem fazer perder de vista a verdade tal como a encontrou nos documentos. Em uma palavra, a impossibilidade de uma atitude inteiramente objetiva não o dispensa da gravíssima obrigação de ser absolutamente sincero.

(*Continua no próximo número*).

JOSÉ VAN DEN BESSELAAR
Da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

(28). — Em alemão: “voraussetzungslose Wissenschaft”, termo introduzido pelo historiador H. von Treitschke (1834-1896) e tornado universalmente conhecido por uma carta pública de Theodor Mommsen em 1901, a propósito da nomeação de um professor católico na Universidade de Estrasburgo.

(29). — Luciano, *Quomodo historia conscribenda*, 39.